



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Jean Victor Barreto Costa

**Entre o mar e o concreto, a invenção da Praia de Ramos:
Lazer e balneabilidade nos subúrbios carioca. (1940-2002)**

São Gonçalo

2024

Jean Victor Barreto Costa

**Entre o mar e o concreto, a invenção da Praia de Ramos: Lazer e
balneabilidade nos subúrbios carioca (1940-2002)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Amoroso

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP



Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jean Victor Barreto Costa

Entre o mar e o concreto, a invenção da Praia de Ramos: Lazer e balneabilidade nos subúrbios carioca (1940-2002)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mauro Amoroso (orientador)
Programa de Pós-Graduação em História Social do Território - UERJ-FFP

Prof. Dr. Rafael Soares Gonçalves
Afiliação Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro - PUC-Rio

Prof. Dr. Rafael Brandão
Programa de Pós-Graduação em História Social do Território - UERJ-FFP

Prof. Dr. Mario Brum
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

São Gonçalo

2024

DEDICATÓRIA

À Dona Luzia.

À Praia de Ramos / Piscinão de Ramos

AGRADECIMENTOS

Ao parar para refletir sobre a conclusão desta pesquisa, não vejo outra alternativa que não seja falar dos que vieram antes de mim. Primeiro, agradeço a minha ancestralidade e aos mais velhos, que são respiro e força sem eu nem me dar conta. E claro, aqueles que foram responsáveis por me colocar no mundo, minha mãe Wanderléia e meu pai José da Luz, que me deram as bases para que eu pudesse avançar pelos caminhos da vida e construir sonhos. Agradeço ao suporte dado pela minha irmã Kamila e aos amigos historiadores Carlos Augusto, Ingrid Gomes, Luis Gustavo, para a construção do projeto de pesquisa. Agradeço ao coletivo, aos movimentos sociais e a todos os que passaram na minha vida e o que fica é aprendizado.

Seguindo, com grande prazer quero destacar a parceria da minha esposa Yasmim, que esteve comigo durante todo o processo de construção dessa pesquisa, sendo aconchego e alicerce, obrigado por toda compreensão, amor. Nesse processo muitos momentos se tornaram naturalmente cansativos pela alta demanda e você sempre comigo, você é fantástica. Te Amo!

Agradeço a amiga e historiadora Márcia Carneiro, que antes de professora é um Ser Humano de tamanha generosidade. Obrigado por me ajudar a expandir minha capacidade de estar no mundo, todo auxílio, cuidado e ensinamentos durante o processo de graduação. Aos amigos que fiz ao longo da estrada acadêmica, obrigado Yuri, Charles, Luis Carlos e ao movimento estudantil pelas intensas ações de militância, conversas sobre ciências e a complexidade Humana. Obrigado Luis André (vulgo Macapá), Tarcísio Nascimento, Rafael Peixoto e Keven Oliveira pela parceria fotográfica e por terem topado desenvolver tantos projetos que delinearum um tanto do que está contido nessa pesquisa.

Ao meu orientador Mauro, sou muito grato pelo apoio, paciência e cuidado ao orientar as reflexões feitas neste trabalho. Nossas orientações foram além das conversas acadêmicas, indicações bibliográficas e reuniões, você foi um ombro amigo. Obrigado pelos apontamentos e indicações para apresentação de trabalhos, as sugestões de caminhos para a pesquisa e, principalmente, por acreditar no meu trabalho, obrigado pela generosidade. A gratidão se estende a um amigo que fiz durante esse caminho de mestrado, meu camarada Cristiano, meu co-orientador informal (risos), muito obrigado pelo apoio e conselhos.

Agradeço aos moradores das favelas Roquete Pinto e Praia de Ramos; Bhega Silva, Irineu Silva, Vicente, Sr. João do Boi e Toni Hugo. Assim como, meu amigo e pesquisador

Francisco Valdean, tivemos intensas conversas e muitas trocas que contribuíram para o desenvolvimento das reflexões.

E é com muita satisfação que destaco osicineiros participantes da oficina chamada “Praia de Ramos, coração do piscinão” (frase sempre proferida pelo meu amigo Bhega silva) oficina executada no ano de 2022, que foi decisiva para refletir sobre os principais caminhos da pesquisa. Obrigado Lourdes, Leticia, Valdirene, Jeane, Alanderson entre outros moradores pelo compartilhamento tão rico de experiências com a praia de Ramos / Piscinão de Ramos. E por fim, agradeço as paralelas que se cruzam no infinito.

Mas não é que o dia tá maravilhoso,
malandro?

Pintou praia na área! Domingo de Sol!

Vou chegar na minha ilha particular

Que é a Praia de Ramos

Depois eu tiro uma onda

E digo que fui pra Ipanema!

Domingo de Sol

Adivinha pra onde nós vamos?

Aluguei um caminhão

Vou levar a família na Praia de Ramos.

Dicró

RESUMO

COSTA, Jean Victor Barreto. Entre o mar e o concreto: a invenção da Praia de Ramos - Lazer e balneabilidade nos subúrbios carioca (1940-2002). 2024. 125f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ, 2024.

Esta dissertação tem como esforço analisar a formação da Praia de Ramos no contexto das transformações urbanas e sociais do Rio de Janeiro. Focando no período de 1940 a 2002, o trabalho explora como a praia e o Piscinão de Ramos, inaugurado em 2002, se tornaram marcos de lazer popular nos subúrbios cariocas, em contraste com as praias da zona sul. Investiga-se as dinâmicas de segregação socioespacial e como a Praia de Ramos representou uma alternativa de lazer e balneabilidade para as classes trabalhadoras e populares da região. O trabalho também discute a construção da identidade suburbana e as disputas territoriais que moldaram o espaço, além de abordar o impacto de políticas públicas na configuração desse território, com ênfase na relevância histórica e simbólica da Praia de Ramos para o lazer popular carioca.

Palavras-chave: História Urbana. Lazer. Balneabilidade. Ramos. Subúrbio. Favela.

ABSTRACT

COSTA, Jean Victor Barreto. *Between the sea and concrete: the invention of Ramos Beach - Leisure and bathing in the suburbs of Rio de Janeiro (1940-2002)*. 2024. 125f. Dissertation (Master's in Social History) - Faculty of Teacher Training, Rio de Janeiro State University, São Gonçalo, RJ, 2024.

The dissertation “Between the sea and concrete: the invention of Ramos Beach - Leisure and bathing in the suburbs of Rio de Janeiro (1940-2002)” aims to analyze the formation of Ramos Beach in the context of Rio de Janeiro's urban and social transformations. Focusing on the period from 1940 to 2002, the work explores how the beach and the Piscinão de Ramos, inaugurated in 2002, became landmarks of popular leisure in the suburbs of Rio de Janeiro, in contrast to the beaches of the south zone. It investigates the dynamics of socio-spatial segregation and how Praia de Ramos represented a leisure and bathing alternative for the region's working and working classes. The dissertation also discusses the construction of suburban identity and the territorial disputes that shaped the space, as well as the impact of public policies on the configuration of this territory, with an emphasis on the historical and symbolic relevance of Praia de Ramos for popular leisure in Rio de Janeiro.

Key words: Urban History. Leisure. Bathing. Ramos. Suburb. Favela. Image.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	“INVENÇÃO DA PRAIA DE RAMOS”.....	27
1.1	Balneário e Lazer: Lançamento “novo” da modernidade.....	30
1.2	Lazer e balneabilidade nos Subúrbios Carioca.....	42
1.3	O Iate Clube de Ramos e o Serviço de Recreação Operária: A diversidade suburbana	54
2	SUFOCAMENTO DA PRAIA DE RAMOS.....	65
2.1	Avenida Brasil: Avenida Brasil: Sinal de “Ordem e progresso” e aterramentos.....	75
2.2	Ilha do Fundão e a Praia de Ramos.....	81
2.3	Favelas e a Praia de Ramos.....	86
3	CADA MERGULHO É UM FLASH: O FUTURO PASSADO DO PISCINÃO DE RAMOS.....	102
3.1	Memórias e disputas: Piscinão de Ramos minha praia.....	104
3.2	“Cada Mergulho é um flash”.....	114
3.3	De Mazon a Bittencourt: Representações Fotográficas da Praia de Ramos ao Piscinão.....	121
	CONCLUSÃO.....	131
	BIBLIOGRAFIA.....	134

INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda as dinâmicas sociais, políticas e culturais que conformaram e modificaram o território da Praia de Ramos e, posteriormente, o Piscinão de Ramos. O trabalho explora as transformações empíricas e simbólicas que definiram este espaço como uma área de lazer popular no subúrbio carioca, contrapondo-o às praias elitizadas da Zona Sul, que no contexto da pesquisa se torna um ponto de corte comparativo para analisar a balnearização do Rio de Janeiro. Ao focar no período de 1940 a 2002, a dissertação analisa o processo de balnearização de Ramos no subúrbio carioca, os desafios enfrentados no contexto de urbanização do Rio de Janeiro e o que forjou um processo de exclusão social e espacial. Colocando em evidência os conflitos e a diversidade de experiências entre diferentes camadas sociais.

Neste ponto, é necessário abordar sobre os conceitos que são cortes interessantes para compreensão das dinâmicas sociais do desenvolvimento territorial urbano do Rio de Janeiro, envolvendo assim a construção da Praia de Ramos e em seguida o Piscinão de Ramos. Neste ponto destaco os conceitos de território, lazer, balneabilidade, subúrbios, favela e memória que sustentam o desenvolvimento da pesquisa e dão possibilidades de contato e nexos entre as reflexões sobre a construção da Praia de Ramos e a construção Piscinão de Ramos.

Os relatos dos moradores mais velhos sobre os momentos vividos na Praia de Ramos, ao lado do Iate Clube de Ramos, localizado na Rua Gerson Ferreira, nº 06, nos transportam para memórias carregadas de significados. Esses relatos frequentemente destacam as dificuldades de acesso ao interior do Iate Clube de Ramos, que fica ao lado da praia de Ramos, reflexões que evidenciam como as cercas e muros erguidos ao redor do clube separavam as experiências de quem podia pagar pelas comodidades oferecidas daquelas vividas pela maioria dos trabalhadores e pescadores que viviam na Praia de Ramos. Tal cenário reflete, em certa medida, as profundas desigualdades do território carioca ao longo do século XX. As transformações que ocorreram na cidade durante esse período contribuíram para a crise habitacional e sanitária, que se agravava à medida que o Rio de Janeiro se expandia.

Para Milton Santos (1999), o território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de infraestruturas. Ele deve ser compreendido como "território usado", ou seja, aquele que adquire sentido a partir de sua utilização. O "território utilizado" é formado pelo chão e pela

identidade, e é esta última que nos dá o sentimento de pertencimento. O território, portanto, é o espaço da vida cotidiana, do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais. A Geografia não considera o território em si como uma categoria de análise, mas sim o território utilizado, que expressa as relações sociais, políticas e econômicas ali presentes (SANTOS, 1999, p. 08).

Desse modo, o território adquire significado por meio de seus usos, suas circulações e interações, refletindo as camadas sociais, políticas e econômicas que o constituem. Segundo Rogério Haesbaert (2007), o território está sempre relacionado ao poder, mas não apenas ao poder político tradicional. Ele envolve tanto o poder explícito, de dominação, quanto o poder implícito ou simbólico, de apropriação. Haesbaert argumenta que o território, imerso em relações de dominação e apropriação, revela-se em um continuum que vai desde a dominação político-econômica mais concreta e funcional até a apropriação subjetiva e simbólica. Para ele, é necessário entender o território em sua multiplicidade de manifestações, envolvendo múltiplos sujeitos e lutas de poder e resistência (HAESBAERT, 2007, p. 20-22).

Com isso, surge a necessidade de indagar quem habitava essas regiões, quais eram os aparelhos institucionais ali presentes, e como as práticas sociais e cotidianas atualizavam e organizavam o espaço no litoral norte da Baía de Guanabara. Compreender a importância da Praia de Ramos no cenário carioca é desvendar um fragmento fundamental da história de como o Rio de Janeiro se consolidou como uma cidade balneária, repleta de praias. Porém, à medida que a cidade se desenvolvia, optava-se por quais praias seriam a vitrine da modernidade, marcando a fronteira entre o urbano e a natureza.

Foi nesse contexto, entre as décadas de 1930 e 1940, que a Praia de Ramos começou a se consolidar como a conhecemos hoje. Diante dessa trajetória, como historiador, fotógrafo e morador — filho de imigrantes paraibanos que chegaram à Praia de Ramos na década de 1970 —, sinto-me incumbido de trazer novas perspectivas e nuances sobre a história da Praia de Ramos para o debate histórico. Meu objetivo é remexer a história dessa praia, que tem sido historicamente invisibilizada, reconhecendo suas complexidades sociais e culturais.

A pesquisa parte de um olhar endógeno e está ancorada em uma análise interdisciplinar e de fontes diversas, incluindo jornais, documentos de arquivos públicos e privados, fotografias e vídeos. Essas fontes são usadas para conduzir narrativas e representações que, ao longo das décadas, construíram imagens da praia de Ramos na cidade

do Rio de Janeiro. Através de uma abordagem crítica, a pesquisa se constrói de forma dialógica e entendendo como essas fontes não apenas documentam, mas também produzem realidades sociais, moldando visões sobre o subúrbio e seus moradores. A análise de imagens, em especial, permite uma leitura mais aprofundada sobre os estereótipos ligados ao lazer e à vida cotidiana nas periferias. Esta inserção enquanto morador e interativa, com usos midiáticos da produção de técnicas fotográficas e de proximidade afetiva, me permite transitar através de códigos, habitus e redes sociais cujas identidades se constroem internamente aos grupos, demandando reconhecimentos de afinidades e relações de confiança que são requeridas direta ou transversalmente por relações.

Para ser História, precisaria ser História da sociedade. Como as sociedades, seu funcionamento e suas transformações constituem problema da maior complexidade, é que se torna necessário estabelecer cortes e enfoques para dar conta de aspectos relevantes, articulados ao todo social. A cultura material (entendida, pois, como aquele segmento do universo empírico social e culturalmente apropriado) pode ser uma dessas plataformas de observação. Mas, para que a observação seja eficaz, é indispensável usar-se todo e qualquer tipo de fonte (fontes materiais, escritas, orais, hábitos corporais, etc., etc.) — ainda que os materiais possam predominar. É, contudo, a dimensão material da produção/reprodução social que está sendo estudada. (MENESES, 2003, p. 26)

As reflexões foram desenvolvidas por fontes coletadas a partir da leitura de bibliografia, periódicos, fotografias, mapas, novelas e vídeos de propaganda. Aproveitando a diversidade de fontes, a pesquisa focou principalmente na análise da formação e modificações da Praia de Ramos alinhado às condições políticas, sociais e econômicas que forjaram um cenário para a formação do Piscinão de Ramos, construindo as imagens do território. Essa postura ativa de diálogo entre pesquisador e fontes, leva a confluência de múltiplas abordagens destacando a cultura visual como ponto de reflexão para produção da história, possibilitando e ampliando o diálogos entre a História, Geografia, Sociologia, Antropologia entre outras ciências do conhecimento..

Segundo Ulpiano Meneses (2003) a cultura visual e as fontes visuais são dispositivos interessantes para o fazer historiográfico e a história, pois exige de nós, historiadores, a compreensão de como as sociedades constroem e transmitem significados por meio de imagens. A cultura visual, ela rompe com a lógica de “imagem meramente ilustrativa” e envolve a análise das práticas sociais que cercam a produção, circulação e consumo dessas

imagens, inserindo-as no contexto histórico e cultural em que foram criadas. As fontes visuais como jornais, novelas, propagandas devem ser vistas como artefatos que refletem dinâmicas sociais, políticas e culturais de uma época. Essas fontes permitem a nós, historiadores, acessar dimensões da vida social, ampliando nossa visão sobre experiência humana, as práticas cotidianas e que expressam-se nas tensões e disputas simbólicas e empíricas de cada contexto histórico. A cultura visual é um campo do conhecimento configurado por contextos, perpassados por instituições, comunidades, construção de subjetividades, debates intelectuais, protocolos e sanções de valores e significados, desejos e convencimentos. Ciente de que a imagem não se encerra exclusivamente no visível, o (in)visível se atrela com lógicas mediadas, negociadas, tensionadas a jogos de poderes e controles, articulados ao dar a ver/não dar a ver, ser visto/não ser visto. (SCHIAVINATTO, Iara Lis Fra; COSTA. 2016, p. 21)

Portanto, a possibilidade de entender as dinâmicas que compõem a praia de Ramos através da perspectiva apresentada no parágrafo anterior me levam a refletir sobre os aspectos territoriais que delineiam as primeiras imagens de segregação espacial na formação do território urbano carioca. Assim sendo, a seguir será apresentado um panorama inicial sobre as modificações ocorridas para a reordenação espacial e modernização do Rio de Janeiro enquanto uma cidade balneária e as consequências que desdobram sobre aspectos sociais, políticos e econômicos.

No final do século XIX durante as gestões de Pereira Passos/Rodrigues Alves (1902-1906), a região da Leopoldina, constituída de grande manguezal, já era parte de uma série de aterros e conhecida pelo porto de Maria Angú que também era posto de guarda fiscal (A manhã. 1925, p. 05) com ligação à Praça XV, com conexão para a Ilha do Governador. Esta ação está associada à necessidade de fortalecer a função portuária do Rio de Janeiro, para assim, ter efetiva melhoria na circulação de mercadorias. Como afirma Harvey (2005) no seu texto “A geopolítica do capitalismo”, onde ele fala sobre uma concordância majoritária de que “a reprodução da vida cotidiana depende de mercadorias produzidas mediante o sistema de circulação do capital, que tem a busca do lucro como seu objetivo direto.” (HARVEY, 2005, p. 129). Evidenciando o caráter portuário da cidade, pois o Rio de Janeiro no século XIX não era uma cidade limpa, segundo Jorge Luiz Barbosa, Diogo Cunha e Ana Thereza de Andrade Barbosa (2021), as praias do Rio de Janeiro de longe eram belas e perfumadas, mas

eram repositórios dos excrementos da cidade. Portanto, no final do século XIX, as preocupações com saneamento começaram a se tornar mais latentes.

No século XVIII, a prática do banho de mar surgiu a partir de uma demanda social e cultural pautada, sobretudo, nas premissas medicinais e higienistas daquela época. O litoral, outrora espaço que evocava ideias hostis, tornou-se um objeto central na vida moderna da aristocracia e da burguesia. A vilegiatura balneária, que surgiu por volta de 1730 na Inglaterra, acendeu a necessidade de um novo modelo urbano, arquitetônico e cultural a partir de então, e transformou consideravelmente esses espaços e suas paisagens. Séculos mais tarde, esse lugar balneário viria a ser destino privilegiado do turismo de massa no cenário global (FERREIRA. 2022, p. 19).

No caso do Brasil, no Rio de Janeiro tal associação resultou no surgimento de uma “ideologia da higiene”, de acordo com a qual as classes pobres teriam um forte elemento de contágio moral e também físico. O crescimento da cidade vinha assim acompanhada, nas suas causas e sintomas, de uma crise de teor sanitário: a insalubridade das moradias coletivas, carentes de requisitos mínimos de iluminação e circulação de ar. O agravamento das condições sanitárias marcou os finais do séc. XIX e que levava a certeza da necessidade de uma urgente remodelação da cidade (O’DONNELL, 2013). O processo de urbanização foi fortemente atravessado pelas ferrovias o que produziu e reproduziu diversos modelos de intervenção urbana. Tendo como o exemplo, uma famosa frase: “O bonde fez a zona Sul, e o trem fez os subúrbios” (O’DONNELL. 2013, p 23).

A relação entre higienismo e urbanização se intensificou no final do século XIX, quando o discurso higienista tornou-se um aliado do projeto de modernização urbana. Médicos e urbanistas viam a cidade como um corpo social que precisava ser desodorizado e ordenado para evitar doenças. Isso implicava intervenções nas habitações populares, que eram consideradas focos de doenças devido à falta de higiene e condições precárias. Os higienistas promoviam a destruição de cortiços e a segregação espacial, movendo os pobres para áreas afastadas, de modo a separar os diferentes grupos sociais e manter a ordem urbana. Forçando a movimentação da população pobre para a região de Irajá, conhecida como área rural. Com isso o perfil rural da região começa a se modificar ganhando novos ares urbanos, devido à proximidade com o centro da cidade.

Ainda no século XIX, essas mudanças se acentuam com adensamento ocupacional da zona Sul, como em Botafogo e na Glória, lugares procurados para moradia da aristocracia estrangeira e da alta burocracia local. Habitado por representantes do corpo diplomático e grandes capitalistas, os bairros ganharam espaço na mentalidade das elites do Rio de Janeiro, que, aos poucos, deixavam as regiões como São Cristóvão e Engenho Velho, que tinham seus prestígios associadas a ocupação imperial e que a partir dos anos de 1870 entra em declínio junto do regime. (O'DONNELL, 2013.)

A Praia de Ramos, foi configurada como um espaço de lazer popular que, ao longo de sua história, enfrentou dinâmicas e disputas territoriais que moldaram sua balneabilidade e função como área de lazer, em contraste com a consagrada Copacabana, que assumiu o papel de ícone balneário e símbolo da identidade praiana da cidade. Ramos, lugar que antes era Fazenda Engenho da Pedra com proximidade ao porto de Maria Angu, depois com a Parada de Ramos através da instalação da Estrada de Ferro do Norte articulada por descendentes do capitão Luiz José Fonseca Ramos e a tentativa de Ramos em se lançar como capital da Leopoldina com sua praia a beira da baía de Guanabara com atrativos naturais que se expressou na construção de Iate Clube de Ramos e o balneário de Ramos, que de acordo com as demandas sociais, políticas e econômicas tem um processo histórico que nos fazem refletir sobre um caso curioso de balneabilidade e o lazer nos subúrbios.

No final do século XIX e início do século XX, o centro das atividades de lazer nas praias deslocou-se das águas do mar para as areias, introduzindo novas práticas que redefiniram a experiência dos frequentadores. A permanência nesses espaços passou a ser marcada por uma diversidade de atividades, e o banho de mar deixou de ser a principal atração, muitas vezes tornando-se secundário. Consequentemente, a praia transformou-se em um símbolo de novos comportamentos sociais e culturais, tornando-se também um espaço de disputas materiais e simbólicas (FERREIRA, 2022, p. 20).

O Rio de Janeiro do começo do século XX tentava se impor como uma cidade moderna. As transformações urbanas pelas quais a cidade passou nesse período demonstram claramente essa vontade. A expansão da cidade para a costa atlântica e a ocupação, primeiramente, de Copacabana, se juntaram a essa tentativa de ser moderno. Nesse mesmo momento, os balneários despontavam na Europa como espaços onde a modernidade era praticada (FERREIRA, 2022). Com a expansão da cidade do Rio de Janeiro, novos desafios surgiram em relação à ocupação e à viabilização do acesso aos arrabaldes ainda desocupados.

Nesse processo de desenvolvimento territorial, a lógica de ocupação e a relação entre o Centro e a Periferia se tornaram mais acentuadas, moldando o crescimento da cidade. A busca por transformar o Rio de Janeiro em uma vitrine do discurso civilizatório intensificou as desigualdades, definindo o direcionamento das políticas públicas e dos investimentos para as regiões historicamente associadas às elites cariocas.

Tais reformas acabaram por tornar mais difícil, quando não impossível, a permanência de grupos populares nessas zonas centrais, que tendiam a elevar o custo habitacional, além de servirem de ocasião para o emprego de expedientes de intimidação jurídica, agressões discursivas, difusão de estigmas e repressão policial sobre esses grupos. Concomitantemente, novos meios de transporte, a inauguração de indústrias, o desenvolvimento de comércios, a instalação de unidades militares e de projetos habitacionais tornaram as áreas suburbanas paulatinamente mais atrativas e viáveis não apenas para grupos populares, senão também para estratos médios e mesmo para certos setores da elite, o que incentivou a ocupação dessas partes da cidade. O convívio de grupos de diferentes estratos nos subúrbios, que resulta em uma composição social heterogênea, é um aspecto bastante enfatizado por Melo, pois teve consequências sobre o modo de ocupação dessas regiões, assim como sobre o modo como se estruturaram suas experiências (DIAS Apud MELO. 2023, p.2).

Assim sendo, a indústria cultural faz com que o lazer seja direcionado à manutenção e busca da construção de uma nova ordem social, tendo a dimensão de que o avanço tecnológico fortaleceu o alcance da cultura de massas. Somado a isto, a difusão de uma lógica do consumo com a padronização de produtos a serem consumidos e que geram impactos diretos nas formas de organização social. Com isso a indústria do lazer e entretenimento tornam-se uma das mais promissoras fontes de negócios da contemporaneidade, atrelada ao aumento de iniciativas governamentais relacionadas ao desenvolvimento de tais negócios (MELO, 2003).

Segundo Fernandes (2011), até o final do século XIX, o conceito de "subúrbio" no contexto carioca não existia tal como o conhecemos hoje. Com a Proclamação da República e as reformas urbanas realizadas por Pereira Passos (1903-1906) durante a gestão de Francisco Pereira Passos e Rodrigues Alves, houve uma redefinição das fronteiras e funções dos espaços urbanos do Rio de Janeiro. Essas reformas introduziram um novo padrão de segregação socioespacial, que contribuiu para a criação de uma distinção mais clara entre o

centro da cidade e suas periferias, estabelecendo o que viria a ser o raptó ideológico da categoria de subúrbio.

Essa reorganização espacial demonstra que o conceito de subúrbio no Rio de Janeiro passou a se diferenciar das características tradicionais observadas nas cidades europeias e outras cidades brasileiras, demandando uma análise dos referenciais ideológicos que embasaram a organização do território após as reformas de Pereira Passos. É nesse processo que surgem as formas singulares do que Fernandes denomina de conceito "Carioca de Subúrbio". Esse conceito foi amplamente problematizado pelas pesquisas da Professora Maria Therezinha Soares, que desenvolveu um estudo crítico sobre os problemas inerentes ao uso do termo "subúrbio" no contexto carioca.

Ao propor questões para esse debate, Soares argumenta que o uso da palavra "subúrbio" deve ser compreendido como parte de um processo histórico e interpretado como um "raptó ideológico" da categoria, conforme destacado por Fernandes (2011). O termo não apenas delimita um espaço geográfico, mas carrega consigo implicações sociais e culturais que refletem as dinâmicas de exclusão e desigualdade que marcaram o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. A elite do Rio de Janeiro sempre quis se manter distante física e socialmente de negros e pobres; assim a cidade se desenvolveu tratando distintamente os moradores dos bairros de alto e de baixo status. A elite procurou manter excluídas de seus espaços as pessoas indesejáveis, estigmatizando-as por intermédio de suas cabeças pensantes, os formadores de opinião (jornalistas e escritores, entre outros). Esses profissionais foram pródigos na produção e reprodução de estereótipos negativos para representar o subúrbio carioca e seus moradores em jornais, livros etc.

Os periódicos se manifestaram para construir narrativas sobre os territórios, como O Cruzeiro, uma revista ilustrada e, por isso, as imagens possuíam uma centralidade importante na construção das narrativas. No século XX, as revistas ilustradas tinham uma grande importância social, principalmente na formação dos valores sociais. As revistas ilustradas auxiliaram na criação de uma coesão interna de um grupo em ascensão (MAUAD, 2005, p. 153), a burguesia brasileira e, mais especificamente, a do então Distrito Federal. Portanto, afirma-se que as revistas ilustram comportamentos tidos como necessários para se tornar um bom cidadão, atuando como modelos a serem copiados e exemplos a serem seguidos pelo restante da sociedade.

Neste processo, as revistas ilustradas de críticas de costumes, publicadas na cidade desde o início do século, tiveram um papel fundamental ao possibilitarem a divulgação e assimilação rápida de imagens de pessoas, objetos, lugares e eventos contribuindo, de forma decisiva, para a criação deste novo padrão de sociabilidade. (MAUAD, 1999)

Vale ressaltar que as estratégias ligadas a viabilização da Praia de Ramos a consolidaram como uma espaço pensado para contemplar as classes médias e populares o que a distingue do banho de mar em Copacabana, que era destinada à aristocracia carioca. É interessante destacar que através das reflexões propostas por Julia O'Donnell (2013), os aristocratas do Atlântico Ocidental orientavam seus códigos enquanto moradores da metrópole da capital, ou seja Copacabana, na acepção etimológica do que significa Metrópole que é “o ventre da cidade”. Nesse processo de distinção entre outros lugares da cidade a aristocracia que surgia em seu crescimento não era somente definida pela hereditariedade, mas pelo sentido etimológico do que é aristocracia, que é o “governo dos melhores”.

Contudo, essa identidade suburbana, se liga a uma memória coletiva, que visa construir narrativas que impactam na identificação da Praia de Ramos enquanto lugar. Ou seja, para Maurice Halbwachs (1968) nossa memória se constitui de diferentes forças e que irão se inserir na memória da coletividade a que pertencemos. Segundo Pollak (1992), os elementos constitutivos da memória individual e coletiva perfazem em primeiro lugar acontecimentos vividos pessoalmente e aqueles acontecimentos que vividos por contato de outrem ou outrens ao qual a pessoa se sente pertencente, ou seja, vividos por tabela. De acordo com o historiador, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo em sua construção de si. Mas vale destacar que ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudanças, de negociações, de transformações em função do outro. Nesse ponto, podemos considerar que a identidade que é construída pela Mídia e pelo Estado sobre a praia de Ramos de certo modo tem como o outro a zona Sul e seus moradores sofisticados.

No contexto da Praia de Ramos, o lazer contribui para a preservação e transmissão da memória coletiva. O "Piscinão de Ramos" não é apenas um lugar de diversão; é um espaço carregado de significados históricos e culturais. Marília Medeiros (2013) sugere que as narrativas que emergem desse espaço de lazer são profundamente ligadas às experiências

vividas pelos moradores de Ramos, suas lutas, suas vitórias e suas aspirações. O "Piscinão", assim, torna-se um símbolo da resistência cultural e da capacidade das classes populares de criar e manter suas tradições e memórias, mesmo em face de adversidades econômicas e sociais (MEDEIROS. 2013, p. 7). Essa construção da memória coletiva através do lazer é também uma forma de resistência cultural. Ao ocupar os espaços públicos com suas práticas de lazer, as classes populares não apenas reafirmam sua presença na cidade, mas também desafiam as narrativas hegemônicas que muitas vezes marginalizam ou invisibilizam suas expressões. O lazer, nesse sentido, torna-se um ato político, uma maneira de resistir à exclusão social e de reivindicar o direito à cidade e à cultura.

Diante disso, é possível articular argumentações através da pesquisadora Ana Luiza Smolka (2000) que, por sua vez, explora a memória a partir de uma perspectiva histórico-cultural, onde ela é vista como um elemento chave na construção da identidade, tanto em nível individual quanto coletivo. Smolka argumenta que a memória é mediada por processos culturais e sociais, que determinam quais aspectos do passado são lembrados e quais são esquecidos. Ela destaca a importância da memória na formação da identidade, afirmando que "a memória não é apenas um depósito passivo de informações, mas um processo ativo de construção de sentido" (SMOLKA. 2000, p. 5).

Este ponto é interessante, pois é possível observar que há um processo de reconhecimento do território enquanto Piscinão de Ramos, expressão desse reconhecimento foi a junção das associações de moradores de ambas as favelas, Praia de Ramos e Roquete Pinto em uma só, ainda não foi possível localizar quando essa alteração ocorreu. Mas hoje, a associação de moradores do lugar ganhou o nome de Associação de Moradores do Piscinão de Ramos.

Nesse contexto, é essencial abordar o conceito de representação cultural, conforme explorado por Stuart Hall (2016). Segundo Hall, "a representação conecta significados e linguagem à cultura" (HALL, 2016, p. 15), sendo por meio dela que indivíduos e grupos constroem e disseminam suas visões de si mesmos e do mundo. A representação, para Hall, é um processo dinâmico em que os significados são constantemente negociados e reinterpretados, gerando tensões entre a consolidação de estereótipos e a possibilidade de subvertê-los (HALL, 2016, p. 22). Essa abordagem é crucial para compreender como imagens e discursos constroem e mantêm identidades, seja reforçando hierarquias sociais ou questionando-as.

Pollak (1992) destaca que as imagens têm um papel fundamental na construção da identidade, especialmente em momentos de crise, quando as representações visuais atuam como uma maneira de afirmar a continuidade e a coesão de um grupo. Ele observa que, em períodos de transformação social ou política, as sociedades frequentemente recorrem a símbolos e imagens do passado como forma de reforçar a identidade coletiva e resistir às mudanças iminentes (POLLAK, 1992, p. 4-5). Nesse sentido, a representação não se limita a reproduzir o passado, mas é um processo ativo de construção de significados, em que as imagens são usadas para negociar a identidade e a memória.

Ao serem contextualizadas como artefatos históricos, as fontes visuais ajudam na elaboração dos capítulos e a compreender as práticas cotidianas e os sistemas de códigos de uma sociedade. Assim sendo, os capítulos que compõem o trabalho são articuladas a fontes visuais como novelas, jornais, propagandas e fotografias, que documentam e interpretam a vida social e atuam como mediadoras entre o indivíduo e a realidade, produzindo discursos, representações, identidades e fortalecendo memórias coletivas.

Para nós, pesquisadores em história, o uso de jornais e revistas como fontes de pesquisa envolve também um olhar crítico sobre os interesses sociais, políticos e econômicos que influenciam nas narrativas das publicações. Segundo Márcia Silva e Gilmar Franco (2010), os jornais, especialmente no Brasil do século XIX e XX, desempenharam um papel central na veiculação de opiniões políticas e na disputa de espaços de poder. A imprensa consolidou sua posição como formadora de realidade e atualidade, sendo essencial para dar visibilidade a temas políticos, sociais e econômicos da época. É importante ressaltar que os periódicos foram articulados a outras fontes, não sendo uma preocupação desenvolver sobre a história dos jornais e revistas utilizados. (SILVA; FRANCO. 2010).

A fotografia, conforme argumenta Mauad (2008), não apenas preserva o passado, mas atua como uma ferramenta de legitimação de narrativas individuais e coletivas, sendo um poderoso meio para fortalecer a memória coletiva. Assim como a fotografia, os jornais e as propagandas também moldam percepções públicas e criam narrativas sociais, selecionando e destacando determinados acontecimentos, personagens e símbolos que ajudam a sustentar identidades culturais. Esses meios, ao mediar as tensões entre o presente e o passado, contribuem para a construção de uma "realidade" coletiva que é continuamente negociada e redefinida.

As telenovelas, assim como a fotografia, tornam-se fontes visuais que influenciam o subjetivo popular, consolidando identidades e memórias. Da mesma forma, as propagandas utilizam fontes visuais e textuais para criar representações que legitimam determinadas visões de mundo, tornando-se fontes ricas para se analisar a construção da realidade social e das identidades culturais ao longo do tempo. Através de narrativas audiovisuais, como telenovelas e minisséries, a televisão articula representações do passado que se conectam ao presente, moldando percepções coletivas sobre eventos históricos. Segundo Kornis (2007), essas produções não apenas contextualizam, mas organizam a ação e os personagens dentro de narrativas estruturadas pelo melodrama, contribuindo para a criação de um imaginário social que reflete os dilemas e os valores de diferentes épocas. Assim, a televisão assume um papel ativo na reconstrução histórica e na formação de uma visão compartilhada de nação, consolidando-se como um documento histórico de relevância para o entendimento da sociedade contemporânea.

Em todo processo de trabalho foram acionadas as fontes em jornais. Foram aproveitados a diversidade de periódicos entre 1920 e 2002: Jornal A Manhã, Gazeta de Notícias, Correio da Manhã, Jornal do Brasil e O Globo. Esses periódicos foram acessados por plataformas virtuais, o jornal A Manhã, Correio da Manhã e o Jornal do Brasil foram acessados por meio da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional. E O Globo foi pesquisado através de uma plataforma própria da instituição, que para ter acesso é necessário pagamento de mensalidade. As revistas O Cruzeiro e A Cigarra também foram acessadas via Hemeroteca Digital e a revista Municipal de Engenharia por busca através do Google. As fotografias puderam ser acessadas através de pesquisa do SIAN, sistema de pesquisa online da Biblioteca Nacional, o que possibilitou acessar o acervo de fotografias do jornal Correio da Manhã e do acervo da Agência Nacional. Através desse acervo de imagens do Correio da Manhã foi possível encontrar as imagens e informações relacionadas às reportagens onde se inserem tais fotografias ampliando a possibilidade de análise. Outro trabalho fotográfico, que foi uma importante fonte para pesquisa, é intitulado “Ramos” (2009-2012), um trabalho mais contemporâneo de fotografia documental do Julio Bittencourt que foi interseccionado com outras fotografias analisadas durante a pesquisa. A propaganda, que foi usada como fonte, é uma propaganda do governo do Estado do ano de 2001 que apresenta o Piscinão de Ramos ao carioca. Através da Novela “O clone” de 2001, da rede Globo de televisão, onde tivemos como foco de análise a representação da personagem Odete, interpretada por Mara Manzan, frequentadora assídua do piscinão de Ramos. A articulação entre a diversidade de fontes fez

com que o desenvolvimento da pesquisa se tornasse mais rico e tátil, direcionando a uma imersão plural e a construção de outras possibilidades de pensar a Praia de Ramos.

O primeiro capítulo, intitulado "*A Invenção da Praia de Ramos*", faz uma reconstrução histórica do território, destacando as disputas que moldaram seu desenvolvimento e o transformaram em um espaço de lazer. A partir da análise das fontes, o capítulo explora como a Praia de Ramos, outrora uma área marginalizada, se tornou um ponto de encontro popular, em oposição às praias da Zona Sul, vistas como símbolos de modernidade e exclusividade. O capítulo examina, também, as políticas públicas e intervenções privadas que influenciaram essa transformação, ressaltando as tensões entre os diferentes atores sociais envolvidos. O subcapítulo *Balneário e Lazer: Lançamento "novo" da Modernidade*, traça um breve histórico sobre a concepção de praia enquanto um espaço público de recreação, destacando o seu surgimento como inovação urbana e modernizadora, onde o lazer balneário passou a ser visto como novo produto a ser consumido, reformulando a cidade e evidenciando as contradições ligadas ao processo. Em "*Lazer e Balneabilidade nos subúrbios Cariocas*", são abordadas questões relacionadas a urbanização da Praia de Ramos e o lazer suburbano, destacando as peculiaridades entre as praias da zona sul e a Praia de Ramos, que trazem elementos para se pensar o processo de balnearização do Rio de Janeiro. Através do subcapítulo "*O Iate Clube de Ramos e o Serviço de Recreação Operária: A diversidade suburbana*" é possível perceber a relação entre os espaços institucionalizados, como o Iate Clube de Ramos e as práticas atreladas ao Serviço de recreação operária, ressaltando a diversidade de agentes sociais envolvidos na construção da identidade balneária da Praia de Ramos.

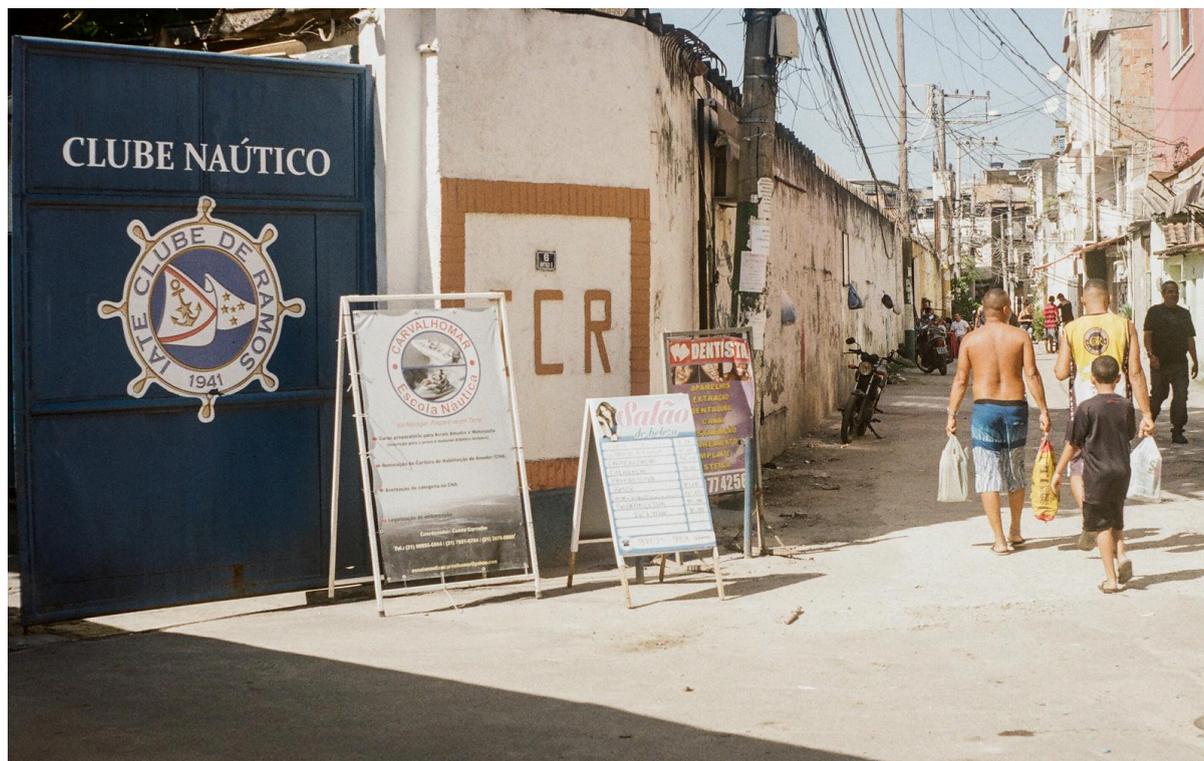
No segundo capítulo, "*O Sufocamento da Praia de Ramos*", o foco é sobre o processo de degradação do território da Praia de Ramos, resultante do crescimento urbano desordenado, da poluição e da falta de investimentos públicos. O capítulo demonstra como essas condições reforçaram a marginalização da região, ao mesmo tempo em que criaram as bases para a construção do Piscinão de Ramos. A análise das fontes revela como a Praia de Ramos foi progressivamente estigmatizada e como os moradores locais lutaram para manter seu espaço de lazer em meio a desafios ambientais e sociais crescentes. No subcapítulo "*Avenida Brasil*", se desenvolve uma reflexão sobre como a construção dessa via e o desenvolvimento industrial ao longo de seu percurso transformaram a região da Leopoldina e impactaram diretamente a Praia de Ramos. Em a "*Ilha do Fundão*", a análise desenvolve-se

sobre o impacto dos aterros e a construção da Cidade Universitária na Ilha do Fundão, que obstruíram o fluxo de marés e agravaram a poluição da Baía de Guanabara, afetando diretamente a balneabilidade da Praia de Ramos. Esse processo de modificação territorial tornou a praia cada vez mais imprópria para o uso recreativo, reforçando a segregação socioambiental. Por fim, o subtítulo “*Favelas*”, onde é discutido o crescimento desordenado das favelas ao redor da praia, como consequência da falta de políticas públicas habitacionais, e como esse processo foi acompanhado por um estigma social e representações midiáticas negativas, que consolidaram a imagem da Praia de Ramos como um espaço marginalizado e violento. Esses fatores, somados ao abandono público, porém o abandono ele se caracteriza como uma escolha do Estado, ou seja, há um investimento em faltas de políticas públicas e que, por uma série de interesses culminaram na criação do Piscinão de Ramos em 2001, uma tentativa de revitalizar o lazer suburbano diante das condições insalubres da praia de Ramos.

Finalmente, o terceiro capítulo, "Cada Mergulho é um flash: O Futuro passado do Piscinão de Ramos", explora a criação do Piscinão em 2002 como uma resposta às demandas de lazer da população suburbana. O Piscinão é apresentado não apenas como um projeto de lazer, mas também como um espaço de resistência e afirmação identitária para os moradores da periferia. O capítulo analisa como esse espaço se tornou um símbolo de orgulho para as classes populares, ao mesmo tempo em que continua a refletir as tensões sociais e espaciais do Rio de Janeiro. Através da análise de fontes contemporâneas, como reportagens e programas de televisão, o capítulo demonstra como o Piscinão foi incorporado ao imaginário carioca, representando tanto uma solução quanto um problema para as questões de lazer popular na cidade. A dissertação conclui que a Praia de Ramos e o Piscinão são territórios emblemáticos das contradições do desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. Representam as disputas por espaços e reconhecimentos em uma cidade marcada pela exclusão social e pela desigualdade. Esses espaços são simultaneamente locais de resistência e marginalização, simbolizando as tensões entre modernidade e exclusão que caracterizam a história recente do Rio de Janeiro. O subcapítulo, *Memórias e Disputas: O Piscinão de Ramos como Espaço de Lazer e Segregação Social*, aborda as tensões políticas e sociais em torno de sua construção, analisando as disputas simbólicas e materiais que transformaram o local em um espaço de lazer popular, mas também de segregação. Em "*Cada Mergulho é um Flash*" explora-se como a telenovela *O Clone* (2001) contribuiu para a popularização do Piscinão de Ramos e a perpetuação de estereótipos do suburbano carioca, especialmente através da personagem Odete. Já no subcapítulo *A Estética do Exótico: Representações Fotográficas da Praia de*

Ramos ao Piscinão, a análise recai sobre as representações visuais de Jean Manzon (1948) e Júlio Bittencourt (2009-2012), que contribuíram para reforçar a imagem do território como um espaço exótico e marginal, ao mesmo tempo em que registram aspectos da diversidade e complexidade do cotidiano suburbano.

CAP. 1 - “INVENÇÃO DA PRAIA DE RAMOS”



A fotografia do portão do Iate Clube de Ramos, que é de autoria do pesquisador que vos escreve, expressa um pouco dos meus primeiros questionamentos que motivaram a investigação. Quando se ouvia os moradores mais velhos falando sobre momentos vivenciados na praia de Ramos ao lado do Iate Clube de Ramos, instalado na rua Gerson Ferreira, n. 06. Relatos, geralmente referenciados na dificuldade de acesso ao seu interior. Falas que me fazem refletir sobre como esse muro, e antigamente cercas, separavam as experiências de quem podia pagar pela boa estrutura do clube daquelas vividas por quem residia em suas margens, e que em certa medida representa as profundas desigualdades do território carioca. Aqueles que viviam no entorno do clube e da praia em sua maioria eram trabalhadores, pescadores, muitas vezes, à mercê das profundas mudanças do Rio de Janeiro no decorrer do séc. XX, e que contribuíram para a crise habitacional, sanitária que crescia à medida que o tempo passava e a cidade se espriava. Porém, as águas que beiravam a moradia dessas pessoas eram objeto de trabalho e seguidamente transformadas em lazer. E a partir disso questiono: Como uma localidade humilde composta de duas favelas, têm em seu interior um Iate Clube que antes foi frequentado por pessoas de alto poder aquisitivo? Quais os impactos das articulações entre os poderes privado e público para a aplicação de políticas

públicas para a construção desse território? Como se expressam as disputas e tensões com o objetivo de transformar esse lugar em um habitat para reprodução da vida do trabalhador?

Nesse primeiro capítulo, terei o esforço de fazer um retrospecto para entender como se configurou esse território¹, lugar que antes era Fazenda Engenho da Pedra com proximidade ao porto de Maria Angu, depois com a Parada de Ramos através da instalação da Estrada de Ferro do Norte articulada por descendentes do capitão Luiz José Fonseca Ramos e a tentativa de Ramos em se lançar como capital da Leopoldina com sua praia a beira da baía de Guanabara com atrativos naturais que se expressou na construção de Iate Clube de Ramos e o balneário de Ramos, que de acordo com as demandas sociais, políticas e econômicas tem um processo histórico que nos fazem refletir sobre um caso inédito de balneabilidade e o lazer nos subúrbios. Compondo o mosaico de outras praias e localidades que passaram por processos de mudanças no início do séc. XX para se tornar um espaço de lazer, tendo Copacabana² como modelo de balnearização.

Para Milton Santos (1999), o território não é apenas o grupo dos sistemas naturais e de sistemas de coisas sobrepostas. O território tem que ser compreendido como o território usado, não o território em si. O território utilizado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de fazer parte daquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, o local da residência, dos trânsitos materiais e espirituais e do exercício da vida. O território por si só não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território utilizado que é uma categoria de análise (SANTOS, 1999, p. 08).

Assim, o território ganha sentido a partir dos seus objetivos de usos, circulações e que irá expressar em suas camadas sociais, políticas e econômicas as possibilidades de análise. Segundo Haesbaert:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação[...] Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaco,"desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'[...] Enquanto continuum dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na

¹Aqui o conceito de Território será desenvolvido mais adiante através de Milton Santos (1999), Rogério Haesbaert (2007) e Ana Ribeiro (2005).

² Para entender o modelo de Balnearização de Copacabana foi usado o trabalho de Julia O'Donnell (2013).

multiplicidade de suas manifestações que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência - pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe). Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. Os objetivos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo. (HAESBAERT, 2007, p. 20-22)

Então, trata-se de indagar sobre quem habitavam nessas regiões, aparelhos institucionais, as práticas sociais e cotidianas que atualizavam e ordenavam o espaço no litoral norte guanabarrino. Contudo, vale ressaltar que a aproximação da “Invenção de Copacabana” e a zona sul emergem como estímulo para o desenvolvimento reflexivo do leque de assemelhações e desassemelhações entre as localidades que foram encontradas em fontes durante a pesquisa, constituindo vestígios interessantes para se refletir sobre a construção das práticas de lazer, balneabilidade, e imagens sobre a Praia de Ramos nos subúrbios e na cidade do Rio de Janeiro. (O’DONNELL, 2013)

Dito isso, por que a praia de Copacabana é a praia dos ricos e a praia de Ramos é dos pobres? Com essa pergunta “grosseira”, tenho como objetivo estimular outras camadas para analisar o processo histórico de como é construída a Praia de Ramos e a sua imagem³. Segundo Mauad e Lopes (2014) as imagens podem ser, simultaneamente, resultados de visões da realidade material, bem como meios de visualização de dimensões invisíveis a olho nu. Seja como for, o uso das imagens como evidências e provas é sempre contingente e histórico. Caberia, portanto, indagar como e com qual objetivo são utilizadas pelo discurso ideológico.

Hoje, a região da Praia de Ramos divide espaço com o Piscinão de Ramos, que é um projeto ambiental construído em 2002, com inauguração no dia 16 de dezembro pelo então governador Antony Garotinho. A área de Lazer tem o nome de Parque Ambiental da Praia de Ramos Carlos de Oliveira Dicro⁴, que se constitui em uma grande piscina ou laguna de água

³MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, Cultura Visual, História Visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36, 2003.

Mauad, Ana Maria. Prática fotográfica e a experiência histórica – um balanço de tendências e posições em debate Interin, vol. 10, núm. 2, julho-diciembre, 2010, pp. 1-12.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. Imagem, História e Ciência. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 9, n. 2, p. 283-286, maio-ago. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222014000200002>.

⁴ Dicro, nome artístico de Carlos Roberto de Oliveira, foi um sambista carioca conhecido por seu humor e suas letras que retratavam o cotidiano do subúrbio. Ele dedicou uma de suas canções à Praia de Ramos, descrevendo de forma cômica os passeios familiares ao local. Além disso, também compôs uma música sobre o Piscinão de

salgada com 26 mil metros quadrados, com quadra poliesportiva, um campo de futebol society, um centro salva-vidas do corpo de bombeiros, ao lado da Baía de Guanabara e que tem por objetivo atender o lazer do bairro da Maré e os bairros adjacentes, questões que serão discutidas mais para frente.

Em consequência do sucesso do piscinão de Ramos, outro fato interessante para se refletir, é sobre como esse processo de construção da região enquanto balneário a fim de atender o lazer popular se firma com a construção do piscinão de Ramos, inserindo novos elementos para a identidade e representação do território, adequando o território a receber um novo e revitalizado espaço de lazer, isto pode ser observado através de periódicos, bibliografias e programas de tv e na boca do povo, “a Praia de Ramos é o coração do Piscinão”.

Entender a importância da Praia de Ramos no cenário carioca, é entender um fragmento importante de como a cidade do Rio de Janeiro se tornou uma cidade balneária, recheada de praias, mas que com o decorrer do desenvolvimento da cidade opta por quais praias serão a vitrine da modernidade, entre o urbano e a natureza. E é nesse contexto, entre a década de 1930 e 1940, em que, o que é hoje conhecido como a Praia de Ramos começa a dar as caras. Diante disso, eu, morador, fotógrafo, historiador, filho de nordestinos paraibanos que chegaram na Praia de Ramos na década de 1970, tenho como objetivo trazer a praia de Ramos com outras nuances para a roda da História.

1.1 - Balneário e Lazer: Lançamento “novo” da Modernidade

Nesse momento, aproveito para destacar que o retorno ao séc. XIX com referência a séculos anteriores não tem por objetivo ser prolixa, ou visa a busca por uma origem para a construção do piscinão de Ramos, mas sim demonstrar que ao longo do tempo esse lugar foi se modificando de acordo com interesses tanto de agentes sociais quanto da ação do Estado. O que ajudará a traçar caminhos e levantar questões sobre a divisão social do território carioca.

Ramos, consolidando sua conexão com o espaço. Em 2012, o Piscinão foi renomeado em sua homenagem, reconhecendo sua importância como figura emblemática da cultura suburbana carioca e sua ligação com o local.

Em meados do séc. XIX, o Engenho da Pedra e a Fazenda de Bonsucesso entraram nos espólios das irmãs Leonor de Oliveira Mascarenhas e Marianna Josefa Mascarenhas.⁵ O lote ocupava uma grande faixa do “mar de Inhaúma”, situado entre o Porto Maria Angu (atual Olaria) e a Ponta do Cajú. Este é um exemplo interessante para ressaltar a importância dos portos, que serviam como dispositivos de controle fiscal, trânsito de pessoas e mercadorias. Essas funções denotam características para pertencer a elite econômica do Rio de Janeiro, pois era essencial ter acesso aos portos e postos de comando da cidade. As condições envolviam ser pertencentes a uma ordem religiosa ou estar ligado às melhores famílias da terra, além de possuir engenhos. Em decorrência, foram muitos os conflitos por cada centímetro de terras beirando as águas da Guanabara, envolvendo ordens religiosas, colonos e senhores de engenho (BARBOSA; CUNHA; BARBOSA. 2021, p. 69).

Ramos teve seu primeiro projeto de ocupação urbana associado aos interesses do capitão Luiz José Fonseca Ramos e seus descendentes. Este, no ano de 1886, fez um acordo com os acionistas da Estrada de Ferro Norte para que os trilhos da companhia passassem pelas suas terras, o que deu nascimento à estação de Ramos e às primeiras ocupações de caráter urbano na região. (CHRISÓSTOMO, 2019, p. 07)

Além das intervenções do capitão Ramos para modificar e adequar o uso das terras ao processo de urbanização da cidade. No final do século XIX durante as gestões de Pereira Passos e Rodrigues Alves (1902-1906), a região da Leopoldina, constituída de grande manguezal, já era parte de uma série de aterros e conhecida pelo porto de Maria Angú que também era posto de guarda fiscal⁶, com ligação à Praça XV, com conexão para a Ilha do Governador. Esta ação está associada à necessidade de fortalecer a função portuária do Rio de Janeiro, para assim, ter efetiva melhoria na circulação de mercadorias.

Como afirma Harvey (2005) , há uma concordância majoritária de que “a reprodução da vida cotidiana depende de mercadorias produzidas mediante o sistema de circulação do capital, que tem a busca do lucro como seu objetivo direto.” (HARVEY, 2005, p. 129). Tal

⁵ Localizado entre os atuais bairros de Bonsucesso, Ramos, Olaria, parte de Manguinhos e da Penha (na área litorânea da freguesia), o complexo do Engenho da Pedra e Fazenda Bonsucesso pertencia à família Mascarenhas já no século XVIII e, segundo a historiografia existente, foi parte de uma propriedade maior: uma provável sesmaria concedida a Antônio da Costa, no século XVI, que teria sido a primeira das fazendas “não jesuíticas” instaladas em Inhaúma. No início do século XIX, a propriedade estava em mãos de três irmãs que a adquiriram de herança paterna. Uma delas vendeu sua parte para a rainha Carlota Joaquina e deste desmembramento surgiu o Engenho da Rainha. As outras duas chamadas D. Leonor Mascarenhas e D. Mariana Mascarenhas estiveram de posse das terras restantes até morrerem, em 1854. Enquanto administravam as propriedades do Engenho da Pedra e Fazenda Bonsucesso, vendiam datas de terra e também arrendavam para pequenos proprietários, alguns lavradores e partidistas de cana (LIMA. 2019, p. 12)

⁶ Arrecadação dos impostos fluminenses. A manhã, Rio de Janeiro. 30 dez. 1925. p. 05.
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20192&pesq=Maria%20ang%C3%B4&pagfis=15> (acessado em 14/05/2024).

afirmação evidencia o caráter portuário da cidade, uma vez que o Rio de Janeiro, no século XIX, não era uma cidade limpa. Segundo Jorge Luiz Barbosa, Diogo Cunha e Ana Thereza de Andrade Barbosa (2021), as praias do Rio de Janeiro de longe eram belas e perfumadas, mas eram repositórios dos excrementos da cidade. Portanto, no final do século XIX, as preocupações com saneamento começaram a se tornar mais latentes.

“Até porque, médicos, engenheiros, sanitaristas, por exemplo, passaram a dar cartas na administração pública federal e municipal. Mas uma pergunta continua de pé na areia: Como o Rio passou de uma cidade portuária a uma cidade balneária? Ao passo que devemos voltar - mais uma vez - ao Rio de Pereira Passos. Quando o Rio começa a correr para o mar...” (BARBOSA, CUNHA, BARBOSA. 2021, pág. 149)

A partir de 1902 foi implantado o projeto de expansão da cidade pelo então prefeito Pereira Passos e a região central começa a ser valorizada. Profundamente identificado com a política saneadora, e principalmente, regeneradora implantada pelo presidente Rodrigues Alves (1902-06), Pereira Passos foi nomeado o homem forte do projeto que visava fazer da capital da república uma vitrine do discurso civilizatório. Famosa pelo “bota-abaixo”, a gestão do novo prefeito (1902-06) teve como marco de embelezamento do Centro, que passou a ser objeto de intensas obras de alargamentos das ruas e redefinição de traçados, deixando para trás o feitiço colonial que caracterizava, até o momento, a ocupação urbana da capital (O’DONNELL. 2013, p. 52). Forçando a movimentação da população pobre para a região de Irajá, conhecida como área rural. Com isso o perfil rural da região começa a se modificar ganhando novos ares urbanos, devido à proximidade com o centro da cidade. Assim sendo, diversos aterros começam a se espalhar dando fim a parte dos manguezais (ARAÚJO, 2012, p. 103).

Ainda no século XIX, essas mudanças se acentuam com adensamento ocupacional da zona Sul, como em Botafogo e na Glória, lugares procurados para moradia da aristocracia estrangeira e da alta burocracia local. Habitado por representantes do corpo diplomático e grandes capitalistas, os bairros ganharam espaço na mentalidade das elites do Rio de Janeiro, que, aos poucos, deixavam as regiões como São Cristóvão e Engenho Velho, que tinham seus prestígios associadas a ocupação imperial e que a partir dos anos de 1870 entra em declínio junto do regime (O’DONNELL, 2013).

O Rio de Janeiro do começo do século XX tentava se impor como uma cidade moderna. As transformações urbanas pelas quais a cidade passou nesse período demonstram claramente essa vontade. A expansão da cidade para a costa atlântica e a ocupação, primeiramente, de Copacabana, se juntaram a essa tentativa de ser moderno. Nesse mesmo

momento, os balneários despontavam na Europa como espaços onde a modernidade era praticada.(FERREIRA, 2022)

No século XVIII, a prática do banho de mar surgiu a partir de uma demanda social e cultural pautada, sobretudo, nas premissas medicinais e higienistas daquela época. O litoral, outrora espaço que evocava ideias hostis, tornou-se um objeto central na vida moderna da aristocracia e da burguesia. A vilegiatura balneária, que surgiu por volta de 1730 na Inglaterra, acendeu a necessidade de um novo modelo urbano, arquitetônico e cultural a partir de então, e transformou consideravelmente esses espaços e suas paisagens. Séculos mais tarde, esse lugar balneário viria a ser destino privilegiado do turismo de massa no cenário global (FERREIRA. 2022, p. 19).

No caso do Brasil, no Rio de Janeiro tal associação resultou no surgimento de uma “ideologia da higiene”, de acordo com a qual as classes pobres teriam um forte elemento de contágio moral e também físico. O crescimento da cidade vinha assim acompanhada, nas suas causas e sintomas, de uma crise de teor sanitário: a insalubridade das moradias coletivas, carentes de requisitos mínimos de iluminação e circulação de ar. O agravamento das condições sanitárias marcou os finais do séc. XIX e que levava a certeza da necessidade de uma urgente remodelação da cidade. (O’DONNELL, 2013) O processo de urbanização foi fortemente atravessado pelas ferrovias o que produziu e reproduziu diversos modelos de intervenção urbana. Tendo como o exemplo, uma famosa frase: “O bonde fez a zona Sul, e o trem fez os subúrbios”⁷.

De acordo com as autoras Lilian Vaz e Carmen Silveira (1994) a evolução da área central do Rio de Janeiro ao longo do século XX, teve uma inclinação ao esvaziamento do uso residencial, acompanhada pela "modernização" e verticalização do espaço. Esse processo foi marcado por diversas intervenções de políticas públicas, que privilegiaram o desenvolvimento comercial e administrativo, enquanto afastava as o setores populares, contribuindo para a formação de grandes vazios urbanos e áreas deterioradas ao redor do núcleo central. (VAZ; SILVEIRA. 1994)

Segundo Maurício Abreu (1987) o uso do solo urbano é então condicionado pela competição entre os diversos setores da sociedade e classes sociais por segmentos do espaço. Sendo que as classes de baixa renda precisam minimizar os custos de transporte entre o local de trabalho e moradia. Esse comportamento se associa a uma prática política concentradora e

⁷ É importante lembrar também a relevância da inauguração, em 1858, do primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil), que viabilizou a rápida ocupação das freguesias suburbanas por ela atravessadas. (O’DONNELL.. 2013, p. 23)

anti-distributiva, desdobrando numa crescente elitização dos espaços urbanos centrais e consequentemente numa periferação das classes de baixa renda. Evidenciando a disparidade entre serviços e consumo produzidos socialmente pelo Estado, que beneficia quem mora nessas áreas valorizadas da Metrópole.

Dito isso, a difusão da cidade trazia novos desafios para ocupa o e viabiliza o para acesso aos arrabaldes desocupados da cidade. E que de acordo com o processo de desenvolvimento do território entre Centro x Periferia, a lógica de ocupa o e do desenvolvimento da voca o do Rio de Janeiro enquanto vitrine do discurso civilizatório se acentuam, delimitando e enviesando as políticas públicas e investimentos para regiões onde historicamente se reproduzem as elites do Rio de Janeiro. Portanto, esta pesquisa está localizada na Praia de Ramos, conhecida como um espaço de lazer popular e que tem em seu desenvolvimento histórico-sócio-territorial dinâmicas e disputas peculiares para o desenvolvimento de sua balneabilidade⁸ e espaço de lazer⁹ popular em oposi o a copacabana tida com uma missão balneária e arauto de uma identidade praiana da cidade.

Podemos compreender a balneariza o como um processo de transforma o dos espaços e das práticas vinculadas a esses espaços.   um processo dentro de um tempo,   a transforma o de um bairro ou de um lugar[...] Nessa história contada sobre a rela o do homem com o mar, não   possível identificar o momento exato do início do desejo de estar na praia. Proposto pela maioria dos autores em concordância, existem três momentos fundamentais que não podem ser esquecidos nessa rela o. No primeiro momento, que começa na segunda metade do século XVIII e vai até a primeira metade do século XIX, a praia era fundamentalmente frequentada com finalidades terapêuticas. A partir do final do século XIX até meados do século XX, transformou-se em objeto de

⁸ CHRYSOSTOMO, Maria; FERREIRA, Lohanne; VIDAL, Laurent.

Refletindo sobre a *din mica* de fronteira própria ao fen meno balneário, ela pode ser apreendida a partir de, pelo menos, cinco escalas interligadas – o mundo, a região, a cidade, a orla e o corpo: O mundo, pois, como fen meno de fronteira, a balneariza o nasce e se desenvolve de maneira conectada e transnacional e, ao mesmo tempo,   sens vel  s tens es geopol ticas; A região, pois recria o diálogo natureza/cultura a partir da instala o nas margens inquietantes da zona costeira, artefatos e dispositivos ligados ao uso balneário do espaço; A cidade, pois a balneariza o reestrutura partes do espaço urbano instaurando novos usos e práticas socioespaciais; A orla, definida como área de contato imediato terra/mar e de interface de processos terrestres e aquáticos”, que   redesenhada, o que redefine frequentemente os usos e sentidos desta zona. E, finalmente, o corpo, essa “unidade mínima que permite o contato com a areia da praia, a água e o sol. Nesta perspectiva, a pele   a última fronteira, protegida ou não pelo guarda-sol, pois a cultura balneária faz do corpo um território político onde se faz e se desfaz permanentemente a “partilha do sensível” (Ranci re, 2005). (VIDAL; CHRYSOSTOMO, 2021)

⁹ No cenário internacional,   importante destacar que o interesse pelo lazer e o desenvolvimento das primeiras investiga es sistematizadas sobre o assunto têm origem na segunda metade do século XIX.  quela época, o lazer foi entendido apenas como um tempo disponível depois das ocupa es, como pode ser constatado no Dictionnaire de la langue Française, elaborado por Maximilien Littré no Maximilien Littré decorrer dos anos de 1860. Segundo o sociólogo francês Joffre Dumazedier Joffre Dumazedier (1973), esta defini o foi reproduzida por vários autores, e somente em 1930 o Dictionnaire, de Claude Aug , Claude Aug  acrescentou um novo significado a este verbete: o lazer passou a ser concebido como distra es, ocupa es às quais o indivíduo poderia se entregar de espontânea vontade, durante o tempo não ocupado pelo trabalho [...] A partir da década de 1970 que o lazer passou a ser visualizado como uma área capaz de aglutinar e impulsionar pesquisas, projetos e a es multidisciplinares, coletivos e institucionais [...] a partir da década de 1990 percebemos uma diversifica o nos estudos sobre o lazer, que deixa de ser fruto apenas de reflexões sociológicas, passando a ser focalizado em diversas perspectivas. (GOMES, Christinne; MELO, Vitor. 2003, pág.25)

lazer, sociabilidade e distinção social. E, a partir da segunda metade do século XX, converteu-se em lugar de consumo (FERREIRA; 2022, pg. 24-33).

Ao final do século XIX e, sobretudo, no começo do século XX, o locus do lazer nas praias deslocou-se definitivamente do mar para as areias, e novas práticas passaram a reger quem frequentava aqueles lugares. O tempo de permanência nesses espaços passou a ser gerido por diversas atividades que surgiram para ocupá-lo. O banho de mar deixou de ser o ponto alto da jornada e, muitas vezes, nem era mais fundamental. Conseqüentemente, a praia passou a ser símbolo de novos comportamentos que vinculavam seus frequentadores àquele lugar e faziam desse espaço um terreno de disputas materiais e simbólicas (FERREIRA., 2022, p. 20).

A proposta de urbanismo, entre outros quesitos, objetivava integrar a cidade do Rio de Janeiro ao mercado externo, que paramentava uma nova organização social, política e territorial. A atuação direta dos meios de transporte coletivo sobre a ampliação da cidade veio acompanhada de um processo de redefinição dos padrões de acumulação do capital imobiliário. Amparados pelo discurso de insalubridade da região central, numerosos grupos empresariais se revelaram ávidos por oportunidades de investimento em novas regiões da cidade. Assim sendo, esse processo objetiva reinventar a cartografia física e simbólica do Rio, com os trilhos atenuando a dicotomia entre o Centro e a periferia, cujo esboço já vinha se delineando há décadas. Em pleno crescimento urbano, os espaços se converteram também em mercadoria (O'DONNELL, 2013). Nesse sentido o desafio é compreender como se constrói uma prática política cotidiana que pode incorporar ou não certos padrões culturais, um processo comumente simultâneo, que também se arrolam às relações econômicas de poder. À necessidade de gestar um novo conjunto de comportamentos considerados adequados para consolidação do modelo de sociedade em construção, adenda-se a reorganização dos tempos sociais: a artificialização do tempo do trabalho, uma decorrência da industrialização, dá origem a um mais claro delineamento do tempo livre (MELO, 2010).

O Estado sofre transformações, onde as exigências de acomodação do sistema capitalista mundial traz como fator fundamental o processo de acumulação. As mudanças no sistema de produção industrial e seguida do modelo de acumulação das economias industriais (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998.). E assim, segundo Santos, “atravessa um processo de metamorfose para dar origem a um ‘novo’ Estado, funcional para as novas condições” (apud Santos, Souza, Silveira. BOISER, 1992, p. 47). “A estruturação das fábricas e a subsequente necessidade de facilitar a circulação de mercadorias transformaram a cidade no novo locus

privilegiado de vivências sociais, sede das tensões que se estabeleceram na transição entre o novo e o antigo regime” (MELO, 2010, p. 16).

Assim sendo, a indústria cultural faz com que o lazer seja direcionado à manutenção e busca da construção de uma nova ordem social, tendo a dimensão de que o avanço tecnológico fortaleceu o alcance da cultura de massas. Somado a isto, a difusão de uma lógica do consumo com a padronização de produtos a serem consumidos e que geram impactos diretos nas formas de organização social. Com isso a indústria do lazer e entretenimento tornam-se uma das mais promissoras fontes de negócios da contemporaneidade, atrelada ao aumento de iniciativas governamentais relacionadas ao desenvolvimento de tais negócios (MELO, 2003).

Houve uma mudança de enfoque determinante para a compreensão do lazer, no qual este passa a ser visto como tempo/espácio propício para a vivência de uma multiplicidade de experiências classificadas como não pertencentes ao mundo do trabalho, visão disseminada principalmente nas modernas sociedades urbano-industriais. Assim, foi a partir da necessidade de conhecimento e de controle social do tempo livre dos trabalhadores nos países industrializados que foi gestado, nos Estados Unidos, um campo de pesquisa denominado Sociologia do Lazer (MELO, 2003 Apud Werneck, 2003).

Nesse sentido, Melo destaca o modo como o crescimento populacional dos subúrbios esteve historicamente associado a reformas urbanas realizadas nos bairros mais centrais da cidade entre os séculos XIX e XX. Tais reformas acabaram por tornar mais difícil, quando não impossível, a permanência de grupos populares nessas zonas centrais, que tendiam a elevar o custo habitacional, além de servirem de ocasião para o emprego de expedientes de intimidação jurídica, agressões discursivas, difusão de estigmas e repressão policial sobre esses grupos. Concomitantemente, novos meios de transporte, a inauguração de indústrias, o desenvolvimento de comércios, a instalação de unidades militares e de projetos habitacionais tornaram as áreas suburbanas paulatinamente mais atrativas e viáveis não apenas para grupos populares, senão também para estratos médios e mesmo para certos setores da elite, o que incentivou a ocupação dessas partes da cidade. O convívio de grupos de diferentes estratos nos subúrbios, que resulta em uma composição social heterogênea, é um aspecto bastante enfatizado por Melo, pois teve consequências sobre o modo de ocupação dessas regiões, assim como sobre o modo como se estruturaram suas experiências (DIAS Apud MELO, 2023, p.2).

Segundo Melo (2010), o povo se educa em sua própria práxis, como sujeito da história. Assim, a classe social não pode ser isoladamente definida pelo lugar que ocupam os indivíduos nas relações de produção, mas também a partir do acesso que têm a determinadas experiências. Quando se fala em luta de classes devemos levar em consideração que foi a luta

(a experiência) que deu origem à classe: “O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica[...] a classe formou a si própria tanto quanto foi formada” (THOMPSON apud Melo, 1987a, v.2, p. 17). A experiência dos trabalhadores, conseqüentemente, não podem ser compreendidas somente como obtenção de comportamentos impostos, mas também como subjetivação, ressignificação, resistência quando um grupo de indivíduos compartilha um conjunto de posicionamentos contrários a determinado vetor de poder. Nos costumes, no cotidiano, se encontram espaços de luta e não só em espaços institucionalizados (MELO. 2010, p. 17).

A discussão sobre o conceito de subúrbio é essencial para esta pesquisa, pois permite entender as dinâmicas socioespaciais que moldaram o Rio de Janeiro, especialmente no início do século XX. O subúrbio, longe de ser apenas uma categoria geográfica, está intimamente ligado à segregação socioespacial e à construção ideológica da cidade. Essas mudanças de contextos históricos evidenciam o papel do subúrbio na formação de uma paisagem urbana marcada por contrastes entre centro e periferia, elite e proletariado, refletindo as demandas capitalistas e as tensões sociais do período.

O conceito de subúrbios é perpassado por dinâmicas temporais e espaciais que denotam variações sobre seu significado. Historicamente o conceito de subúrbio é mais antigo do que se parece, pois, a tentativa contemporânea de classificação para análise dos territórios geográficos dos centros urbanos tem se intensificado, exigindo estudos históricos e análises sobre os contornos e significados da categoria de subúrbio. Para essa afirmação é possível recorrer a Lewis Mumford (1960), José de Souza Martins (1991) e o trabalho reflexivo mais recente de Nelson Nóbrega Fernandes (2011), que constroem perspectivas que norteiam os estudos sobre o tema. Há implicações que envolvem o subúrbio que atingem diretamente a ordem espacial urbana, os estudos sobre cidade negligenciam atenção para o subúrbio, considerá-lo um fenômeno recente é equivocado.

devemos fixar a origem de tal designação: *suburbii*, do latim, as cercanias da cidade. Trata-se de espaços definidos por sua posição em relação à cidade, e na geografia dos romanos, como em toda parte, o subúrbio abrigou a produção agrícola e os espaços de vilegiatura e refúgio daqueles que podiam se ausentar periodicamente das tensões, conflitos e insalubridade urbanas (FERNANDES apud. MORAIS; NASSER. 2011, p.22).

A categoria de subúrbio representa um espaço geográfico situado à margem, sendo considerado no Rio Imperial sinônimo de arrabalde, nas bordas, na periferia, fora da cidade,

um espaço muitas vezes subordinado às cidades. Sendo essas características as mais invariáveis na história do conceito, o que garante uma equivalência empírica da palavra com a realidade (FERNANDES, 2011).

Todas as vizinhanças da cidade, ao norte, ao sul, e a oeste, eram seus subúrbios ou arrabaldes, sendo ocupados mais ou menos da mesma forma e pelas mesmas classes sociais, não havendo razão para que a categoria subúrbio justificasse um sentido pejorativo, ou mesmo que seu uso fosse limitado para um setor específico do entorno do Rio de Janeiro. (FERNANDES, 2011, p.55-56).

Segundo Fernandes (2011), até o final do século XIX o conceito de carioca de subúrbio não existia. Mas com a República e as Reformas Pereira Passos (1903-906), que ocorreram durante o século XX durante a gestão de Francisco Pereira Passos/Rodrigo Alves (1902-1906) trouxeram novas definições sobre a demarcação do que é subúrbio no Rio de Janeiro configurando um novo padrão de segregação socioespacial. Essa reorganização espacial evidencia que o conceito de subúrbio carioca vai se diferenciar das características básicas das cidades antigas, incorporando a necessidade de analisar quais os referenciais ideológicos para o processo de organização do território do Rio de Janeiro a partir da reforma Pereira Passos. O que dará as formas singulares do "Conceito Carioca de Subúrbio". Tal assunto foi problematizado através das pesquisas da Professora Maria Therezinha Soares, em que ela desenvolveu um estudo crítico para identificar os problemas sobre os conceitos e seus usos para o caso carioca. Ao propor questões para a discussão, Soares indica que o uso da palavra subúrbio é parte de um processo histórico em que deve ser interpretado como um raptó ideológico da categoria de Subúrbio (*apud.*, FERNANDES, 2011).

O processo de produção da ideologia implica em investigações que demonstrem que o discurso ideológico opera em cima de lacunas, extingue a própria antiguidade e diversidade da história, propondo um mundo ideal, uma ordem natural dos homens, máquinas, espaços e mesmo palavras (FERNANDES. 2011, p.46).

Soares atentou para a discrepância de significado histórico e geográfico da palavra subúrbio aplicada ao Rio de Janeiro, o que deu bases para justificar a formulação de um conceito carioca de Subúrbio. Em decorrência disso outros intelectuais, passaram a se referir a palavra subúrbio enquanto periferia da cidade, bairros ferroviários e bairros populares localizados no território municipal e da área urbana da cidade (FERNANDES, 2011).

O conceito carioca de subúrbio é uma reinterpretação da palavra subúrbio em seu

sentido original como já abordado, o que lhe atribui outros significados. Uma primeira caracterização para o conceito de carioca de subúrbio é uma rara semelhança com o tecido urbano, conseguinte, um outro traço que delimita o conceito carioca de subúrbios é a referência quase que exclusiva aos bairros populares e ferroviários. Um terceiro aspecto consta a não utilização do conceito para regiões periféricas de classes médias e altas, a palavra subúrbio não era utilizada para designar as periferias de alto status, tendo como exemplo a zona sul com os exemplos da Glória, Botafogo e Copacabana na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Fernandes, Maria Therezinha Soares afirma que a classe social determina o que é o subúrbio no Rio de Janeiro, assim sendo, a palavra subúrbio ganha sentido de desprestígio social e passou a representar os bairros de subúrbios ferroviários e ocupados majoritariamente de classes médias baixas e populares (FERNANDES, 2011).

Muito do sentimento que o subúrbio evoca pode ser conhecido através dos depoimentos de ex-suburbanos prestados em Utopia Urbana, estudo de antropologia social do final da década de 1960, cujo objetivo foi estabelecer relações entre estratificação social, residência e ideologia, tendo como universo de análise os moradores de um edifício de apartamentos conjugados em Copacabana. “Vivi mais de trinta anos de vida de subúrbio, triste sem graça. Agora aprendi a me divertir[...] No subúrbio não se vive, vida boa é a de Copacabana” (MORAIS; NASSER Apud VELHO. 2011, p. 37)

Essa passagem expressa um exemplo do sentimento e a mentalidade que se constituem sobre os espaços e as experiências atreladas aos lugares do subúrbio carioca, além disso, enfatiza o argumento sobre a diferenciação dos espaços periféricos de alto padrão e os espaços mais a margem (ruralizados), essa divisão da cidade entre zona sul, central, norte e suburbana denota o forte caráter ideológico para construção objetiva e subjetiva em que as pessoas se definem a partir do lugar que moram, isso configura um mapa social da cidade que representa um corte ideológico e de divisão de classes. Um indicador sobre os limites de cada época pode ser observado através das representações e reprodução do espaço.

O surgimento do conceito de subúrbio carioca corresponde às grandes transformações urbanas do início do século XX (1903 e 1906). Nessa reorganização do espaço geográfico e social, há a implementação das necessidades capitalistas de usos da cidade, exigindo a separação de experiências entre as classes sociais. Assim sendo, o conceito carioca de subúrbio pode ser entendido como uma demanda ideológica, não só definindo um lugar, mas um lugar que passou a ser destinado ao proletariado do Rio. O discurso ideológico produzido

sobre o espaço não é somente um reflexo mecânico entre infra e superestrutura, portanto, dialético ligado à produção do espaço social e das representações do Rio de Janeiro aos moldes capitalistas (FERNANDES, 2011).

O ímpeto de morar perto da praia correspondia a um enorme aumento da convivência com as praias cariocas. O crescimento dos costumes praianos também colaborou. Com a introdução da exposição massiva ao sol, os horários de permanência sobre as areias se dilataram, o que favorecia a atração de um grande público. O uso das praias também ficou mais visível, era como se a cidade finalmente tivesse despertado para a vida balneária. Contudo, os meios de acesso às praias ainda não atendiam a essa demanda. O transporte público pouco se diversificou nesse período. Aos bondes se acrescentaram os primeiros ônibus automotivos, mas o preço da passagem era comparativamente alto. Em contrapartida, multiplicava-se a frota de automóveis particulares, o que beneficiava as classes superiores. Essa precariedade dava à elite carioca a perspectiva de manter sua hegemonia sobre as praias da zona sul.

De acordo com Melo (2010):

Thompson propõe uma outra maneira de buscar e investigar as “experiências” dos trabalhadores, não apenas em suas relações econômicas, mas nos seus modos de vestir e de morar, de comemorar, de festejar, de cantar, de transmitir suas tradições orais, de viver com elas ou de resistir às transformações também como vivência cotidiana, em seu dia a dia e esta é uma nova maneira de ver a luta de classes em seu processo histórico (Apud FENELON, 1995, p. 86).

Segundo Melo (2005), nesse processo de organização da cidade moderna, percebe-se também como foram claramente construídos sentidos para noções de “centro” e de “periferia”. que na prática, organizará um espaço com condições contraditórias, onde se estabeleciam os subúrbios com refúgio de lazer, mas também onde se depositava o despejo dos dejetos do centro e que cada vez mais se localizava a população que não podia habitar o centro.

Portanto, é possível classificar a Praia de Ramos enquanto praia suburbana. Enquanto as áreas centrais, como Copacabana, na zona sul, eram destinadas às elites e se tornavam símbolos da modernidade carioca, os subúrbios cariocas, incluindo Ramos, transformaram-se em dispositivos de lazer para as classes populares, delineando características próprias que fugiam a uma imagem de civilidade. Diferente das praias da zona sul, que recebiam grande

atenção do poder público, com investimentos em infraestrutura, transporte e comodidades para atrair turistas e manter um público de prestígio, Ramos se via relegada a um segundo plano. Mesmo com seu potencial natural, foi negligenciada pelas autoridades.

O contraste entre Copacabana e Ramos é evidente: enquanto Copacabana se beneficiava de uma ampla rede de transporte, facilidades para os banhistas e uma imagem associada ao glamour e à modernidade, a Praia de Ramos enfrentava desafios de acesso, pavimentação precária e uma ausência de políticas públicas que promovessem seu desenvolvimento. Além disso, enquanto Copacabana atraía turistas e habitantes da elite, consolidando-se como um espaço de status, a Praia de Ramos era frequentada principalmente por moradores da zona norte, São João de Meriti e da Baixada Fluminense, reforçando seu caráter de praia suburbana e popular.

A praia de Ramos, nesse período, passou a ser o principal ponto de encontro dos banhistas da zona norte. Resultou de uma extensão da praia do porto de Maria Angu, ocorrida com a fundação do bairro de Ramos, entre Bonsucesso e Penha. Até o final dos anos 20 era conhecida como a praia do Apicu e por algum tempo ainda seria referida como praia de Maria Angu. Embora a classificasse no rol das praias rústicas, Théo-Filho¹⁰ reconhecia a praia de Ramos como a melhor dentro da baía de Guanabara, com águas mansas e limpas. O maior obstáculo ao seu uso era a falta de pavimentação e calçamento nas suas vias de acesso. Apoiavam essa reivindicação, em nome de milhares de banhistas, sociedades como o Olaria Atlético Club e o Sport Náutico de Ramos. Apesar dessa precariedade, estabeleceu-se ali uma “vida elegante” entre moradores dos bairros da Leopoldina e logo começaram a se introduzir benefícios. Em 1930, funcionava um serviço de socorros organizado por iniciativa privada e, em 1938, a Prefeitura inaugurou o Posto de Salvamento de Ramos. Para troca de roupas, os banhistas usavam alguns quartos, como os do balneário Paraíso dos Tritões, mas ainda teriam de esperar até 1945 para que se cumprisse a promessa de um grande estabelecimento público (DONADIO, 2019).

¹⁰ Seu nome era Manuel Teotônio de Lacerda Freire Filho, nascido em Recife em 1873 e seguiu sua vida rumando para o Rio de Janeiro, morto em 1973. Contista, poeta, teatrólogo, romancista, novelista, cronista, diplomata, jornalista. <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=12293> (acessado em 05-05-2024)

1.2- Lazer e balneabilidade nos Subúrbios Carioca

No final do séc. XIX, se instalaram em lotes da antiga Fazenda Engenho da Pedra, o Coronel Joaquim Vieira Ferreira e família, antepassados das famílias Vieira e Ferreira, em sua maioria constituída de médicos, militares e advogados.¹¹ Utilizaram engenhosamente as qualidades e atributos da paisagem marítima da região para alcançar seus objetivos imobiliários no crescente mercado de terra. O coronel tinha como objetivo em seu projeto transformar Ramos em uma espécie de capital dos subúrbios. A partir dos anos de 1920 anunciava terrenos e imóveis para venda¹², próximos a praia de Maria Angú. Através dos Jornais tem-se acesso a materiais dedicados a reivindicar melhorias para os subúrbios¹³. Tais materiais colocam em centralidade a envergadura política do Coronel que colocava em cena o poder de barganha com demais agentes para a consolidação do projeto de ocupação e especulação imobiliária da região.

Tal processo explica a alienação das terras pertencentes à família Ramos, da qual fazia parte o sítio Bambu, vendido à família Teixeira Ribeiro; responsável pela abertura de ruas, calçamento, iluminação e esgotamento. Por volta de 1910, alguns dos terrenos ainda não ocupados, e cuja propriedade era de um dos herdeiros da antiga fazenda Nossa Senhora do Bonsucesso, passaram a integrar o patrimônio do coronel Joaquim Vieira Ferreira e sua esposa Ruth Ferreira. É dessa família, composta de médicos, advogados e militares, ou seja, de membros da elite local, que nasce alguns anos mais tarde a ideia de replicar o modelo “Beira Mar” no subúrbio. (Chrysostomo, 2019, p. 06)

Segundo Chrysostomo (2019), como um dos elementos da identidade carioca se tem a sua vocação balneária, onde o espaço-praia passa a ser fonte de lazer e esporte, como estilo carioca de ser e com a difusão desse novo modelo de lazer há o nascimento de diversos clubes de regatas. No ano de 1915 o Automóvel Club do Brasil, atentos a essa nova tendência, lança mão de um projeto de construção e instalação de um balneário moderno em Copacabana, com apelo para prefeitura do Distrito Federal de que os banhos de mar é uma questão de saúde pública, pois com o aumento do remo e dos esportes náuticos necessita-se de lugares próprios para a prática da população (Chrysostomo, 2019).

¹¹ MAS obras em Ramos. Jornal de serviço - Rio de Janeiro. 22 out. 1970.
http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=13115&url=http://memoria.bn.br/docreader/ (acessado em 14/05/2024)

¹² ANÚNCIO de terreno para venda, rua apicú. Jornal do Brasil. 17 jul 1921.
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&pasta=ano%20192&pesq=Villa%20Gerson&pagfis=9432 (Acessado em 14/05/2024)

¹³ AINDA nos subúrbios da Leopoldina. Jornal do Brasil - 24 Jul. de 1927.
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&pasta=ano%20192&pesq=Villa%20Gerson&pagfis=57404 (Acessado em 14/05/2024)

No séc. XX, a prática de banho na praia de Ramos como em outras praias era recomendada pela sua capacidade terapêutica das areias monazíticas¹⁴, por meio da estrada de ferro Norte e Leopoldina muitas famílias da serra de Petrópolis vinham para o recôncavo de Inhaúma, onde ficava localizada a praia do Apicú. Segundo Chrysostomo (2019), o território da praia de Ramos era anteriormente conhecido com os nomes indígenas Apicú e Mariangu, a praia do Apicú, significa em tupi-guarani “brejo de água salgada”. Mariangu, como foi também batizada, é o nome indígena da ave abundante na orla marítima. (apud Chrysostomo. Fraiha e Lobo, 2006).

“O nome apicú teria sua origem no tupi-guarani e significava “brejo de água salgada”. Já no caso do significado de Maria Angu, o buraco é mais embaixo. Segundo algumas pessoas era assim denominada por causa de uma ave Mariangu (também chamado de Curiango ou Bacurau). Outra versão dá conta de uma erva comestível também conhecida como erva de angu, com origem no quicongo, língua africana do grupo Banto. O local teria por causa da erva, recebido o nome em virtude de suas pastagens. Dizem também que o nome tem origem imemorable, referindo-se a uma negra alforriada de nome Maria que vendia angu no porto. Com a abertura da avenida Brasil, entre 1941 e 1944, o cenário mudou de forma brutal. O verão fervilhante nas praias de Maria Angu e do Apicú foi em sua maior parte aterrado e extinto. E os nomes das duas praias passaram a ser usados como sinônimos. Sinônimo de Praia de Ramos.” (BARBOSA; CUNHA; BARBOSA. 2021, p. 164-165)

A ideia de urbanização e balnearização da praia de Ramos inicialmente não se articula ao interesse público, diferente do projeto de urbanização e balnearização em Copacabana, onde há um forte investimento entre capital público e privado. As melhorias ligadas a praia de Ramos, estavam diretamente referenciadas nas intenções do Coronel Vieira Ferreira com a Villa Gerson¹⁵. Pois, os atributos para promoção da região eram, a infraestrutura dos terrenos vendidos agregada as imagens de lugar pitoresco. Nesse sentido há uma tentativa de integrar o emergente distrito de Ramos à cidade e a villa Gerson à praia de Ramos.

Tal perspectiva estava presente em seu plano de urbanização que previa a venda de lotes nas margens da Avenida Guanabara, paralela à praia de Ramos, imitando a existente em Copacabana. A fama de seu empreendimento concorreu à época para que a imprensa apelidasse a Villa Gerson de “Copacabana dos Subúrbios”. (Chrysostomo, 2019, p. 8)

¹⁴ A areia monazítica, mencionada no contexto da praia de Ramos no início do século XX, é uma areia rica em minerais radioativos, especialmente monazita, conhecida por suas propriedades terapêuticas. No caso de Ramos, as areias monazíticas foram valorizadas por suas supostas capacidades de cura, atraindo frequentadores, principalmente de famílias que vinham de Petrópolis e de outras regiões, em busca dos benefícios terapêuticos associados à exposição a essas areias. Esse fator ajudou a consolidar o local como uma praia popular entre os suburbanos e fomentou sua associação com o lazer balneário (CHRYSOSTOMO, 2019)

¹⁵ A Villa Gerson foi um loteamento criado pelo Coronel Joaquim Vieira Ferreira na região de Ramos, Rio de Janeiro, durante os anos 1920 e 1930. Esse loteamento fazia parte de um projeto de urbanização e balnearização da área, com a intenção de transformá-la em uma espécie de "Copacabana dos subúrbios". A Villa Gerson foi desenvolvida com o objetivo de atrair a classe média, oferecendo terrenos e imóveis próximos à praia de Ramos, promovidos como modernos e higiênicos. (CHRYSOSTOMO, 2019)

Mas para que a aplicação do projeto fosse efetiva, era necessário que o coronel sensibilizasse agentes públicos e privados para captação de recursos. Com isso, Ferreira utilizou inúmeras estratégias para se aproximar e aproximar figuras e instituições que pudessem viabilizar a proposta da Villa Gerson. Dentre os dispositivos estratégicos tinham doações de terrenos, cortejos, festejos, todos esses feitos eram noticiados pela imprensa da época. Através do clube militar e da Associação Brasileira de Imprensa, o coronel teve acesso a importantes decisões de intervenção na cidade pela prefeitura do distrito federal (CHRYSOSTOMO, 2019). Um outro órgão importante que trabalhou em conjunto com os interesses do Coronel Ferreira para a dinamização da ocupação da Praia de Ramos, foi o Centro dos Chronistas Carnavalescos¹⁶, que era responsável pela organização das festas de carnaval a partir da década 1930, colocando a praia de Ramos no calendário oficial de carnaval da cidade (Chrysostomo, 2019, p.13).

O projeto urbano de loteamento e renovação da área valorizavam os aspectos moderno e praiano de Ramos. O empreendimento privado do Coronel Vieira Ferreira anunciava também a construção de outros elementos fundamentais para a consolidação dos balneários da época: a construção dos clubes e dos cassinos, tal qual existiam na Zona Sul da cidade, principalmente em Copacabana. As propagandas dos novos empreendimentos também valorizavam esses aspectos voltados para um modelo de consumo, lazer e estilo de vida balneário (Ferreira, 2021).

Segundo Chrysostomo (2019), apesar da habilidade política e inserção em diversas redes sociais no ano de 1937, o projeto do Coronel não obteve aprovação final, pois, os interesses se conflitavam com as intenções de intervenção do governo Vargas, que através do corpo de engenharia, no ano de 1940, evidencia importantes projetos para a região com a construção da Avenida Brasil e do Balneário de Ramos.

“Na planta do empreendimento era anunciado também a construção de um cassino e de cabines na praia de Ramos. No entanto, o complexo balneário da Praia de Ramos proposto pelo coronel não obteve aprovação final. Um trecho das terras próximas ao mar onde se situava o empreendimento, de propriedade da Marinha, foi resgatado pelo governo e utilizado para a construção da Avenida Brasil. Somente em 1945, quando parte da avenida Brasil já havia saído do papel, instalou-se na praia de Ramos uma barraca do serviço de Recreação Operária, entidade criada dois anos antes, ligada ao ministério do trabalho, cujo objetivo era “coordenar o lazer dos trabalhadores”. No rebote da Balnearização de Ramos, surgiram dois clubes de iatismo: o Iate Clube de Ramos (criado em 1941) e o Carioca Iate Clube (em 1945).” (BARBOSA; CUNHA; BARBOSA. 2021, p. 166)

¹⁶ A Associação, criada em 1925, tinha a finalidade de intermediar as relações entre o poder público e os foliões; tarefa que passou a desempenhar principalmente a partir dos anos de 1930. Nesse contexto, o discurso de valorização da cultura nacional colocava em destaque o carnaval como expressão legítima do povo brasileiro. Fazendo parte do conjunto de atores sociais que passou a atuar como mediadores políticos, tanto os Cronistas Carnavalescos, como os folcloristas exerceram papel significativo nesse contexto de afirmação dos grupos populares (ALMEIDA, 2012).

Getúlio Vargas e autoridades em frente a cavalete com projeto do futuro balneário de Ramos



Fonte: Arquivo Nacional. Acervo Agência Nacional, 1939-1945.

A fotografia anterior, da Agência Nacional, tem em primeiro plano junto a crianças, o então presidente Getúlio Vargas e o prefeito Henrique Toledo Dodsworth¹⁷ e nas outras camadas da fotografia o corpo de representantes do Estado, juntos a uma placa “Projeto do futuro Balneário de Ramos”. Que expressam o “fracasso” do empreendimento do Coronel Joaquim Vieira Ferreira com a Villa Gerson e o sucesso do governo Vargas em se apropriar da visibilidade que a Praia de Ramos constitui enquanto espaço de diversão Sui Generis dos cariocas. As propostas ligadas ao Plano Agache¹⁸ visavam estender a rede de transporte do

¹⁷Henrique Dodsworth (1895-1975), foi médico e prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro) de 1937 a 1945, além de ter ocupado cargos como deputado federal e embaixador do Brasil em Portugal. Durante sua gestão como prefeito, conduziu diversas reformas urbanísticas no Rio de Janeiro, retomou e adaptou os planos do urbanista Alfred Agache produzido em 1927, estando à frente de obras importantes, terminou o desmonte do morro do castelo, abriu a Avenida Presidente Vargas e a urbanização de várias áreas da cidade. Ele também esteve envolvido na administração de obras públicas e no desenvolvimento da infraestrutura da cidade, incluindo a expansão do transporte público e a criação de espaços de lazer. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DODSWORTH,%20Henrique.pdf> (acessado em 06/10/2024)

¹⁸ O Plano Agache foi um projeto de urbanismo elaborado pelo urbanista francês Alfred Agache para o Rio de Janeiro na década de 1930. Esse plano visava modernizar e reorganizar a cidade com base nos princípios do urbanismo moderno, incluindo a criação de áreas verdes, ampliação do sistema viário, e construção de "cidades-jardim". Além de propor melhorias para a circulação urbana e a estética da cidade, o plano também

Distrito Federal, uma das ideias do governo era a de inventar atrativos turísticos nos “confins suburbanos”, impulsionando o consumo de novos bens e o cultivo de novos hábitos. Revelando-se um projeto de cunho cultural, com estratégias de convencimento da população de que o banho em Ramos representava uma imersão no pitoresco subúrbio carioca. Além disso, através da leitura dessa fotografia vale destacar o perfil das pessoas que compõem a cena, majoritariamente negras. Transformar a Praia de Ramos em uma das modas lançadas na Capital, era também, acentuar o contraste ao estilo de vida cosmopolita da zona sul da cidade, o que formatou e construiu o imaginário sobre a praia de Ramos.

Como evidência da preocupação pública para o desenvolvimento do balneário de Ramos, no ano de 1945: “Para a concorrência de um balneário em Ramos”. Um anúncio lançado no jornal Correio da Manhã, no dia 25 de maio de 1945, informava “Em despacho de ontem, na Secretaria Geral de Viação, o prefeito resolveu mandar abrir concorrência pública para a construção de um balneário na praia de Ramos, a margem da Avenida Brasil” (CORREIO DA MANHÃ. Para a concorrência de um balneário em Ramos. 1945, p.6). Chama a atenção que aproximadamente 30 dias depois do primeiro anúncio, a Prefeitura do Distrito Federal vem a público divulgar a liberação de crédito especial de Cr\$2.587.000,00 na Administração Superior, para atender a construção do balneário de Ramos (CORREIO DA MANHÃ. 1945, p. 2).

Outro exemplo interessante, são as duas reportagens em semanas seguintes, ambas publicadas no Correio da Manhã no ano de 1946. A primeira, publicada no dia 10 de julho de 1946, tendo como enunciado, “Balneário de Ramos e areia para evitar a lama da praia”.

“O prefeito visitou, as obras do balneário da praia de Ramos, cujos trabalhos estão adiantados, devendo ficar concluídos até novembro. Esse balneário terá uma sede para o Iate Clube, restaurante, campos para play-ground, assistência médica, 80 banheiros com chuveiros, destinados a senhoras e cavalheiros. Grande quantidade de areia será colocada próximo do mar, com objetivo de fazer desaparecer a lama que aparece quando a maré baixa.” (CORREIO DA MANHÃ. Balneário de Ramos e areia para evitar a lama da praia. 1946, p. 2)

abordava o problema das habitações populares e das favelas, recomendando a sua remoção e a construção de habitações mais adequadas. O Plano Agache representava uma tentativa de harmonizar o crescimento da cidade com as demandas por saneamento, saúde pública e embelezamento urbano, mas acabou não sendo implementado integralmente devido às mudanças políticas e econômicas ocorridas com a Revolução de 1930. (VALLADARES. 2000)

Em seguida, em reportagem do dia 20 de Julho de 1946, que entrelinhas nos diz sobre a repercussão da Praia de Ramos no cenário carioca. Era anunciada a visita do prefeito às obras do Balneário de Ramos, como visto na reportagem anterior. Destacando que a obra ficaria concluída em novembro. Mas essa é somente a introdução para falar sobre o balneário da Lagoa, de iniciativa da Prefeitura, cuja a maquete foi apresentada com a do balneário de Ramos, em exposição no Instituto de Arquitetos do Brasil. Em tom de reivindicação, é feita uma cobrança a prefeitura para os olhos a outras áreas da zona sul:

“O esquecimento em que tem permanecido a lagoa Rodrigo de Freitas, apesar de suas grandes possibilidades turísticas, é principalmente motivado pela falta de um local de onde se possa, com conforto, apreciar o seu encanto panorâmico. Seria o caso, portanto, de se reservar a lagoa, no novo Código de Obras, em elaboração, um capítulo especialmente destinado à correção de semelhantes falhas e no qual fossem previstos os retoques necessários à sua beleza natural” (CORREIO DA MANHÃ. Balneário Lagoa. 1946, p. 04).

Vale ressaltar que as estratégias ligadas a viabilização da Praia de Ramos a consolidaram como uma espaço pensado para contemplar as classes médias e populares o que a distingue do público da zona sul e do banho de mar em Copacabana, que era destinada à aristocracia carioca. É interessante destacar que através das reflexões propostas por Julia O'Donnell (2013), os aristocratas do Atlântico Ocidental orientavam seus códigos enquanto moradores da metrópole da capital, ou seja Copacabana, na acepção etimológica do que significa Metrópole que é “o ventre da cidade”. Nesse processo de distinção entre outros lugares da cidade a aristocracia que surgia em seu crescimento não era somente definida pela hereditariedade, mas pelo sentido etimológico do que é aristocracia, que é o “governo dos melhores”. “Eleita pela natureza e por Deus, e seguindo à risca as cartilhas da ciência e da civilização, a aristocracia copacabanense parecia não ter dúvidas a respeito do repertório sobre o qual buscava formar sua unidade simbólica[...] Num contraste marcante com seu máximo opositor simbólico, “os subúrbios”, o Rio Atlântico ressignifica a ideologia higienista, transplantando-se para o plano da estética e dos cuidados vinculados a um estilo de vida firmemente calcado na exposição do corpo. Belos, fortes e saudáveis, os membros da elite de Copacabana afirmavam seu prestígio para além dos elementos de cultura e civilização stricto sensu” (O'DONNELL. 2013, p. 123).

Os periódicos se manifestaram para construir narrativas sobre os territórios, como O Cruzeiro, uma revista ilustrada e, por isso, as imagens possuíam uma centralidade importante na construção das narrativas. No século XX, as revistas ilustradas tinham uma grande importância social, principalmente na formação dos valores sociais. As revistas ilustradas

auxiliaram na criação de uma coesão interna de um grupo em ascensão (Mauad, 2005, p. 153), a burguesia brasileira e, mais especificamente, a do então Distrito Federal. Portanto, afirma-se que as revistas ilustram comportamentos tidos como necessários para se tornar um bom cidadão, atuando como modelos a serem copiados e exemplos a serem seguidos pelo restante da sociedade.

Neste processo, as revistas ilustradas de críticas de costumes, publicadas na cidade desde o início do século, tiveram um papel fundamental ao possibilitarem a divulgação e assimilação rápida de imagens de pessoas, objetos, lugares e eventos contribuindo, de forma decisiva, para a criação deste novo padrão de sociabilidade (MAUAD, Ana Maria. 1999).

A reportagem fotográfica de Jean Manzon fala sobre as diferenças entre o público das praias de Ramos e da Zona Sul, e a reportagem destaca que :

Quem frequenta as praias da zona sul, as praias limpas e policiadas, não faz geralmente idéia de que milhares e milhares de outros banhistas se derramam naquela mesma hora pelas praias, nem sempre limpas, mas sempre pequenas e feias, que bordam as margens dos subúrbios que contornam a baía de Guanabara. Lá não se encontram sereias exibindo maiôs de último modelo, as lourinhas, as sararás as morenas de olho verde, todo este cortejo de mulheres lindamente misturadas na babel das cores, de raças e nações que é a gloriosa Copacabana dos dias de calor. Nos subúrbios é o povo que vai à praia, é o operário, são as mocinhas do subúrbio à busca de melhores cores, são as gordas que trabalham e querem um pouco de vento e contato com a água refrescante[...] É o homem do botequim, o motorneiro, é o pequeno funcionário” (O CRUZEIRO, 24 de janeiro. 1948, p. 12).¹⁹

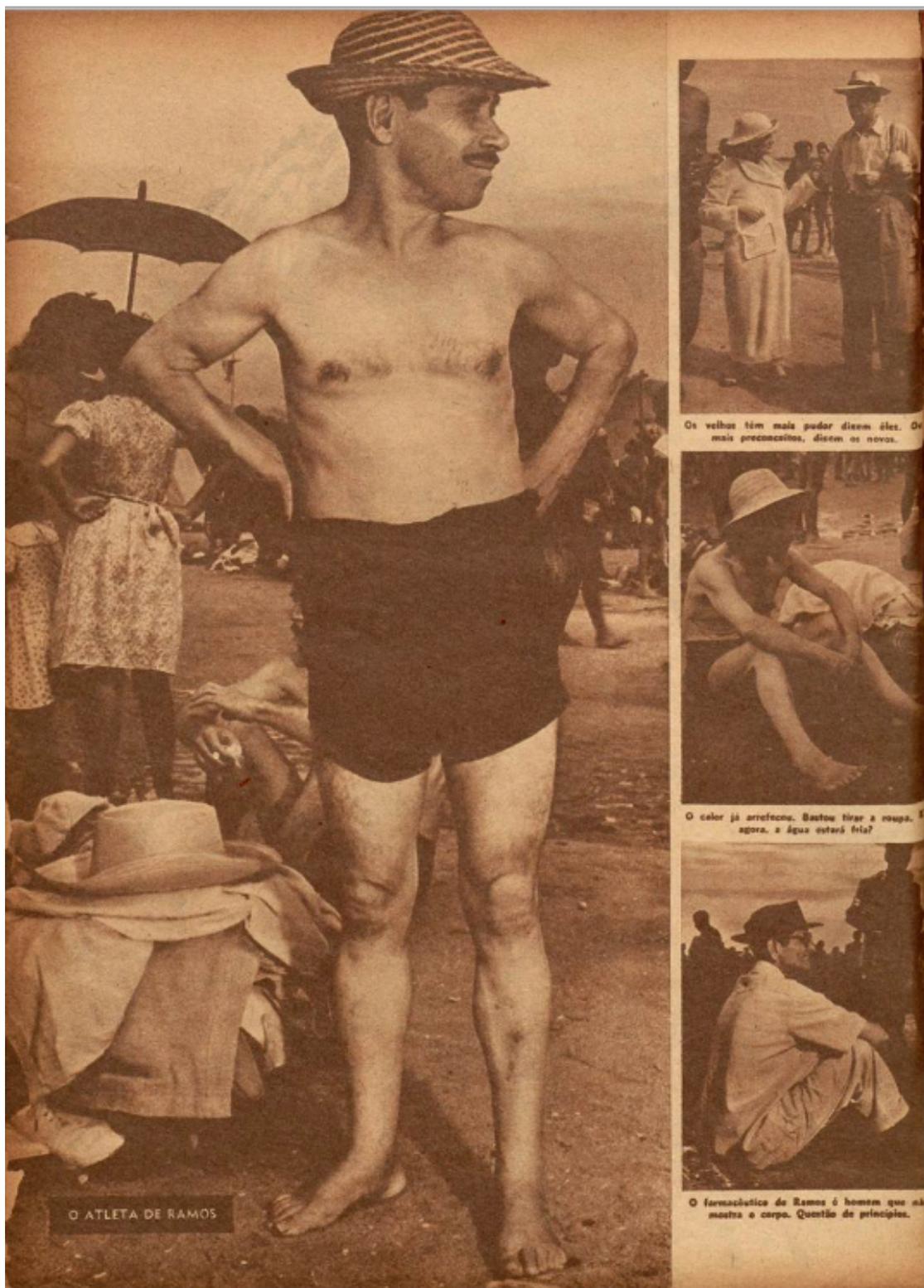
¹⁹Fonte biblioteca nacional. Acervo Revista O Cruzeiro, 1948. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=Praia%20de%20Ramos&pagfis=57389> (ultima consulta em 14/05/2024)



Fonte: O CRUZEIRO, 24 de janeiro. 1948.



Fonte: O CRUZEIRO, 24 de janeiro. 1948.



Fonte: O CRUZEIRO, 24 de janeiro. 1948.



Fonte: O CRUZEIRO, 24 de janeiro. 1948.

Segundo Ferreira (2022), de acordo com sua análise sobre as imagens da revista O Cruzeiro, a construção do Rio de Janeiro enquanto cidade balneária seguiu uma produção de imagens atreladas a dicotomia entre o que é morar nos subúrbios e as experiências entre ir à praia em Copacabana e ir à praia de Ramos. A praia de Copacabana ou outras praias da zona sul aparecem em todas as ocorrências de pesquisa pela palavra chave “Praia”. Uma grande diferença quantitativa que irá expressar o destaque das praias da orla Atlântica do Rio de Janeiro.

Essas imagens acima são da reportagem intitulada “Ramos 40º à sombra”. A fotografia que abre a reportagem retrata um cachorro sem raça definida (vira-lata²⁰) molhado, sentado na areia ao lado de pertences dos seus possíveis donos. A cena se constitui de um plano médio, na vertical, com o cachorro e os objetos no centro da fotografia. Segundo Ferreira (2022), um fator para destaque, é que ao colocar um cão vira-lata em toda a página de abertura da reportagem, denota uma alusão de que aquele animal representa o lugar (Praia de Ramos) e os seus frequentadores. O que não acontece com as fotografias que representam as praias da zona sul, não há cães vira-latas nesses lugares. Assim sendo, a imagem representava, em 1948, um lugar que é inferior, que é símbolo do que não tem pureza na origem, que é menor, rebaixado.

“O cão sem raça faz referência ao povo suburbano, os trabalhadores da indústria e as classes mais baixas; em contrapartida ao próprio estilo de vida cosmopolita dos frequentadores das praias da Zona Sul [...] Outro aspecto também relevante na análise das imagens é a idade das pessoas retratadas. Todas são pessoas de meia idade e, além das crianças brincando nas areias da praia de Ramos, não há nenhuma mulher ou homem jovens. São pessoas mais velhas, muitas delas idosas e em sua maioria homens, diferente do que encontramos como representação das praias da Zona Sul da cidade. Além disso, nenhuma dessas pessoas fotografadas na praia de Ramos está sorrindo [...] Os homens de Ramos são senhores de mais idade, trabalhadores da indústria e do comércio, suburbanos, franzinos e não adeptos da influência da moda internacional [...] Da mesma maneira como acontece com a série dos homens de Ramos, a série das mulheres de Ramos apresenta mulheres mais velhas, fora dos padrões de beleza da época e que não se vestem de acordo com a moda praia daquela época. Nas legendas das imagens e, principalmente, na própria escolha dos personagens a serem fotografados, podemos intuir que não são valorizados os mesmos elementos de outras praias, como as da Zona Sul, por exemplo. ” (FERREIRA, Lohanne. 2022. pág. 205-206)

A elite do Rio de Janeiro, ao que indicam as fontes quis manter distante física e socialmente de negros e pobres; assim a cidade se desenvolveu tratando distintamente os moradores dos bairros de alto e de baixo status. A elite procurou manter excluídas de seus espaços as pessoas indesejáveis, estigmatizando-as por intermédio de suas cabeças pensantes,

²⁰ Geralmente, são cães abandonados que reviram os lixos à procura de alimento.

os formadores de opinião (jornalistas e escritores, entre outros). Esses profissionais foram pródigos na produção e reprodução de estereótipos negativos para representar o subúrbio carioca e seus moradores em jornais, livros etc.

A praia de Ramos é um caso inédito da tentativa de construção de espaços balneários na cidade do Rio de Janeiro, a partir dos anos 1920 em diante. A pesquisa irá delinear em como havia-se a proposta de transformar tal praia em um modelo de balnearização dos subúrbios cariocas, com o objetivo de delimitar e organizar o lazer da classe média e da classe trabalhadora. O espaço de praia foi uma negociação de cultura balneária que visa a construção de uma identidade suburbana.

Partindo desse ponto de vista, a disseminação do lazer popular na praia de Ramos pode ser lida de duas formas: de um lado, como um projeto de modernização que se processava por meio do consumo de novos produtos, a partir da produção simbólica de imagens espaciais (positivas ou negativas) atizadas pela mídia. Por outro, pela construção de uma imagem de ausências e de urgências, tornando o lazer mais um item nas lutas pelo direito à cidade. A resignificação do espaço-praia, que redundou mais tarde na construção do balneário de Ramos em 1948, resultou, portanto, da mistura desses dois ingredientes.

Mas vale destacar que ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudanças, de negociações, de transformações em função do outro. Nesse ponto, podemos considerar que a identidade que é construída pela Mídia e pelo Estado sobre a praia de Ramos de certo modo tem como o outro a zona Sul e seus moradores sofisticados.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK. 1992, p. 05)

Diante do trecho destacado, para Pollak a memória constituída precisa de um trabalho de enquadramento de memória para que outros elementos sejam evidenciados para análise do historiador. Um investimento de trabalho que dará a possibilidade de questionamentos sobre a memória e identidade social. Assim sendo a identidade, é uma processualidade histórica vinculada ao conjunto das relações que permeiam a vida cotidiana.

Interessante destacar essas complexidades entre memória e história, pois, através

pesquisa histórica é possível observar a conformação da praia de Ramos enquanto praia de pobre e que acaba em um esquecimento sistemático que inviabiliza através do aporte ideológico, destrinchar outras experiências que venham a se expressar no território. Diante disso, é interessante observar que no mesmo período em que jornais caracterizam a “praia dos pobres”, há a instalação Iate Clube de Ramos, para convergir a reprodução do “discreto charme da burguesia”²¹, de uma elite local e tem-se políticas voltadas à classe trabalhadora, à exemplo do Serviço de Recreação Operária (SANTOS, 2007).

1.3 - O Iate Clube de Ramos e o Serviço de Recreação Operária: A diversidade suburbana

Nesse ponto, vale chamar a atenção para os caminhos de construção da cidade do Rio de Janeiro, pois enquanto cidade dividida, enviesado pelo rapto ideológico dos subúrbios (FERNANDES, 1995), e que de certa maneira impossibilita um olhar mais cauteloso sobre o desenvolvimento de aspectos locais, não impediu que as relações em outras escalas pudessem configurar mecanismos de distinção e formas de experienciar o lazer na Praia de Ramos. Segundo Carmem Maluf (2008), os espaços de lazer²² desvelam características físicas próprias dos espaços de produção, pois, para agregarem um maior número de “usadores”, faz-se necessário que se apropriem tanto de sua funcionalidade como de sua racionalidade típicas. E configuram-se em territórios, espaços de duplicidade de controle, nos quais o Estado e o “poder local” agem “segundo as intenções do capital”, e, embora nos pareçam um espaço produzido sendo aos interesses dos usuários, trata-se de “um espaço ‘fora’ das relações e avaliações hegemônicas”. Entendendo espaço e tempo como possibilitadores para formação de um lugar, que é uma construção social.

Durante esse processo de reconfiguração do espaço dos subúrbios e tentativas de empreendimentos por parte das elites locais, como o projeto da Villa Gerson: “no dia 13 de novembro de 1941, na casa do Sr. Coronel Joaquim Vieira Ferreira, na Rua Gerson Ferreira, 184, praia de Ramos” (Livro de Atas, Yate Club de Ramos. Rio de Janeiro, 13 de nov. de 1941, p. 1) foi inaugurado o Iate Clube de Ramos. O clube se instalou na Rua Gerson Ferreira, rua onde se encontra até os dias atuais. E como importante agente articulador da

²¹ <https://aterraeredonda.com.br/o-discreto-charme-da-burguesia-de-luis-bunuel/> (acessado em 11-05-2024)

²² Para consultar mais: MELO, Victor Andrade. Esporte e Lazer: uma introdução histórica. Rio de Janeiro. Apicuri, 2010.

região, o Coronel Vieira Ferreira também foi sócio-fundador²³ e estimulou o desenvolvimento esportivo e do lazer, pois acreditava que tal processo era sinal de modernidade e civilidade para construção de um espaço organizado e higiênico nos subúrbios. Escrito em ata, um trecho descreve as possibilidades de articulação entre os membros do clube, Marinha e agentes públicos, para que através de um decreto²⁴ pudesse construir a sede do clube. E a mídia também repercutiu o fato, como exemplo o jornal dos Sports referência em cobertura esportiva; Com a chamada “Yacht Club de Ramos - Hoje, A Reunião de Fundação” (Jornal dos Sports. 14 de novembro de 1941, p. 07). E o jornal A Manhã: “A fundação do Iate Clube de Ramos, partiu de um conceituado grupo de esportistas residentes no subúrbio leopoldinense[...]cuja sede acha-se confortavelmente instalada na Rua Gerson Ferreira, 80, na praia de Ramos.” (A FUNDAÇÃO do Iate Clube de Ramos. A Manhã, Rio de Janeiro, 14 nov. 1941. p. 15.)

Segundo descrito em ata do conselho deliberativo do Iate Clube de Ramos: “Ata de reunião de fundação do “Yacht Clube de Ramos”, que se realizou na quinta-feira, dia 13 de novembro de 1941, em casa do Sr. Coronel Joaquim Vieira Ferreira, sito à rua Gerson Ferreira, 184, praia de Ramos conforme editais de publicação em alguns jornais desta cidade”. Mediante essa passagem, o registro em ata nos indica a presença de 29 pessoas. E através da assembleia ficou decidido que três dentre os presentes ocupariam os lugares de Presidente e Secretários, sendo eles Cesar Vieira Ramos (presidente), Joel do Nascimento (secretário) e Antonio da Silva Guimarães (secretário).

As intenções ligadas a construir Ramos como referência dos subúrbios, se expressaram com o decorrer das discussões em assembleia ligadas ao nome que o clube teria, sendo a primeira; “Yacht Club de Ramos” e Yacht Club Leopoldinense”. Posto os nomes em votação foi mantido o nome de Yacht Club de Ramos, com dezoito votos a favor. Em decorrência, outros assuntos de importância foram sugeridos para a base do estatuto que estava em construção, sendo apresentada a divisão para categoria de sócios, que foi organizados da seguinte maneira:

²³ Relação de sócios fundadores. (Livro de Atas, Yate Club de Ramos. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1941, p. 03)

²⁴ Passagem do texto onde se fala do decreto para uso de terras da Marinha. (Livro de Atas, Yate Club de Ramos. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1941, p. 6)

*Sócios fundadores*²⁵ (os que assinaram a lista de presença na reunião de fundação) e *Sócio fundadores especiais* (os que entraram como associados do clube até o dia de 31 de dezembro de 1941). Ficando determinado por manifestação dos presentes, que seriam considerados sócios proprietários, todos os fundadores, ou seja, aqueles que assinaram a lista de presença de fundação, podendo ainda, os mesmo se servirem, de nas contribuições, dentro de um prazo de 24 meses, com prestações mínimas de dez mil réis mensais à fora a mensalidade que seja estipulada, até completar a quantia total de duzentos mil réis, ou se desejado pagar integralmente o preço da remissão. E para obter o título de sócio, de acordo com o que determina os estatutos só poderá ser considerado sócio fundador aquele que entrar com a importância de 2 contos de réis de uma só vez.

Assim sendo, foi deliberado uma comissão para a elaboração dos estatutos, bandeira, escudo e a flamula do clube, ficando responsáveis pelas comissões os seguintes membros: Cesar Vieira Ramos, Sr. Sub oficial Antonio da Silva Guimarães e o Sr. Waldemar Wernaer.

Em 4 de dezembro de 1941 ficou deliberada a diretoria definitiva com o cargo de comodoro, o Sr. Joel do Nascimento; de vice-comodoro Dr. Oscar Vieira Ramos; para escriba Sr. Manoel Nunes de Azevedo, para intendente o Sr. Osny Fernandes Martins; para navegador Sr. Sub. Oficial da Armada António da Silva Guimarães; para Procurador e Propaganda Hans B. Fuhinger; para Adjunto o Sr. Abel Ribeiro de Morna(inelegível) Filho. E assim ficou decidido através do conselho deliberativo que estes seriam o primeiro corpo de diretoria do Clube. Consequente, de acordo com o estatuto, foram escolhidos pelo sr. Antonio da Silva Guimarães três auxiliares que ficaram responsáveis pelos departamentos de esporte, divididos em: Esporte a vela com o Sr. Otavio Moreira; no esporte a motor o sr. Guilherme de Oliveira e para esporte à remos o Sr. Joaquim Dias Leite

Segundo Melo (2020), a intenção era oferecer uma moderna área de lazer para atender as demandas da população suburbana, incentivando o banho de mar, mas também com as atividades esportivas, tais práticas estavam alinhadas à gestão de Henrique Dodsworth,

²⁵ relação de nomes dos sócios fundadores:

Waldemar Wernaer, José Martins Moreira, Octavio Moreira, José de Oliveira Brandão, Hans Fuhringer, Antonio dias Leili, Manoel Ramos de Azevedo, Antonio Silva, Mario Ferreira, Antonio da Silva Guimarães, Antonio Pereira Leili, Abel Ribeiro de Moura Filho, José Dias da Cunha, Milton Lisboa de Azevedo, Joaquim dias Leite, João Ramos da Costa, Antonio Ramos da Costa, Antonio de Araujo Gomes, Cesar Vieira Ramos, Adalberto Augusto Montinho, Rafael Vicente Schinelle, Casoy Fernandes Martins, Mario Gustavo Pereira, Joel do Nascimento, Guilherme de Oliveira Grinhalg, sebastião José Pacheco, Coronel Joaquim Vieira Ferreira, ataliba Giusseppi Antonio e Arthur de Castro Borges.

prefeito escolhido por Getúlio Vargas. Tal ideia estava alinhada à construção da Avenida Brasil, adequando o espaço ao novo perfil da cidade. Henrique Dodsworth representou um momento crucial de reestruturação urbana no Rio de Janeiro, com profundas implicações sociais, para os subúrbios cariocas e a classe trabalhadora. Adequando as diretrizes do Plano Agache, que propunha uma modernização e reorganização do espaço urbano com ênfase em áreas centrais, priorizou uma abordagem mais pragmática, voltada para a execução imediata de obras que integrassem os subúrbios ao centro da cidade. A construção da Avenida Brasil, a abertura da Avenida Presidente Vargas e o desmonte do Morro do Castelo são exemplos de projetos que, embora baseados no esboço de Agache, foram adaptados para atender às necessidades de trânsito, mobilidade e controle social. Essas intervenções não buscavam apenas modernizar o espaço urbano, mas também disciplinar a circulação e o comportamento da população trabalhadora, inserindo-a no projeto de modernização estatal (REZENDE, 2007).

Assim sendo, o Iate Clube de Ramos estava ligado ao projeto pois a ideia era transformá-lo numa agremiação, que também atendesse a classe trabalhadora e os estratos sociais populares, através de uma sede que se articulasse ao balneário da praia de Ramos. Ao articular suas iniciativas com o poder público, instalou-se no ano de 1945 uma barraca do Serviço de Recreação Operária (SRO) na Praia de Ramos com o objetivo de administrar o lazer dos trabalhadores. Tal entidade estava vinculada ao Ministério do Trabalho que dava o direcionamento a partir dos interesses do governo (SANTOS, A., 2007). A barraca do SRO, foi instalada ao lado da sede do clube, com o intuito de oferecer aulas de natação, empréstimo de material de banho e de exercícios físicos para aqueles que se filiassem ao Serviço.



INAUGURADA a barraca de praia para os trabalhadores. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19 set. 1945. p. 4.²⁶

Essa praia foi escolhida por ser considerada a preferida dos operários cariocas. Acredemos nas informações fornecidas por Sússekind em seu relatório, nesse local o SRO montou uma barraca de sessenta e quatro metros quadrados, com quatro cabines para troca de roupas e que ainda contava com livros, revistas e jornais do dia, serviços de socorros de urgência e algumas cadeiras (SANTOS, A., 2007, p. 321).

Na ocasião em que se foi inaugurada a barraca, esteve presente o Capitão Hildebrando Bayard Melo (presidente do Iate Clube de Ramos²⁷); Domingos Vassalo Caruso²⁸ (proprietário do Ramos Club e do cinema de Ramos) e o Ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind (INAUGURADA a barraca de praia para os trabalhadores. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19 set. 1945. p. 4.)

²⁶Inaugurada a barraca de praia para os trabalhadores. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19 set. 1945. p. 4. http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_07&pasta=ano%20194&pesq=inaugura%C3%A7%C3%A3o&pagfis=24268 (consultado em 15/07/2023)

²⁷ Passagem do texto onde se fala do decreto para uso de terras da Marinha. Livro de Atas, Yate Club de Ramos. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1941, p. 45.

²⁸ AINDA nos subúrbios da Leopoldina. Jornal do Brasil - 24 Jul. de 1927. http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&pasta=ano%20192&pesq=Villa%20Gerson&pagfis=57404

Note-se que, nessa ocasião, falou “em nome dos moradores da Zona Leopoldinense” o comodoro do Iate Clube de Ramos, Domingos Vassalo Caruso, personagem conhecido na região. Proprietário de muitos cinemas, foi uma liderança política local (presidente do Centro de Melhoramentos da Leopoldina), bem como do esporte carioca e nacional (foi presidente do Bonsucesso Futebol Clube e tesoureiro da Confederação Brasileira de Desportos). (MELO, 2020, p. 91).

Em outra ocasião, o fragmento do jornal O Globo de 9 de julho de 1946 informa na página 14, sobre a visita do prefeito Hildebrando de Góes junto ao governador Jacinto Xavier Monteiro, onde visitaram as obras de construção de uma praia artificial que seria a Praia de Ramos, a sede do Iate Clube de Ramos, restaurante, “play ground”, serviço médico para facilitar o acesso a nova praia.

Todas as articulações para consolidação da instalação do Iate Clube de Ramos partem dos grupos de elite da região a fim de reivindicar o *status quo* que gozava a elite da Zona Sul, mas que tinha como objetivo a promoção de ações que auxiliassem o governo Vargas direcionadas a classe trabalhadora da Leopoldina.

Eram sim ações de um grupo de elite da região, disposta a reivindicar a mesma respeitabilidade da qual gozava a elite da Zona Sul, mas que também promovia ações tendo em vista e envolvendo grupos de estrato médio e camadas populares da Zona da Leopoldina, algo que aumentava a sua credibilidade nos bairros do entorno e forjava uma visão positiva acerca de sua maneira de se portar publicamente (MELO, 2020, p. 92).

No ano de 1948, a sede do Iate Clube se concretiza por conta da doação do terreno da Marinha, que já era especulado desde o ano da sua inauguração em 1941. No mesmo momento, se inaugura o balneário que tinha a previsão de inauguração do mesmo ano do Iate Clube de Ramos (1941), o que denota os interesses na Zona Leopoldina e projetos políticos para ocupar o tempo livre dos trabalhadores. (MELO, 2020)

Sob a ótica das classes altas, constantemente era observada a “falta de educação para o tempo livre” desses grupos que se consolidaram. era encarado como ingênuo, despreparado, apreciador de “prazeres baixos” e “mundanos”, deslumbrado e facilmente manipulável; encarados com um misto de lástima, asco, mas também como problema e conseqüentemente uma preocupação para o crescimento urbano.

Novas formas de representação desse espaço exibem e regulam a ordem social. Instrumentos capazes de reunir informações sobre lugares que permitem entender as

complexidades que transformam-se em ferramentas políticas de controle e planejamento estatal. As elites têm na produção do espaço pelo Estado, a garantia da manutenção do seu modelo de vida (reprodução das desigualdades), a valorização de seus imóveis, a organização dos seus lugares, a sustentação de sua riqueza, a segurança no planejamento espacial de seus fluxos de produção. A prática do estado ratifica o equilíbrio de forças estabelecido pela estratificação das classes.

Apesar das reivindicações desses grupos, a estrutura urbana de segregação que se forjava historicamente e se expressava no espaço urbano do Rio de Janeiro. A praia de Ramos ficou marcada como lugar do pobre, como pode ser visto em reportagem de Mario Moraes agenciado da revista *A Cigarra* de 1956, em que o título com letras garrafaís, “Ramos, praia do Pobre” abre a reportagem com uma fotografia panorâmica ocupando duas páginas da revista.



Arquivo: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Fonte: RAMOS, praia de pobre. *A Cigarra*. São Paulo. 1956.

Na fotografia, em primeiro plano há uma extensa faixa de areia batida com poças de água e muitas pessoas circulando, em conseguinte e mais ao fundo o segundo plano onde está a água e que contém banhistas e pequenas embarcações. Essa imagem é adensada pela leitura do texto que demarca as diferenças entre a praia de Ramos e as praias da zona sul. Sendo as da zona sul, a preferência dos turistas pela princesinha do mar (Copacabana) e questionando sobre o conhecimento da Praia de Ramos.

“Ninguém desconhece também a do Arpoador ou a do Leblon. E as praias da Zona Norte? Só os que moram por lá é que podem contar alguma coisa a respeito” (A Cigarra, 1956). Mas há um movimento contraditório por parte da revista, em que, ao mesmo tempo que no trecho em destaque a revista “defende” uma autonomia de auto expressão de quem vai à Praia de Ramos. No trecho seguinte, é enfática em seu juízo de valores sobre o que é a Praia de Ramos. “A praia é feia, a areia é suja, a água é barrenta, mas o sol é igualzinho ao de Copacabana [...] Mais adiante, outro recorte do jornal destaca:

“E os que pensam que em Ramos não se pratica o iatismo, que deem uma espiada para o barquinho que aparece em segundo plano, bem junto a praia. Pobre também faz esporte” (A Cigarra. São Paulo. 1956).



Arquivo: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Fonte: RAMOS, praia de pobre. A Cigarra. São Paulo. 1956.

Esse aspecto da fotografia é interessante pois me faz refletir sobre o trecho do trabalho de Victor Melo (2020. p. 99), em que ele fala sobre atualmente a região da avenida Brasil onde está a praia de Ramos ser vinculada a problemas como violência e desgaste urbano. Mas

ao observar as fontes que são usadas para a pesquisa é possível perceber que essa designação já vem sendo construída historicamente, recrudescendo a imagem da Praia de Ramos a um lugar inferior independente das disposições das elites locais por outras experiências (MELO, 2020).

O Iate Clube de Ramos expressa a heterogeneidade do subúrbio. Preocupado em se articular com seu entorno, afirmando-se enquanto agremiação leopoldinense e efetivamente contribuindo para o desenvolvimento local de maneira simbólica e material para a construção do espaço. Em certa medida afirmou sua reivindicação de participação no cenário do iatismo na cidade como um todo. Todavia, não conseguindo, se estabelecer entre os clubes mais antigos, sendo tachadas com as representações negativas sobre o subúrbio.

Talvez se possa sugerir que tenha acontecido com os clubes de iatismo da Zona da Leopoldina algo similar ao que ocorria com o próprio balneário onde se localizavam. Como lembra Chrysostomo (2019), em determinado momento, chegou-se a sugerir que a Praia de Ramos era uma “Copacabana dos subúrbios”. A despeito desse olhar, aquele litoral nunca atingiu o mesmo patamar de representação e consideração que o da Zona Sul. Algo semelhante pode ter se passado com as sociedades náuticas, o que não diminui sua importância para a região, para a cidade e para o desenvolvimento esportivo (MELO, 2020, p. 99).

O fim do governo Vargas, a abertura da avenida Brasil sem dúvidas são impactos para o perfil da Região da Leopoldina e da praia de Ramos. Mas devemos considerar que o crescimento populacional, induzido pelas remoções das favelas da Zona Sul para as Zonas Norte e Oeste. Segundo Melo, “De fato, com o fim do governo Vargas, reduziu-se o investimento no lazer popular, diminuindo a atenção pública dedicada à Praia de Ramos. Mais ainda, logo começaria a maior ocupação de outra região oceânica da Zona Oeste, a Barra da Tijuca. Cada vez mais, destinava-se ao subúrbio o “uso sujo” da cidade.” (Melo, 2020, p. 100). Bem como a construção da ilha do Fundão para receber a Cidade Universitária (Universidade Federal do Rio de Janeiro), como o abandono e falta de cuidado com a região, os problemas foram se agravando através de diversas crises. Que levaram ao fechamento de fábricas e comércios aumentando o desgaste urbano do subúrbio e as favelas são uma decorrência desse processo.

A construção da Praia de Ramos, como vimos ao longo deste capítulo, foi marcada por profundas transformações urbanas e sociais que refletiam as tensões e disputas entre diferentes projetos de cidade no Rio de Janeiro do século XX. A partir da antiga Fazenda

Engenho da Pedra e da instalação da Estrada de Ferro do Norte, Ramos começou a se desenvolver em meio a interesses privados e públicos que moldaram sua paisagem e sua balneabilidade. Um marco inicial desse processo foi o empreendimento Villa Gerson, promovido pelo Coronel Joaquim Vieira Ferreira, que representou o primeiro grande esforço de urbanização antes da instalação de estruturas mais formais de lazer. Esse movimento foi seguido pela criação do Iate Clube de Ramos e pela intervenção do Serviço de Recreação Operária (SRO), que demonstra o esforço contínuo de integrar o subúrbio ao modelo de lazer urbano. No entanto, essas iniciativas também reforçaram a segregação social e espacial entre as elites da zona sul e as classes populares da zona norte.

Embora a Praia de Ramos tenha sido idealizada como uma "Copacabana dos subúrbios", ela nunca atingiu o mesmo prestígio ou desenvolvimento das praias da zona sul. A construção da Avenida Brasil e as políticas higienistas, ao lado da promoção de lazer popular, cristalizaram estereótipos sobre os subúrbios cariocas e seus moradores. Esse balneário, criado para integrar e oferecer um espaço de lazer à classe trabalhadora, logo se viu sufocado por forças da expansão urbana do Rio de Janeiro. No Capítulo 2, discutiremos como a expansão urbana desordenada e os grandes projetos de infraestrutura, como a Avenida Brasil, a criação da Ilha do Fundão e a proliferação das favelas ao redor, contribuíram para o progressivo sufocamento da Praia de Ramos, transformando-a em um espaço ameaçado e marginalizado. Nesse processo, o balneário perdeu sua função original e passou a simbolizar as consequências mais amplas da segregação espacial e do crescimento descontrolado da cidade.

Capítulo 2 - SUFOCAMENTO DA PRAIA DE RAMOS

*Vamos salvar, vamos abraçar praia de Ramos, estamos com você...
Cadê o nosso mar poluíram, envenenaram, acabaram com nosso lazer.
Salve a Natureza, viva a natureza, proteja a natureza ela é um presente de Deus.*

Música: SOS Praia de Ramos, Bhega Silva.

No capítulo anterior abordamos o desenvolvimento do território urbano do Rio de Janeiro, que tinha um centro espremido e que evidenciava as consequências do crescimento da cidade, produzindo contradições entre o desenvolvimento e o progresso trazidos pela modernidade em meados do séc. XIX para o XX. Pudemos elaborar questões sobre as reformas que transformaram a cidade do Rio de Janeiro em vitrine de modernidade, um produto de desejo entre a natureza e o urbano. Destrinchando sobre os novos costumes que vinham a ser introjetados por novas dinâmicas de socialização relacionados ao mar, formas de lazer e como essas experiências dividiram a cidade de maneira material e simbólica, constituindo imagens e um imaginário de pessoas e partes da cidade, dando destaque para a construção da praia de Ramos. Cenário que aprofundou as contradições da chegada do progresso e do moderno na cidade, que exigia uma nova consciência de pensar o espaço através do mercado de terra e da ideologia da Higiene, que norteou práticas e costumes para o crescimento ordenado e racionalizado do Rio de Janeiro.

Este capítulo terá o intuito de investigar e analisar outros condicionantes que levam ao sufocamento da Praia de Ramos, relacionando aspectos da natureza urbana que irão modificar e intensificar a segregação sócio-espacial no Rio de Janeiro. É importante destacar que os aspectos abordados nas próximas páginas seguem de forma dialógica com o processo de modificação do território Carioca, sendo fenômenos concomitantes e que geram diferentes consequências materiais, elementos que trazem outras formas de desenvolvimento através dos processos de aterramentos, poluição e industrialização e que afetam diretamente nas políticas públicas para a construção da Praia de Ramos. Diante disso, a questão do lixo, as águas escuras e paradas, a estrutura de e as pessoas que frequentam e moram no local são características que enredam as narrativas que compunham as reportagens sobre a Praia de Ramos. A partir desse referencial, devemos nos perguntar: Para onde ia o “lixo” da cidade? Como as intervenções urbanas impactam a saúde ambiental e a qualidade da água na Praia de

Ramos? Como o lixo é um fator importante para segregação sócio-espacial? Quais os possíveis fatores que em conjunto, políticas públicas, econômicas e sociais, levaram a Praia de Ramos a ser tão poluída? Como a continuidade de aterramentos interferem na transformação do território da praia de Ramos? Como a crise habitacional impacta a ocupação desse território? Como isso interfere no lazer dos suburbanos?

A palavra “sufocamento” é um termo violento. Está relacionado com uma ação de morte. “Sufocar”, vem do Latim *Suffocare*, “sufocar, asfixiar”, originalmente “estreitar”, “garganta, entrada estreita”. Essa é a imagem, diante dos aterros e do lixo, através das imagens de mapas é que se percebe, uma praia que teve as suas entradas estreitas, asfixiadas, estranguladas. Diante disso, é interessante pensar que esse foi o caminho de muitas praias cariocas que estavam situadas nas orlas da Baía de Guanabara, a exemplo das Praias no centro da cidade, mais ao norte com o fim das praias de São Cristóvão, Caju, Maria Angu, Penha, entre outras. (BARBOSA, CUNHA, BARBOSA. 2021)

Em reportagem do Correio da Manhã de 1972, “Mato Sufoca praça”. Através da coluna Gerico, uma coluna de denúncia pela falta de infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro, é possível perceber a tensão para a conservação da área da Praia de Ramos. Pois, através das denúncias, algumas dessas são atendidas, porém, ao andar dos passos a situação volta ao descaso. “Parece-nos que sem um pouco de empenho por parte das autoridades responsáveis pela situação, melhor seria pavimentar-se por inteiro aquela área, Acabar-se-ia com a praia, mas talvez, a perdurar o caos, fosse melhor.” (CORREIO DA MANHÃ. Mato Sufoca praça. 1972, p. 14).



Fonte: Arquivo Nacional. Acervo: Correio da Manhã. 1972, p. 14.

Através da fotografia de autoria de Bueno Filho, é possível constatar como o estado de conservação da Praia de Ramos negligência a possibilidade de uso do espaço pela população em sua totalidade. Sendo impossível permanecer na praia diante do lixo e do mato alto como verificado na fotografia que está contida na denúncia da reportagem anterior do jornal. Assim sendo o descuido da praia de Ramos em detrimento das demais praias atlânticas fica evidente.

Segundo Gisele Machado (2012), a segregação espacial e a injustiça ambiental expressam problemáticas similares. A partir da análise do processo de criação dos territórios dos subúrbios cariocas e periferias do Rio de Janeiro é possível perceber as articulações e contradições para reprodução do Capital Industrial. Sendo a praia de Ramos construída como opção de lazer para os Subúrbios Cariocas e que foram justamente as áreas aterradas e ocupadas por indústrias que passaram a receber os resíduos sólidos urbanos produzidos na cidade do Rio de Janeiro.

É assim que trazemos a natureza e a sociedade com seus encontros e desencontros em registros textuais e visuais que configuram o imaginário sobre o significado da cidade. É com essa perspectiva enunciada que inventariamos um conjunto de acontecimentos, relações e práticas que oferecem diferentes dimensões de questionamento para as concepções hegemônicas de ordenamento urbano, sobretudo aquele que se constituiu impondo zonas de sacrifício socioambiental. (BARBOSA, CUNHA, BARBOSA. 2021, p. 17)

A expansão urbana e a transformação do Rio de Janeiro em uma cidade capitalista foram impulsionadas pelo movimento higienista, que utilizou a modernização sanitária como justificativa para a segregação espacial e a exclusão dos mais pobres. As melhorias sanitárias e a expansão da malha urbana durante esse período possibilitaram a separação das classes sociais, com as áreas centrais sendo valorizadas e os subúrbios cariocas em grande defasagem de estrutura para seu desenvolvimento. Esse processo foi essencial para a reprodução do capital e a consolidação de uma nova ordem urbana, marcada pela desigualdade e pela segregação espacial.

O movimento higienista, respaldado pelo Estado, utilizou-se da ciência e da medicina para legitimar a segregação espacial. Através de medidas como a destruição de cortiços e a remoção de resíduos sólidos urbanos para áreas periféricas, criou-se uma nova organização espacial que favorecia as classes mais abastadas e relegaram os mais pobres a zonas menos valorizadas e carentes de infraestrutura. Essa transformação foi parte de um projeto maior de modernização que visava não apenas a melhoria das condições sanitárias, mas também a reestruturação da cidade de forma a maximizar o capital imobiliário e atrair investimentos estrangeiros (MACHADO, 2012).

Os territórios do lixo que foram criados ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro envolvem uma dimensão concreta de dominação por serem espaços delimitados e criados a partir das relações políticas de poder e uma dimensão simbólica relacionada à modernização da nossa sociedade e à construção da ideia de ‘resto’, ‘algo que sobra’ e não tem mais valor de uso para um determinado grupo. A esses ‘restos’ que denominamos de lixo é direcionada uma carga ideológica de nojo, horror e afastamento. (MACHADO. 2012, p. 46)

O vazadouro²⁹ de Sapucaia, criado em 1865, foi inicialmente visto como uma solução para os problemas de lixo da cidade, especialmente com o crescimento populacional. Localizado mais aos fundos da Baía de Guanabara, a ilha de Sapucaia recebeu grande parte

²⁹ Os vazadouros eram locais destinados ao despejo de resíduos sólidos urbanos em áreas periféricas do Rio de Janeiro, em muitos casos, sem nenhum tipo de infraestrutura adequada para a gestão desses materiais. Tais espaços se tornavam depósitos a céu aberto, em sua maioria próximos a comunidades de baixa renda, e contribuem para a degradação ambiental e a exclusão social. A proximidade de vazadouros a áreas habitadas reforçava a segregação espacial, já que os efeitos nocivos, como contaminação do solo e do ar, atingiam principalmente as populações mais vulneráveis, perpetuando dinâmicas de injustiça social na cidade do Rio de Janeiro (Machado. 2012).

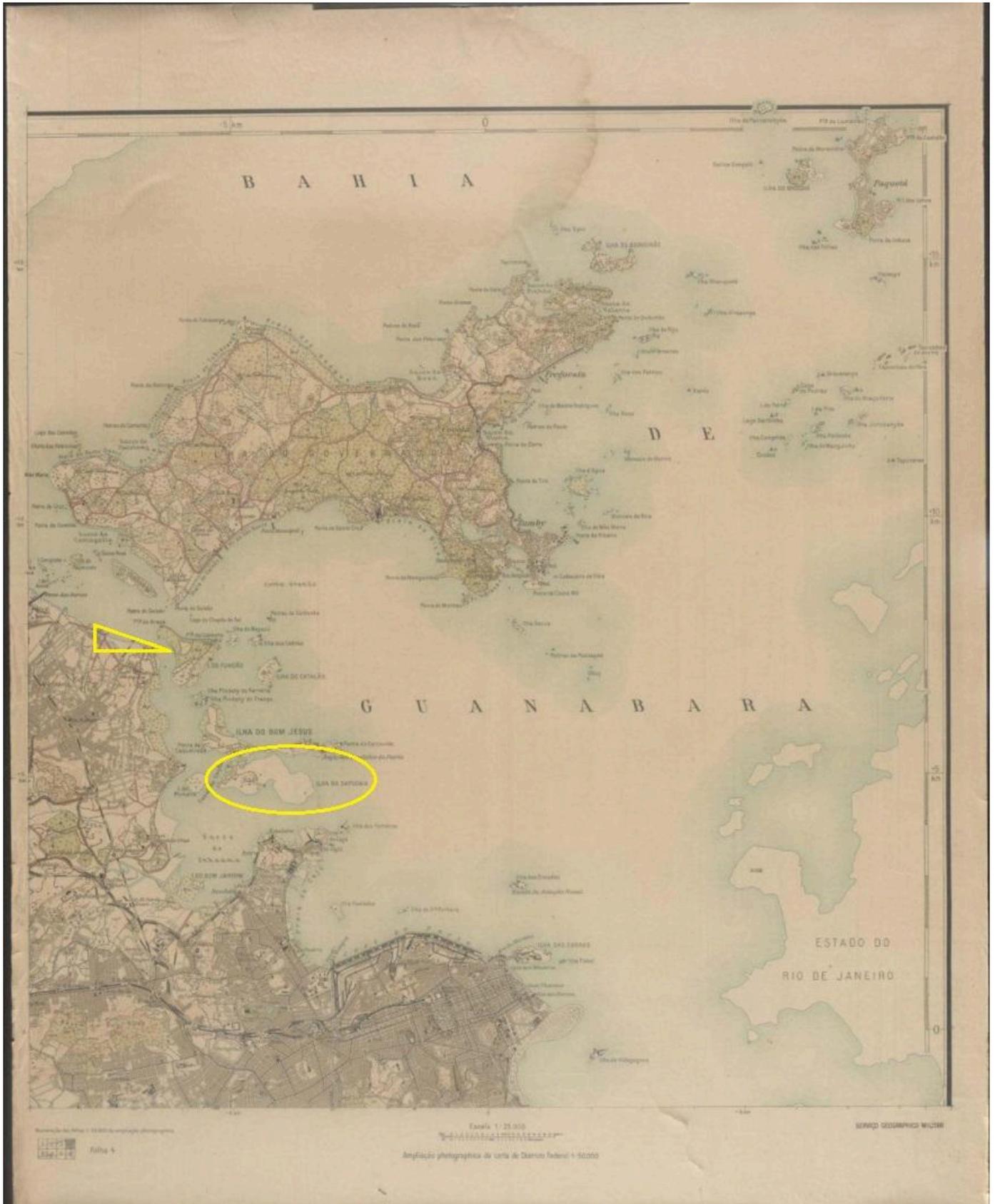
dos resíduos da cidade, mas o transporte de lixo enfrentava dificuldades, especialmente durante o mau tempo³⁰, levando ao acúmulo de resíduos em áreas centrais como Botafogo, São Cristóvão e Lagoa. Esses locais, eventualmente, passaram por intensa especulação imobiliária, resultando na desativação dos vazadouros na região na década de 1920.

A (re)produção espacial da cidade exigia a expansão e reformulação dos serviços de limpeza urbana, mas isso não ocorreu. Os subúrbios que já eram carentes desses serviços tiveram sua situação agravada com a proliferação dos vazadouros clandestinos. O crescimento de territórios do lixo nos subúrbios refletia o desequilíbrio na forma espacial da cidade e a atuação do poder público que privilegiava algumas áreas. Na zona sul, em parte da zona norte e no centro do Rio de Janeiro, os resíduos eram coletados de forma regular e destinado ao vazadouro da Ilha de Sapucaia, já nos subúrbios não havia coleta regular e a disposição final era feita pelos moradores em terrenos na própria área suburbana. (MACHADO. 2012, p. 50)

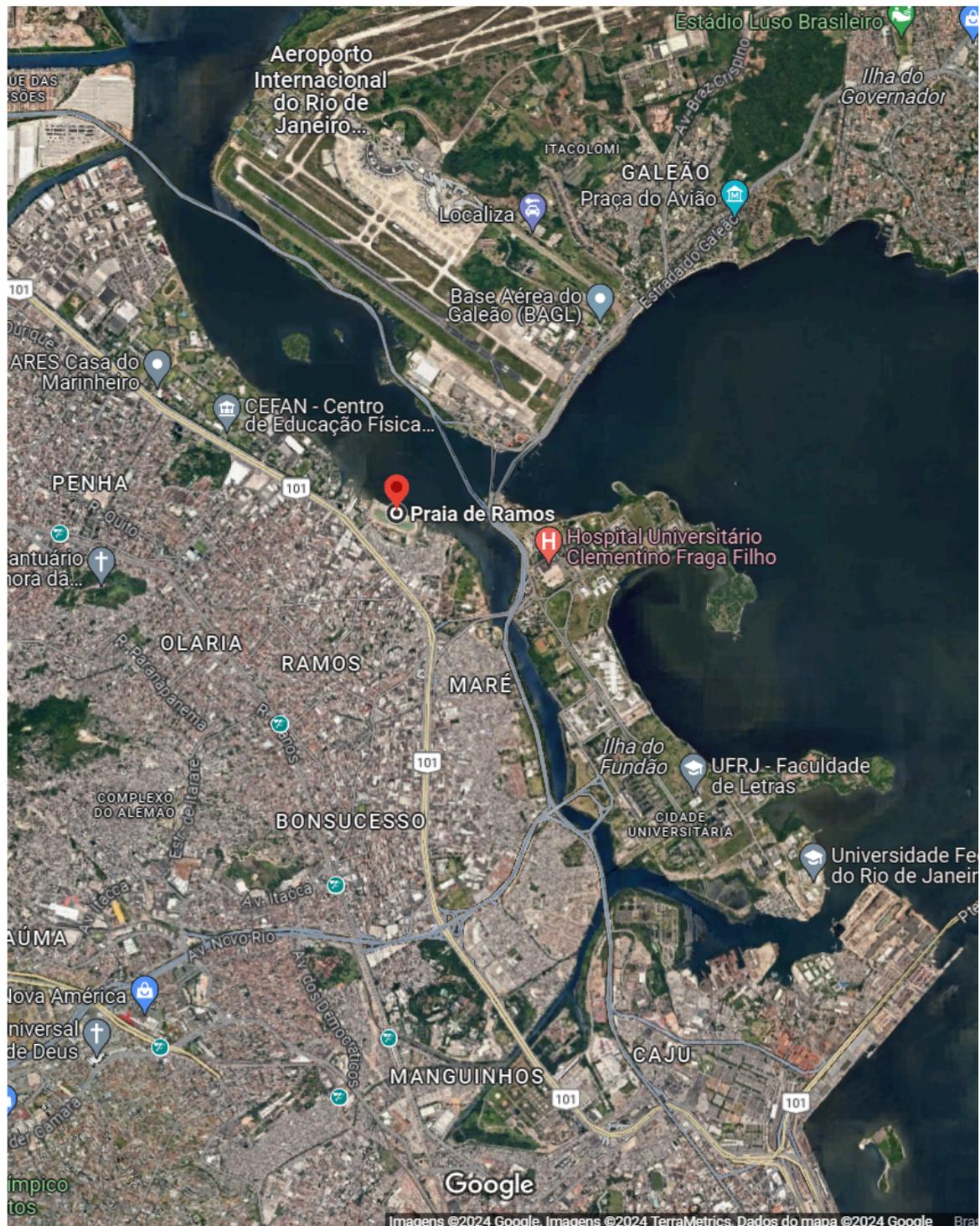
A seguir temos duas imagens de mapas com o objetivo de dimensionar e localizar o leitor sobre as condições materiais que vão expressar o sufocamento da praia de Ramos. As imagens estão marcadas com formas geométricas em amarelo, a primeira está marcada com triângulo onde está a área da Praia de Ramos, e o círculo marca a localização da Ilha de Sapucaia. O mapa foi retirado do trabalho de Leticia Batista (2022, p. 92). É possível localizar a proximidade da praia de Ramos com um dos primeiros vazadouros (lixões) a fim de resolver a questão dos lixos da cidade, sendo a na Ilha de Sapucaia um dos principais vazadouros da cidade, infelizmente não é possível localizar o ano do mapa. O segundo mapa, mais atual, retirado do Google maps tem o sentido de contrastar com o primeiro mapa, para auxiliar no processo reflexivo sobre as intervenções ocorridas durante o século XX. Vale destacar como os aterros avançaram e impactaram brutalmente a praia de Ramos, denotando uma conjunção de fatores que ameaçam a sua vida.

Desta maneira, expressam-se fatores que evidenciam um processo de segregação ambiental e sócio-espacial para designar as áreas da cidade enquanto áreas úteis para subsidiar a construção da zona Sul. Portanto, a praia de Ramos é um dispositivo de lazer suburbano, que segundo Amador (2013) recebe grandes cargas de poluição orgânica e de origem bacteriana o que impacta na qualidade da água, tendo seu quadro crítico acentuado pela alta poluição fecal.

³⁰ Reportagem do Diário do Rio de Janeiro de 1867 que demonstra o funcionamento da Ilha de Sapucaia enquanto depósito de dejetos da cidade e as consequências das chuvas para o transporte. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22Ilha%20de%20Sapucaia%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=22550 (último acesso em 2024/08/05).



Mapa da Baía de Guanabara. Fonte Arquivo Nacional.



Fonte: Google Maps, 2024.

Esse território do lixo (Ilha de Sapucaia) causava inúmeros transtornos para a Baía de Guanabara, pois como o volume de resíduos era muito grande os limites do vazadouro não suportavam e parte do lixo transbordava para o mar (MACHADO, 2012.). Segundo Elmo da

Silva Amador (2013), os resíduos sólidos, raízes e lixo, ficam durante um longo tempo no interior da baía como corpos flutuantes, agravando o quadro de degradação ambiental e oferecendo riscos para saúde da biodiversidade da baía de Guanabara. quando esses corpos flutuantes ancoram no litoral expressam um cenário desagradável com muitos lixos nas praias e manguezais. O lixo flutuante, resíduos sólidos não recolhidos e dejetos de variados tipos despejados pelas indústrias evidenciam a degradação ambiental da Guanabara, contaminando praias e mangues, e acentuando o assoreamento. O grande incremento populacional e a expansão do tecido urbano aumentaram a demanda por limpeza e o vazadouro da Ilha de Sapucaia já estava saturado, em 1940 foi decretado o fim de seu funcionamento.



Arquivo Nacional. Praia de Ramos, na Zona Norte do Rio de Janeiro (na época Estado da Guanabara 1960-1975) Jornal Correio da Manhã, 1956.

Essa fotografia é de reportagem do Correio da Manhã de 1956, com o título de “Copacabana de Ramos” ,onde o conteúdo da matéria faz uma analogia entre a Praia de Ramos e a praia de Copacabana por conta do lixo.

Pelo menos no que se refere à sujeira e à lama, a Praia de Ramos é semelhante à de Copacabana. Estão irmanadas na falta de assistência, no abandono e na sistemática ausência da limpeza pública. Lixo, lixo e mais lixo por todos os cantos, afugentando os banhistas que ficam ilhados nos raros pontos onde o monturo ainda não ocupou o espaço. Mais ainda, o espaço que resta limpo, está, sempre que chove, coberto de lama.

É do conhecimento, que a Praia de Ramos foi roubada ao mar por meio de aterro. Está localizada em um ponto outrora ocupado por um pantanal. Assim, no fundo, ainda existe barro. Com o tempo, por efeito da erosão, a areia branca depositada pelo homem vai desaparecendo e surge a lama. É preciso que a Prefeitura faça, periodicamente, depósito de areia para evitar o aparecimento da lama. Mas a Prefeitura finge ignorar a situação, igualando a praia de Ramos à de Copacabana. Pior ainda, pois se a beleza natural desta disfarça a sujeira, na praia de Ramos, a sujeira salta aos olhos dos visitantes. Não há ali qualquer beleza. Triste é, sem dúvida, a situação dos moradores da zona da Leopoldina. Nada lhes é dado. São contribuintes dos cofres públicos apenas, quanto aos direitos, nada. Breve a Praia de Ramos será interditada devido às suas precárias condições sanitárias (Correio da Manhã. Copacabana de Ramos. 1956, p. 3).

Destaca-se que durante a leitura da imagem em primeiro plano é possível ver a quantidade de lixo espalhado na areia da praia, com pessoas em pé, observando a paisagem, tomando sol. E ao fundo em último plano uma fumaça, que se assemelha a de uma chaminé de fábrica, que ao que as fontes indicam é a chaminé da Kelson's Indústria e Comércio S/A com registros encontrados em jornais a partir de 1954 (CORREIO DA MANHÃ. Aviso. 1954, p. 02) localizada na avenida Brasil, às beiras da baía de Guanabara, na altura da Penha.

De 1906 até 1940 houve uma expansão de indústrias na freguesia de São Cristóvão que estava próxima ao porto, todavia a existência de terrenos baratos nas áreas próximas às ferrovias levou muitas fábricas a optar por uma localização suburbana. Dessa forma, o número de habitantes nos subúrbios cresceu muito, algumas freguesias como as de Irajá e Inhaúma chegaram a ter um crescimento de mais de 100% nesse período. Todo esse crescimento ocorreu sem praticamente nenhuma intervenção do Estado que estava muito voltado para o embelezamento do centro e da zona sul, e praticamente nada fazia pelo subúrbio.

O Número de indústrias se expandiu exponencialmente:

Em 1920 a cidade do Rio de Janeiro tinha o número de 2.000 estabelecimentos industriais concentrados em sua maioria na Zona Portuária, Caju e São Cristóvão, que evoluíram para 4.169 em 1940 estendendo-se já em direção aos subúrbios da Leopoldina e da Central do Brasil, atingindo 5.693 em 1950, com a ocupação da Av. Brasil cerca de 7000 em 1960 (AMADOR, 2013, p. 374).

Segundo Amador (2013), com a falência do federalismo da República Velha e a ascensão de um estado forte e centralizado, em 1930, com Getúlio Vargas formou-se um mercado nacional para indústria, que se fortaleceu com a integração física alicerçada na construção de rodovias, ferrovias e portos. Este aspecto histórico pode ser verificado na região ora analisada.

A partir do levantamento de periódicos para pesquisa é possível observar que na década de 1940 há a existência massiva de aluguéis e vendas de terrenos industriais, com obras na extensão da variante Rio-Petrópolis (Av. Brasil) que visa a melhoria do escoamento de mercadorias e deslocamento das pessoas para outras regiões da cidade.³¹ Na década de 1950, se inicia uma forma de industrialização que se prolonga até hoje, através do modelo urbano-industrial. Nesta fase, o mercado interno precisa de um dinamismo, onde o volume e a diversificação das indústrias irão produzir transformações na vida urbana e no meio ambiente.

Desde o primeiro governo sob a presidência do Getúlio Vargas, o Estado assumiu a forma de empresário privilegiado, investindo diretamente na criação de unidades produtoras. Os detentores do Capital foram impelidos ao investimento. Embora Vargas tenha se caracterizado pela implementação de indústrias base, como a Petrobras e a Companhia Siderúrgica Nacional, ele não era inteiramente refratário à participação do capital estrangeiro na economia brasileira, apenas não tolerava a total subordinação a esses interesses (AMADOR, 2013).

Com Juscelino Kubitschek, o capital estrangeiro começou a dominar a economia com as empresas multinacionais. No período entre 1956 e 1961 com a execução do Plano de Metas de JK, que definiu a configuração de desenvolvimento industrial que o Brasil rumará. Através desse plano, os capitais estrangeiros estabeleceram ramos das indústrias automobilísticas, de material elétrico e eletrônico, eletrodomésticos, produtos químicos e farmacêuticos, e matéria plástica. São desse contexto as principais indústrias poluidoras da Baía de Guanabara, como a refinaria REDUC e Petrobras, estas representam a maior fonte de

³¹ CORREIO DA MANHÃ. Venda de grande terreno a 5 min. da praia de Ramos. 1952.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=Praia%20de%20Ramos&pagfis=15206 (acessado em 10/09/2024)

CORREIO DA MANHÃ. Anúncio de terreno a venda Praia de Ramos-zona industrial. 1952.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=Praia%20de%20Ramos&pagfis=9153 (acessado em 10/09/2024)

CORREIO DA MANHÃ. Atenção Srs. Industriários. 1957.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=Praia%20de%20Ramos&pagfis=78807 (acessado em 10/09/2024)

CORREIO DA MANHÃ. Naftenatos Nacionais Senaf. 1958.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=Praia%20de%20Ramos&pagfis=86216 (acessado em 10/09/2024)

contaminação das águas da baía. E as indústrias multinacionais químicas e farmacêuticas, como a Bayer e a Giga-Geiser.

Não só as águas da baía de Guanabara serão contaminadas pela instalação massiva de indústrias altamente poluidoras, como a sua orla e os ecossistemas periféricos são agredidos por grandes aterros para a instalação da atividade industrial. Essa fase de industrialização iniciada por Juscelino, foi levada até às últimas consequências pelos governos da ditadura militar de 1964, e que representa um outro marco para a poluição da Baía de Guanabara. A fim de estimular o rodoviarismo, carro chefe do modelo industrial, imensos aterros serão feitos na Zona Sul do Rio de Janeiro e no eixo da Avenida Brasil. Favelas serão removidas com o propósito de promover a estratificação socioespacial. Nos governos da ditadura militar, a realização de grandes aterros e obras para favorecer as indústrias e o capital imobiliário foram responsáveis por graves agressões à baía.

2.1 - Avenida Brasil: Sinal de “Ordem e progresso” e aterramentos.

As modificações urbanas, conseqüentemente, levam a uma intensificação da atividade fabril, que também se beneficia do vertiginoso crescimento da cidade e vai para áreas mais baratas servidas pelas ferrovias, e que em seguida teria novos moldes de expansão através de uma produção viária sistemática. O projeto de uma via nos moldes da Avenida Brasil, já estava presente nos projetos de urbanização desenvolvidos por Pereira Passos, embora não tenha saído do papel por conta do alto custo e dificuldades técnicas do contexto. No ano de 1939, o interventor do Distrito Federal Henrique Dodsworth iniciou a construção da variante Rio-Petrópolis. A aceleração do processo de urbanização em 1940, deu-se em conjunto ao desenvolvimento do setor imobiliário, e pela política desenvolvimentista do Estado Novo (TORRES. 2018).

Segundo Renato Costa (2005), a história da avenida Brasil ainda está vinculada ao desenvolvimento do rodoviarismo brasileiro, com indicação mais precisa para a estrada Rio-Petrópolis, uma das primeiras abertas no Brasil especialmente para o uso do automóvel (COSTA. 2005, p. 01).

Cumprindo o papel estratégico para o qual foi traçada, a Avenida facilitou o tráfego rumo ao “centro da cidade”, ou para “fora” dela, para os subúrbios, para o Grande Rio, ou para outros destinos. Assim, funcionou como importante eixo impulsor da

ocupação da área por indústrias, estabelecimentos e negócios urbanos nos anos 1940/1950. Foi, portanto, um marco importante do processo de urbanização e industrialização do Rio de Janeiro, capital federal à época, e da região metropolitana ao longo do século XX. Como espaço de moradia ou passagem, a avenida ou rodovia (TORRES. 2018, p. 287).

Segundo Torres (2017), a Avenida Brasil é um marco simbólico e material para a reprodução da cidade, pois deveria ser sinônimo de referência para o país. Ela seria responsável pela passagem e pelo escoamento, em meio a uma paisagem desértica da orla Guanabara da cidade. A avenida era de suma importância para o aumento da oferta de entrada e saída da cidade, e consequente com o crescimento do rodoviarismo ascendente visando uma melhor integração com São Paulo, além do acesso à região Serrana. Neste ponto, é interessante destacar que no contexto Vargas, a incorporação de novas áreas através de aterros com novos usos e funções delimitou a Praia de Ramos como dispositivo de Lazer, como um Balneário para os operários e trabalhadores que habitavam na região e bairros adjacentes. Exemplos disso, podemos constatar através da discussão anterior no capítulo 1 da pesquisa, onde no ano de 1945, onde foi instalada uma barraca do Serviço de Recreação Operária (SRO) na Praia de Ramos com o objetivo de administrar o lazer dos trabalhadores.

Portanto, com as intervenções urbanas do contexto Vargas, o Rio de Janeiro se insere em novo ciclo estético a partir do Estado Novo (1937-1945). A articulação entre engenheiros, capitalistas e Estado dará novos contornos entre o engajamento de intelectuais e a modernização, atuando através da política e na incorporação de novos códigos sociais para a construção de uma estrutura moderna. O engenheiro é o exemplo de intelectual mais polido e protagonista do mundo moderno, concilia a técnica e a organização da vida material, mobilizado pela ciência, pela técnica e pelo desejo de inventar (TORRES, 2017).

A morfologia urbana que conhecemos hoje é fruto de disputas e conflitos de um longo processo histórico de produção espacial injusta em que imperam as desigualdades sociais. Nesse século a cidade será objeto de, ao menos, quatro grandes planos urbanísticos: os Planos Agache (1930) e Doxiadis (1965), o Pub-Rio (1977) e o Plano Diretor Decenal (1992). Além de uma série de outros estudos, projetos, programas nascidos da atividade de comissões instaladas por interventores e prefeitos[...]Não resolveram, se esse era seu real objetivo, questões centrais de urbanização em uma cidade que cresceu de forma acelerada e desordenada ao longo desse período. E, como vimos, não por falta de planos e projetos para a cidade. Talvez pelo fato de não terem sido executados, ou mantidos, da forma como estavam previstos, atropelados que foram, muitas vezes, pelo tempo da política eleitoral (TORRES. 2017, p. 23).

No ano de 1937, é publicado pela Revista Municipal de Engenharia uma série de teses onde expressavam-se as preocupações do Distrito Federal em atender as demandas do

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, criado em 1937.³² O conteúdo do artigo indicava a necessidade em resolver a crise do transporte na cidade. Para a Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, a cidade ainda possui áreas disponíveis para a ocupação pela agricultura e indústria, e que, de acordo com o crescimento, esses problemas seriam mais difíceis de solucionar. Assim sendo, a solução seria a construção de uma rede rodoviária, visando atender as demandas econômicas e viárias da cidade (COSTA, 2006, p. 206-216). No ano de 1946, com a abertura da Avenida Brasil, por interesses do capital industrial, a região e toda a zona da Leopoldina se transformaria em região industrial e proletária.

Para a realização destas obras, a prefeitura contava com financiamento privado através da negociação de títulos previstos pelo Decreto-lei n. 2.722, de 30 de outubro de 1940, denominado “Obrigação Urbanística da Cidade do Rio de Janeiro”, oferecendo “aos capitalistas e proprietários vantagens incontestes na aplicação de capital”. (COSTA, 2006, p. 218)

Com as modificações geradas pela evolução urbana surgem diferentes formas e processos no espaço da cidade. O crescimento do tecido urbano trouxe emergências ligadas a transformações de infraestrutura da cidade. A avenida Brasil, inaugurada no ano de 1946 é um grande exemplo da associação entre Estado e indústria, foi construída sobre aterro pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) na orla da Baía de Guanabara, o eixo rodoviário objetivava diminuir os custos de circulação, e incorporar novos terrenos ao tecido urbano, visando sua ocupação industrial, porém essa abertura gera possibilidades para outras ocupações (ABREU, 1987).

O Decreto 600/1937 (e a legislação que lhe foi complementar até 1950), Excluía ainda, da zona industrial o Ramal de Santa Cruz, a margem esquerda da linha-tronco da Central do Brasil e as áreas situadas entre esta e a Baixada de Jacarepaguá, por estarem afastadas das vias de comunicação ferroviárias com São Paulo e Minas Gerais, e das linhas principais de energia elétrica. Inclui, por outro lado, a área tradicional de São Cristóvão e novo bairro do Jacarezinho, indo até Bonsucesso e, pela orla litorânea, até a rua Ouricuri, em Ramos. Uma outra área ia desde a Avenida Automóvel Club até a Baía de Guanabara, nas proximidades da divisa com o antigo Estado do Rio; esta faixa era apontada, em 1937, como zona pioneira para a localização de grandes indústrias (ABREU, 1987, p. 101).

Em 1952 a região da Leopoldina, inclusive, a região da Praia de Ramos continua afetada pela dinâmica de poucos investimentos públicos para melhoria da infraestrutura. Em matéria publicada pelo Correio da Manhã em 1952 com o título, “Esquecida a zona da

³² Revista Municipal de Engenharia. VI Congresso Nacional de Estradas de Rodagem. 1937, p. 43. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=142832&pagfis=2013> (consultado em 08/08/2024)

Leopoldina”, é falado sobre os impactos da falta de investimento e políticas públicas, ressaltando a lentidão das obras da segunda pista da Avenida Brasil, que influi na circulação de pessoas e dificulta o acesso a compras e circulação de mercadorias. Segundo o jornal, há uma distância de bairros, como o caso de Bonsucesso, que dificulta o acesso do Mercado Municipal da Penha, fazendo com o que os moradores dos bairros de Olaria e Bonsucesso recorram aos mercados de peixes da Praia de Ramos para alimentação, por conta da grande concentração de pescadores na região. O aumento do tráfego na Avenida Brasil, decorrente da junção com a estrada Presidente Dutra e da estrada Petrópolis, trouxe a necessidade de construção de uma nova pista, de forma imediata. Porém, as obras demoraram a iniciar, necessitando que o prefeito Ângelo Mendes de Moraes determinasse maior agilidade para prosseguimento das obras. Tais obras, até a data da respectiva reportagem, tinham duração de 6 meses, com paralisações repentinas e injustificadas. Portanto, a segunda pista teve a previsão para ficar pronta em 2 a 3 anos, caso não ocorresse outras paralisações³³.

Com esse crescimento exponencial de rodovias, aterros e da indústria nos subúrbios do Rio de Janeiro e a poluição da Baía de Guanabara, o governo permanece a intervir paulatinamente na praia de Ramos. Através dos jornais é possível perceber que há uma sucessão de reportagens que denotam a praia de Ramos enquanto sendo um problema de administração da prefeitura da Guanabara, com pouca infraestrutura e uma praia inadequada, muito suja³⁴.

A abertura da avenida coincidiu com o crescimento das favelas, que surgiram devido à instalação de indústrias e à chegada de trabalhadores de baixa renda à região. Isso resultou na

³³“Continua esquecida a Zona da Leopoldina”, *Correio da Manhã*, 1952, p.1-2.

³⁴ CORREIO DA MANHÃ. A praia de Ramos é um grande problema para a X Região Administrativa. 1970 .
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=%22Praia%20de%20Ramos%22&pagfis=13074 (ultima consulta em 28/07/2024)
 CORREIO DA MANHÃ. Ramos ainda é problema. 1971.
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=%22Praia%20de%20Ramos%22&pagfis=15900 (ultima consulta em 28/07/2024)
 CORREIO DA MANHÃ. Praia de Ramos: execrável. 1971
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=%22Praia%20de%20Ramos%22&pagfis=16305 (ultima consulta em 28/07/2024)
 CORREIO DA MANHÃ. Maria Angu, uma praia para turista passar bem longe. 1971.
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=%22Praia%20de%20Ramos%22&pagfis=16483 (ultima consulta em 28/07/2024)
 CORREIO DA MANHÃ. Triste Paisagem. 1971.
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=%22Praia%20de%20Ramos%22&pagfis=16795 (ultima consulta em 28/07/2024)
 CORREIO DA MANHÃ. Praia de Ramos abandonada. 1971.
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&Pesq=%22Praia%20de%20Ramos%22&pagfis=22608 (ultima consulta em 28/07/2024)

ocupação residencial significativa nas áreas próximas à Avenida Brasil. A construção desta via deu origem a um "subúrbio do automóvel" ou "subúrbio rodoviário", em contraste com o subúrbio tradicional que se desenvolveu ao longo das linhas de trem e bonde. Essa nova configuração espacial trouxe fábricas, moradias operárias e um aumento na favelização, alterando significativamente a dinâmica urbana da região. A Avenida Brasil não é apenas uma via de tráfego, mas também um espaço de moradia e passagem, conectando diferentes zonas da cidade e integrando a região metropolitana do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro é, há décadas, centro de imigração de nordestinos de classes pobres. O deslocamento ficou mais intenso a partir do governo Vargas, em 1945, formando, ao redor do campus de São Cristóvão, a Feira dos Nordestinos. Neste ponto, é importante destacar que por mais que houvesse migrações internas entre áreas de desocupação e a propensão de ocupação de outras na cidade do Rio de Janeiro, é contundente a importância da migração nordestina para o Sudeste, em especial o Rio de Janeiro e como estes vão impactar a vida da cidade e caracterizar outros cenários discursivos atrelados a estereótipos³⁵.

Os anos entre 1930 e 1945 introduziram profundas modificações políticas, sociais e econômicas. Exemplo disso são as políticas de combate à seca preparadas pelo Estado. Dentre essas ações, muitas deram certo, outras nem em prática foram colocadas, obrigando grupos de nordestinos a migrar. Tal situação levou a sociedade a criar um imaginário de que todos os migrantes nordestinos saíam de sua região única e exclusivamente por conta da seca, não evidenciando outros fatores que o impulsionaram a realizar tal ato. Assim sendo, a seca não pode ser compreendida, em última instância, como fenômeno impulsionador das retiradas, havendo muitas questões a serem consideradas (COELHO, 2012).

De acordo com Mauro Amoroso (2011), a partir dos anos de 1940 e 1945 constrói-se uma utopia nacionalista contra o atraso, que levou ao agrupamento de diferentes setores, grupos e classes com o objetivo de construir uma ideologia nacional-desenvolvimentista. E a partir da década de 50 essa integração acabou por fazer emergir novas formas de se pensar o popular para que fossem integrados neste novo projeto nacional (AMOROSO, 2011).

Uma vez que se via a valorização do homem do campo e suas tradições culturais, como o folclore, do que seria a essência nacional, nota-se também, o detrimento dessas manifestações no espaço urbano. Há uma completa desvalorização de formas urbanas de manifestações culturais populares, como o teatro revista, por parte de diversos intelectuais, que por sua vez, valorizavam a tradição popular autêntica. Por essa

³⁵ Para mais consultas, LEEDS, 1978; PERLMAN, 2005; VALLADARES, 2005

tradição, deve-se entender manifestações ligadas ao campo. E, mesmo assim, quando atidas ao campo, uma vez que sua ocorrência no espaço urbano era vista como degenerada, grotesca inferior. (VELLOSO, Mônica Apud., AMOROSO, 2011, p. 83)

Segundo Maria de Fátima Tomaz e Marialva C. Barbosa (2021), o nordeste é fruto de uma de uma invenção que serviu e serve de manutenção de privilégios históricos. Nessa perspectiva, o sertão passa a ser o lugar do povo exótico, cultural e racialmente inferior, como se estivessem condenados a um arcaísmo, ao mítico destinado ao esquecimento.

Esses pontos abrangem a importância histórica e social da Avenida Brasil no contexto da industrialização e urbanização do Rio de Janeiro, bem como seus impactos na configuração urbana e na vida dos moradores da cidade. Ao facilitar a expansão urbana e industrial, também intensificou a segregação socioespacial. A proximidade da avenida com áreas industriais atraiu trabalhadores de baixa renda, que acabaram se estabelecendo em favelas devido à falta de habitação adequada. As políticas de urbanização e desenvolvimento concentradas no centro e na zona sul negligenciaram as necessidades das áreas suburbanas, perpetuando as desigualdades e contribuindo para a marginalização da praia de Ramos e dos locais ao longo da avenida. A Avenida Brasil exemplifica como grandes projetos de infraestrutura podem moldar o desenvolvimento urbano e acentuar desigualdades. Enquanto a avenida facilitava o crescimento econômico e a mobilidade, também expôs a falta de políticas habitacionais inclusivas, e dispositivos que efetivem o bem estar, levando ao aumento da população vivendo em condições precárias nas favelas. A história da Avenida Brasil e das favelas reflete as tensões entre modernização urbana e exclusão social, destacando a demanda de políticas urbanas que considerem as necessidades de todas as populações urbanas, especialmente as mais vulneráveis.

Inserindo-se nesse contexto surge no cenário carioca outra discussão, a localização da Cidade Universitária que concentraria todas as unidades da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Após várias sugestões, o governo decidiu pela localização em um aterro que abrigaria várias ilhas da Baía de Guanabara. Para construção da Cidade Universitária foram unidas oito ilhas: Fundão, Pindaí do Ferreiro, Pindaí do França, Bom Jesus, Baiacu, Catalão, Cabras e a Ilha de Sapucaia (AMADOR, 2013).

2.2 Ilha do Fundão: O Aterro que Afogou a “copacabana dos subúrbios”

Em 1935, o governo Vargas decide por construir uma Cidade Universitária, que viesse a concentrar as unidades fixadas pelo plano Agache. O projeto para construção da Cidade Universitária é constituído por uma comissão que cria o Escritório do Plano de Universidade, com o intuito de elaborar um Plano da Universidade Nacional e a Instalação da Cidade Universitária (AMADOR, 2013).

Diante do desenvolvimento desses projetos se forma uma disputa entre arquitetos e a comissão governamental para efetivação das obras, contendo discordâncias sobre locais cogitados para a Cidade Universitária. Os locais considerados eram Praia Vermelha, Quinta da Boa Vista, Castelo, Gavea, Lagoa Rodrigo de Freitas, Vila Valqueire, Fazenda Valqueire, Niterói, Manguinhos e Ilha do Governador. Alfred Agache, Paula Freitas e Saboy Ribeiro propunham a Praia Vermelha, enquanto Le Corbusier e Piacentini-Morpurgo indicavam a Quinta da Boa Vista e adjacências, que chegou a ser aprovado pelo governo. Porém, isso não convergiu com a Comissão Supervisora do Planejamento da Cidade Universitária, que propôs ao governo outra localização. A ideia era construir a Cidade Universitária em pilotis sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas. Com essa questão, Le Corbusier foi consultado a opinar, porém os terrenos escolhidos foram na Vila Valqueire e em Jacarepaguá. Mas isso não inviabilizou a possibilidade de localização na Quinta da Boa Vista (AMADOR, 2013, p. 184). Em 1944, diante das divergências, o Ministro da Educação Gustavo Capanema pede para que o Getúlio Vargas transferisse o problema, e que a solução fosse viabilizada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, que decide por aterrar o arquipélago das ilhas do Fundão, iniciada em 1948, neste ponto é interessante sinalizar que as obras de aterramento começaram no mesmo ano de lançamento do Balneário de Ramos, como já ressaltamos no capítulo anterior.

A Ilha do Fundão foi projetada para abrigar a Cidade Universitária da Universidade do Brasil, centralizando diversas faculdades e institutos de pesquisa. O projeto envolveu o aterramento de oito ilhas na Baía de Guanabara, criando uma área de cerca de 5,9 milhões de metros quadrados. Essa intervenção urbanística não apenas proporcionou um espaço dedicado ao ensino e à pesquisa, mas também influenciou significativamente o entorno, alterando a dinâmica de ocupação e uso do solo na região. Além do desfiguramento geográfico da região, os aterros passariam a ser responsáveis pelo agravamento das condições ambientais. Os

canais de correntes da maré, que passavam entre as ilhas permitindo a circulação e a renovação da água e a manutenção de um fundo arenoso, foram bloqueados, tornando a área crítica de circulação e poluição (AMADOR. 2013, 184).

A Ilha do Fundão é resultado de um grande projeto de aterro de áreas marítimas na Baía de Guanabara, que uniu oito ilhas para formar a Cidade Universitária da Universidade do Brasil. Entre 1949 e 1952, foram aterradas as ilhas do Fundão, Baiacu, Cabras, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Catalão, Bom Jesus e Sapucaia, totalizando uma superfície de 5,9 milhões de metros quadrados. Inicialmente planejada para abrigar todas as faculdades da Universidade do Brasil, a ilha passou por diversas modificações e atualmente abriga cerca de 60 unidades acadêmicas, além de importantes instituições de pesquisa como o CENPES da Petrobras e o Instituto de Engenharia Nuclear. O entorno da Ilha do Fundão, sofreu modificações significativas que exercem grandes pressões sobre o complexo insular, principalmente devido à urbanização descontrolada e ao crescimento urbano.



Fonte: Acervo IBGE. Sem data.

A fotografia acima representa a proximidade da Praia de Ramos com a Ilha do Fundão. Em primeiro plano podemos ver as areias da Praia de Ramos, descrita pelo acervo do IBGE como novo aterro da Praia. É possível ver a circulação de pessoas que caminham nas novas áreas, porém pela falta de data da imagem, quase ficamos impossibilitados de contextualização da fotografia. Mas em segundo plano se encontra o prédio do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho na Ilha do Fundão. Através de uma leitura mais minuciosa e detalhada da fotografia é possível observar que a estrutura do prédio não está terminada. A imagem foi produzida pelo fotógrafo Tibor Jablonsky e podemos especular que a fotografia tenha sido feita entre as décadas de 1950 e 1970, pois o hospital teve o início de suas obras nos anos de 1950 e em 1978 é inaugurado por Ernesto Geisel. (ABRANTES, 2011)

Os tecnocratas e os “sanitaristas” do Governo Carlos Lacerda, haviam formulado um projeto de cais de saneamento, visando erradicar manguezais remanescentes e favelas situadas na orla da Baía de Guanabara no eixo da Av. Brasil, do Caju e Rio Meriti. Imensos aterros estavam em continuidade sendo executados pelo Ministério da Marinha e a Cruzada São Sebastião depois de 1945, subtraído da baía as Praias de Maria Angu, extensos manguezais, bem como uma área superior a 2 Km² de sua superfície (AMADOR, 2013). Segundo Machado (2012), os mangues e áreas alagadas eram também utilizados para o despejo de lixo. Os mangues eram considerados áreas perigosas, com mau cheiro. Durante muito tempo esses espaços receberam os resíduos, fato que marca uma relação dual, pois se por um lado podem provocar doenças, por outro foram importantes na conquista de novas áreas incorporadas através do aterramento.

Assim sendo, as adequações que eram executadas pela administração pública mexiam na estrutura física da praia da Praia de Ramos, à exemplo da matéria do Jornal do Brasil, em 1965, a Praia de Ramos sofreu intervenções através do Governador da Guanabara Carlos Lacerda, uma obra que também visava a campanha do Flexa Ribeiro à candidatura de governador no pleito do ano de 1965. A nova praia de Ramos, tinha 700 metros de extensão, um jardim construído em 15 mil metros, através da remoção da favela de Maria Angu e novas instalações para os pescadores da colônia Z-4. Através da Secretaria de Serviços Sociais foram construídos 2 campos de futebol, estacionamento para 150 carros, calçadas, passarelas e uma quadra de futebol de salão. O total da obra ficou no valor de Cr\$250 milhões.

As obras de urbanização da nova praia de Ramos ocupou o local, que antes era ocupado por 460 famílias moradores da antiga favela Maria Angu. Segundo a reportagem, a população foi transferida para a Vila Kennedy e Vila Aliança. Os pescadores que restaram, em torno de 33, que formam a colônia Z-4, foram transferidos para novas residências, o jornal não descreve o lugar das moradias, e foram contemplados com boxes para guardar seus barcos.

Em comício, Lacerda aproveitou para elencar a importância das eleições do ano de 1965, pois o que Flexa representava era a continuidade de novas inaugurações como a que estava acontecendo, denotando com nitidez o caráter eleitoral da entrega da “nova” praia de Ramos.

“Um público de 10 mil pessoas assistiu, com muita curiosidade mas poucos aplausos, ao passeio do Governador pela orla da nova praia e ouviu o discurso no qual o senhor Carlos Lacerda lembrou a necessidade de haver eleições, “pois foi a eleição de 1960

que permitiu a realização de muitas festas de inauguração como está”[...] . (BRASIL, Jornal. 1965)³⁶

Seguindo o discurso, Lacerda afirma que a praia, propriamente dita, recebeu uma nova camada de areia há cerca de um ano, pela draga Ster. Através de fotografias do Jornal Correio da Manhã do ano de 1963 é possível observar a estrutura demandada pela instalação da draga e outros aspectos que compõem a Praia de Ramos. A imagem 3 se insere na reportagem do Correio da Manhã de junho de 1963, o secretário de Viação e Obras da Guanabara, Enaldo Cravo Peixoto, diz que a Praia de Ramos recebeu uma camada de areia, ganhando fisionomia mais nova e limpa. Além disso foram feitas obras no rio Ramos e no canal da Marinha que é considerado uma das maiores fontes de poluição da região.

Título: A Draga Ster Praia de Ramos.

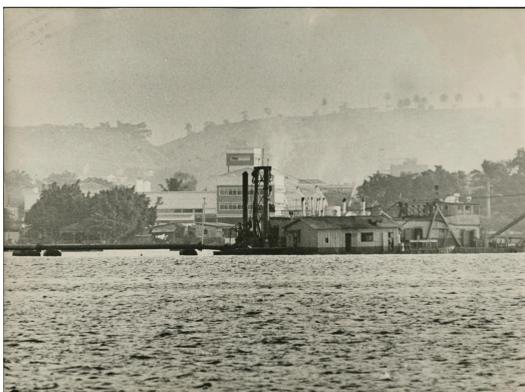


Imagem 1



Imagem 2

Draga Acaba obras em Ramos



Imagem 3

³⁶Lacerda inaugura com Flexa nova Praia de Ramos, onde era a Favela de Maria Angu. Jornal do Brasil, 1965. https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=70504 (consultado em 14/05/2024)

Imagem 1: Arquivo Nacional. Praia de Ramos, na Zona Norte do Rio de Janeiro (na época Estado da Guanabara 1960-1975). Jornal Correio da Manhã, 1963.

Imagem 2: Arquivo Nacional. Praia de Ramos, na Zona Norte do Rio de Janeiro (na época Estado da Guanabara 1960-1975) Jornal Correio da Manhã, 1963.

Imagem 3: Arquivo Nacional. Praia de Ramos, na Zona Norte do Rio de Janeiro (na época Estado da Guanabara 1960-1975) Jornal Correio da Manhã, 1963.

Os manguezais são importantes para manter a produtividade biológica da baía, garantem a reprodução de peixes que sustentam e alimentam outras milhares de pessoas. No entanto, eram erradicados, mesmo sendo parte importante de um sistema reprodutivo, pois com os aterramentos dessas áreas, as mesmas seriam mais produtivas a reprodução do capital e ao investimento de indústrias. Os aterros para a construção da Cidade Universitária da Ilha do Fundão eliminaram oito canais de circulação, se serpenteavam as ilhas do arquipélago, tornando a região da Maré a mais crítica quanto ao assoreamento e a degradação ambiental (AMADOR. 2013, 277).

Segundo Amador, a Av. Brasil, em função do capital industrial passou a condicionar as transformações da região da zona da Leopoldina em região industrial, direcionando uma ocupação massiva de indústrias para os subúrbios, constantemente a via recebe intervenções em sua estrutura, tendo contínuas de transformações, sendo possível identificar o início de sua construção nos anos de 1940 e com alterações que se estendem até os dias atuais . As remoções de favelas das áreas Centrais e Sul, as construções de rodovias estimulavam as migrações provocando modificações no espaço que culminam na favelização das margens da Avenida Brasil. É interessante destacar que na década de 1960, 33% da população favelada do Rio de Janeiro estavam instalados na orla norte da baía. A antiga praia do Apicum (atualmente a praia de Ramos), um manguezal até a década de 1940, sofria fortes intervenções que modificaram o ecossistema e a saúde das praias de Ramos.

2.3 - Favelas e a Praia de Ramos.

Diante das circunstâncias e fatores anteriores, é possível pensar o quão aguda é a complexidade do contexto em que se insere a Praia de Ramos com seus processos de profundas mudanças e intervenções, tendo sua reprodução enquanto lazer suburbano afetada por dinâmicas sociais e crises de reprodução do capital que se alastram pela cidade. Com o que já foi elaborado, é necessário destacar o crescimento das favelas no Rio de Janeiro que será um outro elemento importante para a reprodução do território da Praia de Ramos. Essa

expansão irá acentuar o abandono do local pelo poder público e privado e trazer novas dinâmicas que irão influenciar na urbanização da Praia de Ramos.

Alinhados às perspectivas delineadas através do primeiro capítulo e as discussões anteriores neste capítulo é importante entender a Favela, que recentemente vem dando novos contornos para a discussões sobre os estudos nas Ciências Sociais, que majoritariamente é refletida e academicamente pesquisada de maneira mais efetiva partir dos anos de 1970 através de programas de pós-graduação e estudos na sociologia, antropologia, urbanismo e arquitetura, reflexões que deram sentidos para interpretar e refletir as questões da favela.

Segundo o historiador Mário Brum (2011), vale ressaltar que é importante observar que a definição do conceito de Favela é complexa e se modifica de acordo com seu contexto histórico. É possível perceber que de acordo com as relações entre favela e Estado, favela e cidade a tarefa de defini-la e descrevê-la levando em consideração que os sentidos e significados impostos as favelas a colocam no lugar de ausência, ilegalidade, construções malfeitas, áreas de risco. Tais representações que variam no tempo incorporando novos sentidos e interesses. Mesmo com os avanços e mudanças de infraestrutura (saneamento básico, iluminação, saúde, educação, diversificação de rendimentos entre os moradores) conseguidos pelos moradores por meio de organização em instituições, em negociações com o Estado ou de maneira colaborativa entre eles mesmos, a favela, de acordo com essas perspectivas ainda tem culpa no cartório por não seguir as formalizações impostas pelo ‘asfalto’.

A partir do início do século XX, passa-se ter uma visibilidade das moradias que se formavam em encostas e áreas livres da cidade pelo poder público, na década de 1920 há o reconhecimento pelo Estado brasileiro da favela enquanto problema a ser combatida e extinta. Essas circunstâncias não podem reduzir a favela e o favelado enquanto problema, mas entendendo as condições econômicas, políticas e sociais que constituem os contextos que estão inseridos esses espaços, ditos, insalubres que abrigavam pessoas de “má índole”.

Entre os anos de 1947 e 1948 é realizado do primeiro censo demográfico feito para se ter um dado estatístico sobre os impactos das favelas no Rio de Janeiro foi feito pelo prefeito General Ângelo Mendes de Moraes (1946 - 1950), devido a preocupação do Estado em relação ao quadro de intensa favelização carioca, entendido como um problema social. Entre

os anos de 1950 foram criados vários órgãos com propósito de atuações específicas nas favelas cariocas. Como exemplo, o departamento de Habitação Popular (1946) e o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas - SERFHA. O papel da Igreja Católica foi de forte atuação nesse momento, com ações através da Fundação Leão XIII (1947) e a Cruzada São Sebastião (1955). A Fundação Leão XIII foi criada pela Prefeitura e pela Igreja Católica, as ações da fundação sempre se direcionam por uma visão preconceituosa e paternalista, usando a justificativa da incapacidade moral dos moradores, tendo o objetivo de controle social das favelas e dos favelados (NÓBREGA, Júnior; BELFORD, 2012, p. 73).

Segundo Amador (2013), a grande maioria das favelas surgidas no Rio, no período de 1948 a 1960, localizaram-se nas proximidades da Av. Brasil. Em 1960 eram 47, respondendo por uma população de 111.341 habitantes. O litoral norte Guanabarrino, mais especificamente a antiga Praia do Apicum já tinha um denso conjunto de casas de palafitas, denominado hoje o bairro da Maré (AMADOR. 2013, p. 182).

A origem do bairro da Maré (1994)³⁷ se situa em meio a essas mudanças proporcionadas pela indústria e a instalação da Avenida Brasil, sendo a favela do Timbau (1940), a primeira a surgir, a segunda é Baixa do Sapateiro (1947), Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953) em seguida Rubens Vaz (1954), Parque Roquete Pinto (1955), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), Praia de Ramos (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila dos Pinheiros (1983), Conjunto Habitacional dos Pinheiros (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1992), Nova Maré (1996), Novo Pinheiros (Salsa e Merengue como é conhecida pelos moradores) (2000) (REDES DA MARÉ, 2019). Quase todas as favelas que compõem o bairro Maré sofrem intervenções públicas. É importante observar que a favela da Praia de Ramos não consta nos Relatórios da Coordenação de Habitação de Interesse Social - CHISAM e COHAB-GB como área que sofreu ações de reestruturação das moradias ou de infraestrutura.

³⁷ Essa região sempre esteve permeada pelo estigma de várias favelas, foi transformada em região administrativa pelo César Maia, cujas primeiras prefeituras tiveram como mote os programas favela-bairro. Iniciativa de urbanização das favelas cariocas, o programa desenvolveu-se durante as duas gestões, contando com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento da ordem de 180 milhões de dólares (CARDOSO. 2002, p. 38).

Porém, em 1958 um violento incêndio de grandes proporções atinge a favela da Praia de Ramos onde vemos o SERFHA e a Cruzada São Sebastião em ação. Segundo reportagem do jornal Correio da Manhã, que tem uma página inteira do jornal destinada a falar sobre o ocorrido. Na tarde de 1 de outubro cerca de 1200 casas foram destruídas e 6000 mil pessoas desabrigadas por um incêndio. Que segundo o jornal, a origem do incêndio se deu por conta de uma explosão de um fogareiro, na cozinha de um dos barracos, alastrando-se rapidamente e atingindo assim as proporções de destruição já mencionadas.



Acervo: Correio da Manhã. Pavoroso incêndio deixou desabrigadas cerca de seis mil pessoas. 1958 ³⁸

A fotografia acima representa a proximidade entre a favela de Ramos com o Balneário de Ramos. A imagem também registra a destruição que a área sofreu com o incêndio, que atingiu a rua Gerson Ferreira, uma das ruas de acesso à praia de Ramos. Os primeiros socorros foram prestados por funcionários civis e militares da Fábrica de Máscara Contra-Gases. Estima-se que todos os recursos dos bombeiros foram mobilizados para

³⁸ CORREIO DA MANHÃ. Pavoroso incêndio deixou desabrigadas cerca de seis mil pessoas. 1958. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=Praia%20de%20Ramos&pagfis=97072 (acessado em 08/10/2024).

combate ao incêndio, dez carros-bomba, cinco carros-pipa e outras viaturas. A ação não teve grandes resultados, pois o vento estava forte o que dificultou o trabalho de controle do incêndio. Os barracos, também estavam perto de uma bomba de gasolina do posto da Transportadora Royal, situada na avenida Brasil, as autoridades ordenaram a destruição de 3 barracos que estavam colados ao posto de gasolina para evitar que o fogo alcançasse a gasolina e o óleo armazenados no local.

Devido a extensão do incêndio, o então recente prefeito Sá Freire Alvim dirigiu-se para o local, acompanhado de oficiais do seu gabinete e encontrou com Guilherme Romano, secretário de Saúde e Assistência, que tomou as primeiras medidas para abrigar as famílias. Ficou decidido que as pessoas desabrigadas seriam encaminhadas para o Maracanã e para o Albergue da Boa Vontade. Assim sendo, a reportagem descreve que homens foram para o Maracanã e as famílias com proles para o Albergue. Calcula-se que em sua maioria, os desabrigados eram de origem nordestina. Segundo o Jornal:

Os favelados, em sua maioria, eram oriundos do nordeste do país, que de posse de meia dúzia de caixotes e telhas de amianto, construíram seus casebres miseráveis. Contrastando com a miséria reinante da favela, alguns barracos apresentavam ares de prosperidade, com fogões a gás, rádios, geladeiras, etc. (Correio da Manhã. 1958, p. 5)

Partindo desse trecho, é interessante observar mais à frente na reportagem que o jornal traz as intervenções dos braços de segurança do Estado na atuação para “segurança” dos moradores em vulnerabilidade e em territórios favelados e periféricos.

Como não podia deixar de ser, a polícia mais uma vez esteve presente e deu a nota destoante. Um choque da Polícia de Vigilância, que recebera ordens de evacuar a área, “conjugou” o verbo “evacuar” de maneira diferente. Julgou que a palavra espancar substituisse a ordem. E, numa demonstração do espírito, desceram a borracha a torto e a direito. Até os populares que desde cedo auxiliam o serviço de retirada dos móveis, foram espancados. Foi o caso do Sr. Daniel Eugenio Barbosa, funcionário da Aerofoto da Cruzeiro do Sul, um dos primeiros a chegar no local, que levou violenta borrachada quando levava uma lata d'água para tentar apagar um foco. Outros populares também foram esbordados pelos truculentos guardas da Avenida Mem de Sá. O policiamento foi feito pela já referida polícia de vigilância, Polícia Militar, Aeronáutica, exército e investigadores da 4ª Subseção de Olaria e do 21º D. Policial. Oficiais e praças se misturaram no afã de socorrer os favelados. (Correio da Manhã. 1958, p. 5)

Segundo comunicado do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas - SERFHA e a Cruzada São Sebastião, em face ao incêndio na Favela de Ramos. Ao receber a notícia do incêndio, já mobilizou o Corpo de Bombeiros, forças do Exército situadas próximas ao local, polícia de vigilância e a Polícia Militar do Distrito

Federal. O Serviço Social da Cruzada São Sebastião fez um levantamento de pessoas atingidas pelo incêndio, tendo uma mensagem de apoio do presidente Juscelino Kubitschek para o SERFHA e a Cruzada. (Correio da Manhã, 1958)

É interessante destacar que o contexto era de atuação da SURSAN (1957)³⁹, criada por Negrão de Lima durante um período de indefinição política sobre o futuro do Rio de Janeiro e de grande expansão da cidade, o que resultou na multiplicação dos problemas de infraestrutura e oferta de serviços públicos. Seu financiamento peculiar, composto por 10% da previsão de arrecadação dos impostos sobre Vendas e Consignações, Territorial, Predial, Indústria e Profissões e Transmissão de Propriedade, garantiu o início imediato das obras transferidas pela Lei Nº 899 da Secretaria de Viação e Obras. Livre das amarras burocráticas, a nova autarquia municipal realizou um volume de obras muito superior ao executado pela Secretaria de Obras.

As escolhas do Plano de Obras e a prioridade nos repasses não podem ser compreendidas sem destacar as demandas dos construtores cariocas, a preferência pela execução de grandes empreendimentos, como os túneis de Copacabana e Catumbi – Laranjeiras, a Av. Perimetral e a Radial Oeste, que alinhavam-se aos desejos da classe política que queria demonstrar publicamente sua atenção à então “maior cidade do país”. Não por acaso, Juscelino e toda a cúpula de seu governo compareceram às inaugurações dos empreendimentos citados anteriormente. Por outro lado, as frações da classe dominante local viam as obras como uma reafirmação do Rio de Janeiro como a "capital de fato" do Brasil. Isso é evidenciado nas declarações dos membros da Comissão das Classes Contribuintes, que sempre classificavam os trabalhos da SURSAN como "prioritários e inadiáveis" e defendiam que qualquer crítica às obras era demagogia (SILVA, 2019).

A expansão da cidade também multiplicou os problemas que há tempos atormentavam os cariocas: a debilidade da rede abastecimento tornava a falta d'água tão constante quanto às enchentes que chegavam após cada temporal. O crescimento populacional associado ao crescente número de veículos particulares satura o sistema viário e

³⁹A Lei N.º 899, de 28 de novembro de 1957, instituiu um Fundo Especial de Obras Públicas, criou a Superintendência de Urbanização e Saneamento – SURSAN – para administrar tais recursos e aprovou seu Plano de Realizações. Ao contrário das pretensões do prefeito, a fonte das verbas não veio de um aumento nos tributos, mas de 10% da previsão de arrecadação dos impostos sobre Vendas e Consignações, Territorial, Predial, Indústrias e Profissões e outras pequenas taxas do Rio de Janeiro (COLEÇÃO, 1958, p. 30). A SURSAN possuía liberdade para contratar e executar obras sem prévia autorização do Tribunal de Contas e seria fiscalizada por uma Junta de Controle e por um órgão com participação da sociedade civil que seria criado posteriormente. Na prática, a superintendência atuava com uma liberdade que a Secretaria de Viação e Obras jamais possuiu (REIS, 1977, p. 154).

SILVA, Pedro Sousa da. “A superintendência de urbanização e saneamento - SURSAN - do Rio de Janeiro; um estudo sobre sua formação e atuação (1957-1960)

demonstrava a necessidade de novas obras de infraestrutura. Entretanto, as finanças municipais não contribuem para resolver os problemas da cidade, na receita orçada para 1957 cerca de 90% do gasto estava comprometido com o pagamento de pessoal (COLEÇÃO, 1958, p. 8 *apud* SILVA. 2019, p. 02)

Nos anos de 1960, anos depois do incêndio, foi possível detectar uma reportagem do Correio da Manhã que fala sobre a construção de uma nova parte da favela da praia de Ramos pelo SERFHA. Ela sintetiza as problemáticas relacionadas ao que se refere a praia, falta de água, favela e o lixo:

“FAVELA DE RAMOS: CAIXA D’ÁGUA VAZIA NÃO MATA SÊDE

Mil e oitocentas famílias na fila da água que pertence ao Iate Clube - Construíram a favela mas esqueceram do abastecimento de água - Prejuízos, preocupações e aborrecimentos - Balneário em Ruínas - Lixeira na praia.” (Correio da Manhã, 1960, capa)

Segundo o jornal, a prefeitura do distrito federal fez uma caixa para abastecimento dos moradores, porém é suficiente, afetando também o funcionamento dos estabelecimentos no local, tendo como exemplo o posto médico instalado pela municipalidade que fica na rua que dá acesso a praia. Para mitigar esse problema foi feita uma ligação com o cano que fornecia água ao Iate Clube de Ramos, objetivando atender as necessidades do posto médico e dos moradores, assim sendo, generalizando o problema. Houve mobilização coletiva por meio de protestos para reivindicar o abastecimento de água de 1800 famílias. O jornal destaca, que a municipalidade construiu barracos, mas que esqueceu que os favelados também precisam de água para beber, lavar roupa, tomar banho, cozinhar e etc. Essa situação também afeta o funcionamento do Balneário de Ramos, que suspende seu funcionamento por conta da falta de água. Consequente, para finalização da reportagem, há uma espécie de decretação de um “fim da Praia de Ramos”, decorrente das circunstâncias problemáticas do local. (Correio da Manhã, 1960, capa)

“Barracos. presença da favela na Praia de Ramos, tem servido de proteção para a construção de tendas ao longo da areia, onde de tudo se vende. Está-se transformando a faixa de mar em prolongamento da favela.

É o fim da Praia de Ramos, a única da zona Norte (Leopoldinense) da cidade, que pela sua posição poderia atender a milhares de cariocas.”

1960 - Na favela de Ramos: Caixa D'água vazia não mata a sede.⁴⁰



Diante de tais imagens, o que se afere durante as análises e levantamentos das fontes, é de que imagens ligadas ao lixo, escassez dão o tom das imagens construídas sobre a Praia de Ramos, e se acentuam diante desse contexto de crescimento das favelas, complexificando os significados ligados ao território da praia de Ramos. Segundo Stuart Hall (2016), durante o processo de construção de uma representação, há um conjunto de correspondências entre o nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, dispostos e organizados em diversas linguagens, que indicam ou representam tais conceitos. Portanto, a essa altura vale destacar, que durante as análises no capítulo 1 ligadas às imagens da praia de Ramos, podemos observar relações concomitantes de conceitos negativos para as caracterizações construídas socialmente a partir os anos de 1940 em diante e que estavam ligadas a praia de Ramos, e quando assemelhada a praia Copacabana, era para relacionar algum problema que estivesse afligindo a princesinha do mar, uma forma comparativa e depreciativa para falar sobre os problemas da cidade. Todavia, é notável que a conjugação de conceitos, signos e os significados ao território da praia de Ramos constituem uma representação sobre o que pode ser esse território. Somatizando a esse bojo a questão da violência que se acentua paulatinamente e se vincula à questão da favela que cresce ao entorno da Praia de Ramos. É necessário evidenciar aqui, que a partir das fontes a praia de Ramos não é um território ameaçador a cidade, nesse período essa construção de ameaça não se figurava como um aspecto tão evidente na Praia de Ramos. Apesar de estar presente nos noticiários com assuntos relacionados a episódios violentos.⁴¹

⁴⁰ CORREIO DA MANHÃ. Na favela de Ramos: Caixa D'água vazia não mata a sede. 1960. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=favela%20de%20Ramos&pagfis=1662 (Acessado em 07/10/2024)

⁴¹CORREIO DA MANHÃ. Conflito em um bar. 1950

A memória coletiva é um campo de disputa, Pollak (1989) e Portelli (1991) chamam a atenção para a necessidade de um trabalho de enquadramento e de manutenção da memória, no sentido de fixação de um quadro de referências capaz de estabelecer a coesão e a identificação de um grupo. Isso não significa, no entanto, a simples constituição de uma dicotomia entre uma “memória dominante”, que teria conseguido impor a sua versão do passado ao grupo, e uma “memória dominada”, condenada ao silêncio e ao esquecimento. Como bem observa Portelli (1991), estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas (PORTELLI. 1991, p. 26).

No ano de 1963, derivado do crescimento da mobilização dos favelados, foi criada a Federação das Associações das Favelas do Estado de Guanabara (Fafeg), nesta entidade abarcava mais de setenta associações de moradores com objetivo de resistir às políticas remocionistas e a luta por infraestrutura. Apesar dessa organização de entidades que segue com o decorrer das necessidades impostas aos moradores de favelas, o que é possível se observar através dos jornais é um movimento acentuado para destacar os problemas que surgem com a favelização da praia de Ramos e os aspectos que os acompanham, à exemplo tem-se a reportagem de 1963 do jornal Correio da Manhã, “Praia de Ramos foi transformada em ponto de atração para os marginais”. levando o título em consideração, a reportagem se inicia com uma breve passagem de uma Praia de Ramos idílica:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=Praia%20de%20Ramos&pagfis=1699 (Acessado em 07/10/2024)

CORREIO DA MANHÃ. Um morto e um ferido na Praia de Ramos. 1950.

CORREIO DA MANHÃ. Baleado na praia Ramos, 1953. - -
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=Praia%20de%20Ramos&pagfis=19723 (Acessado em 07/10/2024).

CORREIO DA MANHÃ. Sangue e Maconha, 1953.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=%22Praia%20de%20Ramos%22&pagfis=23200 (Acessado em 07/10/2024).

CORREIO DA MANHÃ. Assalto na Praia de Ramos, 1954

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=%22Praia%20de%20Ramos%22&pagfis=33338 (Acessado em 07/10/2024).

CORREIO DA MANHÃ. O encontro macabro de 2 pernas Humanas, 1956.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=Praia%20de%20Ramos&pagfis=57767 (Acessado em 07/10/2024).

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=Praia%20de%20Ramos&pagfis=4867 (Acessado em 07/10/2024).

CORREIO DA MANHÃ. O paraíso da liciosidade. 1956.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=Balne%C3%A1rio%20de%20Ramos&pagfis=68388

CORREIO DA MANHÃ. Licenciosidade perturba famílias na Praia de Ramos. 1969.

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&Pesq=%22Praia%20de%20Ramos%22&pagfis=106995 (Acessado em 07/10/2024)

Quando copacabana era ainda desconhecida - e não faz muito tempo - a praia de Ramos tinha uma lugar ao sol. Suas águas límpidas e quietas, suas areias alvas e tratadas fizeram história e tornaram aquele recanto conhecido e famoso[...]As administrações municipais, contudo, não souberam - ou não quiseram - preservar o agradável balneário. (Correio da Manhã. Praia de Ramos foi transformada em ponto de atração para os marginais. 1963).

Este trecho é interessante, pois destaca os atributos da região, porém demarca o lugar que a praia de Ramos ocupa, no então contexto histórico. Sendo a praia de Ramos um lugar



Arquivo Nacional. Acervo: Correio da Manhã. 1963⁴²

aprazível a muito tempo atrás. E que hoje: “Foi invadida por birosacas e favelas, tornando-se ponto de atração para marginais de toda espécie. Ao mesmo tempo, detritos, lixo e lama. Tomam conta do local[...] Focos de doenças, de miséria, de sujeira e de assaltantes se espalham por toda a praia[...]A que foi há poucos preferida dos suburbanos é agora repelida por eles.”

Através da análise das fontes em jornais do Correio da Manhã entre 1950 a 1970 é possível perceber a Praia de Ramos presente no cotidiano carioca. Em sua maioria, as notícias traziam atualizações sobre acidentes, assassinatos, ilegalidades, poluição, favelas conceitos que demarcam um lugar hostil. Diante dessa constatação foi feita uma quantificação de acordo com cada situação descrita: acidentes (4 notícias); assassinatos (10 notícias); ilegalidades (7 notícias); poluição (16 notícias); favelas (6 notícias), na categoria ilegalidades foi levado em consideração brigas, tumultos e comércios clandestinos. Porém, através dos periódicos é possível destacar, que desde os anos de 1930 a Praia de Ramos está presente no carnaval Carioca com o Banho a Fantasia na praia, promovida pela Associação de Cronistas Carnavalescos, uma festividade que se tornou tradicional nos subúrbios Leopoldinense. Meses antes do golpe Civil militar o jornal correio da manhã divulga:

“Ramos Assistirá banho a fantasia:

⁴² CORREIO DA MANHÃ. Praia de Ramos foi transformada em ponto de atração para os marginais.1963. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=favela%20de%20Ramos&pagfis=38867 (consultado em 19/10/2024).

No domingo a praia de Ramos viver horas de grande animação com a realização do tradicional banho de mar a fantasia, antiga promoção da Associação de Cronistas Carnavalescos. A festa praiana, dedicada aos moradores da zona leopoldinense, faz parte do calendário oficial do carnaval, elaborado pela secretaria de Turismo.” (Correio da Manhã. 1964, p. 08)

Diante de um contexto de intensas remoções de favelas, no ano de 1964, através de entrevista coletiva a secretária Sandra Cavalcanti da Secretária de Serviços Sociais da Guanabara, motivado por um evento ocorrido com ela na Praia do Pinto, onde houve reclamações sobre uma possível remoção da favela da Praia do Pinto. Segundo o jornal Correio da Manhã, a secretária se fez presente para esclarecer algumas questões para os moradores, sinalizando que não haveria remoções na região. Porém as críticas por parte de moradores prosseguiram a ponto de pedras serem lançadas contra a secretária que também era professora, tal atitude foi denominada como uma ação promovida pelos comunistas, é interessante esse trecho, pois orienta um aspecto sobre o acirramento do contexto político e as disputas que vinham se estabelecendo entre agentes públicos e a população moradora de favelas. Prosseguindo com a coletiva, informa-se que as próximas favelas a serem removidas estavam na Praia de Ramos, eram elas, o Conjunto Serfha, a favela Maria Angu e a favela da Praia de Ramos. Para a efetivação só se aguardava a conclusão das novas casas na Vila Kennedy.

No ano de 1969, o governo Negrão de Lima, que tinha como promessa de campanha do seu governo não remover as favelas e sim urbanizá-las, vem a intervir e remover favelas forçosamente como no governo Lacerda. À exemplo da reportagem de 18 de abril de 1969, do Correio da Manhã, onde o título da matéria é: “Governo desocupa à força mais duas favelas cariocas”. As favelas removidas foram a do Parque Rubens Vaz e a Vila União, sendo a primeira com 597 barracos e 2500 moradores e a segunda favela com 875 barracos com 2750 habitantes. A favela do Parque Rubens Vaz ficava localizada nos acessos para o aeroporto do Galeão e a Vila União ao lado da Praia de Ramos, importante sinalizar que as favelas citadas podem não ter sido totalmente removidas. Segundo relato do sr. Carlos Costa, Chefe da Casa Civil da Guanabara, para o jornal: “A sua paisagem de pobreza e promiscuidade proporciona uma visão distorcida do Rio aos visitantes estrangeiros. Com a extinção da favela Vila União, haverá possibilidade de duplicar ou triplicar a Praia de Ramos”. Carlos Costa, é primo-irmão do General de Brigada, Emílio Garrastazu Médici, presidente da república durante a ditadura brasileira, em seu período (1969-1974) de mandato houve grande recrudescimento da

repressão. O Chefe da Casa Civil da Guanabara é tido como homem forte da política Carioca e totalmente contrário à urbanização das favelas proposta pelo Governador. Assim sendo, contraria o Governador Negrão de Lima, que com seu governo tende a afastar as favelas da Zona Sul e do Centro, pois as favelas são instrumentos de distorção da beleza carioca. (Correio da Manhã, “Governo desocupa à força mais duas favelas cariocas” 1969, p. 07).

Mesmo com a justificativa de remoção das favelas para possível expansão da Praia de Ramos, no mesmo ano de 1969 saiu um comunicado emitido pelo Instituto de Engenharia Sanitária, no Correio da Manhã, através do Engenheiro-químico Antonio Elisimar de Aguiar. Que indica que o material recolhido na Ilha do Governador na Baía de Guanabara está com alta poluição em suas águas, ressaltando que o despejo industrial do Cortume Carioca é a grande poluidora e contaminadora da Praia de Ramos. O Instituto de Engenharia Sanitária cogitou a elaboração de um projeto para ser enviado ao governador Negrão de Lima, propondo um desvio no despejo da fábrica. Porém, em matéria seguinte no ano de 1970, o engenheiro Arnoldo Viana Koblitz, do Instituto de Engenharia Sanitária da SURSAN, elencou que a causadora da grande poluição histórica e que se desdobra até o atual contexto, vinha ocorrendo por conta da favela que fica perto da Praia de Ramos, pois houve uma melhoria de suas condições pois houver construções no canal da Marinha que desviou o esgoto que antes era ali despejado.⁴³

Nos ano de 1970 é possível localizar uma série de reportagens que falam sobre a poluição das praias da costa atlântica e da baía de guanabara, com discussões vinculadas a poluição fabril, a possibilidades de resolução para diminuir o despejo de dejetos em rios e no mar e como fator agravante os navios petroleiros lançam petróleo nas águas da baía de guanabara. (Correio da Manhã. 1970, p. 05)

Diante dessas circunstâncias, o fato é que a Praia de Ramos continuava movimentada e enchendo suas areias de suburbanos nos anos de 1970. Em reportagem do Correio da

⁴³ CORREIO DA MANHÃ. Leitura de testes confirma poluição das águas da Baía. 1969, p. 03.
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&Pesq=%22Praia%20de%20Ramos%22&pagfis=101362

CORREIO DA MANHÃ. Tifo tem maior índice na ZN e é mínimo na orla marítima. 1970, p. 03
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_08&pasta=ano%20197&pesq=Praia%20de%20Ramos&pagfis=241

Manhã de João Paulo Barbosa: “Ramos, Praia da Zona Norte. Fica em evidência a permanência do status da Praia de Ramos, “com poluição nas águas, desconforto na areia, os “ratos de praia” e a comida envenenada” não são privilégios da Zona Sul. A praia de Ramos, para onde convergem todos os domingos 70 mil pessoas, tem de tudo - ladrões, bêbados, desordeiros e comerciantes desonestos.” Nas fotografias a seguir de 1972, do acervo do Correio da Manhã, evidenciam a grande adesão de cariocas suburbanos à praia. Mesmo com a sequência de poluentes despejados nas águas, por conta dos aterramentos, dejetos industriais e o crescimento populacional. Ambas as imagens representam como os aterramentos, construção de pontes, o aeroporto do Galeão e as instalações da Universidade Federal do Rio de Janeiro estão incorporando o cenário da praia.





A partir da década de 1980, a Praia de Ramos passou a enfrentar sérios problemas de poluição que comprometeram sua balneabilidade. Segundo o jornal O Globo de 1988 , mesmo com a análise da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), onde se constata que a praia de Ramos tem o maior índice de poluição, a praia continua com numerosos frequentadores. Porém, a contaminação da água foi resultante principalmente do despejo de esgoto não tratado vindo de áreas adjacentes, como os canais do Cunha, do Fundão e da Penha, diretamente na Baía de Guanabara. Essa poluição crescente levou a interdição da praia, tornando-a imprópria para o banho e obrigando os moradores locais a buscar alternativas para lazer e recreação.

É interessante observar que em 1989, mesmo com a decisão da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de interdição da Praia de Ramos por causa da poluição, a população frequentadora não deixou de ocupar as areias da praia. Portanto, a reivindicação dos banhistas estão presentes nas reportagens, e definem seu descontentamento e denunciam. (O GLOBO. Nem mesmo interdição afasta banhistas da Praia de Ramos. 1989, p. 02)

“A Secretária simplesmente anuncia que a praia está poluída e que precisa ser interdita. Mas até agora não ouvi falar de nenhum trabalho de recuperação. Isto só acontece porque é uma praia de pobre. Duvido que eles agiriam desta forma na Zona Sul, sem ter um plano definido - critica a moradora de Nilópolis, que há dois anos

frequenta a Praia de Ramos com os dois filhos.” (O Globo. Nem mesmo interdição afasta banhistas da Praia de Ramos. 1989, p. 02)

A poluição da Praia de Ramos está intimamente ligada à urbanização desordenada e ao crescimento das favelas no entorno da Baía de Guanabara. A falta de infraestrutura adequada para saneamento básico nas comunidades favelizadas resultou no despejo de grandes volumes de esgoto e lixo, exacerbando os problemas ambientais da região. A negligência do poder público em relação às necessidades básicas dessas populações contribuiu para a deterioração da qualidade da água na Praia de Ramos, refletindo a desigualdade social e ambiental presente na cidade.

Com a chegada dos anos 1990, ocorreram uma série de derramamentos de petróleo que agravaram a situação ambiental da Baía de Guanabara. Nos anos 2000, esse cenário foi ainda mais comprometido por um grande desastre ambiental, quando um duto da Petrobrás se rompeu, despejando aproximadamente 1,3 milhão de litros de petróleo nas águas da baía. Esse incidente não apenas intensificou a poluição já existente, mas também teve um impacto devastador na fauna e na flora marinha, prejudicando ainda mais a qualidade da água nas praias, incluindo a Praia de Ramos. O desastre destacou a vulnerabilidade da baía a acidentes industriais e evidenciou a necessidade urgente de medidas mais eficazes para o controle e a prevenção da poluição.

Como resposta à insalubridade da Praia de Ramos, foi inaugurado em 2001 o Piscinão de Ramos, um parque ambiental com uma grande piscina de água salgada tratada, projetado para servir como uma alternativa de lazer para a população local. No entanto, a criação do Piscinão não solucionou os problemas de poluição da baía, que continuaram a afetar as condições de vida nas favelas circundantes. A persistente poluição e a falta de investimentos adequados em saneamento e infraestrutura demonstram a complexidade dos desafios socioambientais enfrentados pela região, onde questões de justiça ambiental e social estão profundamente entrelaçadas

Assim sendo, conclui-se que as condições que levam a praia de Ramos a ser “morta” são interdependentes com uma diversidade de fatores, que foram discutidas nos capítulos anteriores, através de intervenções simbólicas e materiais. Com isso, desenvolve-se uma reflexão sobre como se consolida um Habitat na perspectiva de Lefebvre, dessa área de lazer dos pobres que se desdobra pelo desenvolvimento segregacional da cidade ao condicionar

outros fatores, sendo um dos fatores eleitoreiro, para construção do Piscinão de Ramos em 2001.

A análise do processo de "sufocamento" da Praia de Ramos revela como diversos fatores materiais e simbólicos convergiram para a degradação desse espaço ao longo do tempo. O crescimento industrial desordenado, a falta de políticas públicas voltadas para a manutenção e o desenvolvimento sustentável da região, os sucessivos aterros e a expansão descontrolada das favelas, além da crescente poluição, contribuíram para a perda da qualidade ambiental e do lazer nessa área. As imagens e reportagens, bem como o abandono pelo poder público, reforçam a ideia de uma praia relegada a segundo plano em comparação com as praias da zona sul, sendo marcada por uma representação negativa associada à pobreza e à marginalização. Além disso, a análise das intervenções urbanas demonstra como essas ações foram estruturadas de forma a privilegiar interesses políticos, econômicos e industriais, sem considerar as necessidades dos moradores locais. As fotos analisadas anteriormente contam sobre a deterioração da praia e evidenciam como o processo de degradação foi acompanhado por uma simbologia de abandono, sujeira e exclusão, características que ecoam até o surgimento do Piscinão de Ramos como resposta a essas condições. Assim, a Praia de Ramos é emblemática das tensões entre desenvolvimento urbano e "justiça" socioambiental no Rio de Janeiro.

CAP. 3 - CADA MERGULHO É UM FLASH: O FUTURO PASSADO DO PISCINÃO DE RAMOS

O dia está maravilhoso
 Eu vou vestir o meu calção
 Curtindo este sol gostoso
 Eu vou lá pro piscinão
 Piscinão, piscinão
 Eu vou lá pro piscinão
 Piscinão, piscinão
 Eu vou lá pro piscinão
 Na passarela!
 É a passarela da beleza
 Mulheres desfilando de fio dental
 Livre de artista famoso
 Todo dia é carnaval
 Tem rádio, jornais e revista
 Tem até turista do mundo inteiro
 Por isso é que o piscinão
 É o orgulho do meu Rio de Janeiro
 Compositor: Dicró

Nos tempos em que a praia de Ramos era o ponto do verão suburbano, o pesquisador que aqui desenvolve essa pesquisa, não era nascido. Só tinha como referência a memória dos mais velhos que puderam aproveitar a praia de Ramos e a nostalgia sobre os dias vividos tanto de lazer quanto de trabalho na praia. Por isso, quando no ano de 2001 a população suburbana, principalmente os moradores locais, ficaram sabendo da possibilidade de construção do Piscinão de Ramos, um sentimento de esperança veio à tona. Vendo nesse aparelho de lazer a possibilidade de uma melhor qualidade de vida e desenvolvimento para o território. Sendo uma alternativa salubre para as crianças, e a população em geral, que em dias de calor se banhavam nas águas sujas da Baía de Guanabara por falta de opção. Portanto, a construção do Piscinão de Ramos traz novos cenários para o desenvolvimento do lazer suburbano, para caracterização do território enquanto espaço de lazer do pobre. Assim sendo, como as disputas simbólicas e empíricas ligadas ao local mobilizam a política para a reativação desse espaço enquanto um balneário popular? Como as imagens e representações se reorganizam para que haja uma aceitação do Piscinão de Ramos pela população carioca? Como a memória ligada a esse lugar influencia na construção do piscinão de Ramos? Mesmo com essa reorganização, o que mudou e o que permaneceu nas representações sobre o território?

Partindo dessas questões, o capítulo terá como fontes para desenvolvimento das

reflexões o uso de jornais, a novela “O clone” e fotografias. Tríade que compõem um mosaico interessante para se perceber como o território do piscinão de Ramos se configurou socialmente.

É necessário desdobrar essas questões trazidas durante a pesquisa a um momento mais recente da história da Praia de Ramos, que é a construção do Piscinão de Ramos em 2001 e que estão atreladas as contínuas intervenções e modificações do território. Portanto, deixo em evidência que neste capítulo a História do Tempo⁴⁴ presente não será totalmente acionada, uma vez que não é a base desta dissertação, mas inspirou algumas análises que transitaram temporalmente para refletir sobre as continuidades e mudanças das imagens elaboradas historicamente sobre o território, continuando a ser um importante dispositivo de Lazer suburbano, porém, com aspectos segregadores, de controle e com fins eleitorais. Segundo Lúcia Lippi Oliveira (2002), é de se saber que os bens materiais construídos nas cidades (monumentos, museus, praças), podem fazer os espaços ganharem uma dimensão simbólica inédita. O Cristo Redentor no Corcovado, o Sambódromo, a estátua da Liberdade no shopping New York City, na Barra da Tijuca, ou o Piscinão de Ramos são possíveis exemplos de monumentos que modificam os espaços urbanos do Rio de Janeiro conferindo novas características e dimensões sociais.

Para introduzir as questões que serão desenvolvidas ao longo deste capítulo, organizamos as reflexões em partes. No primeiro momento iremos desdobrar questões relacionadas modificações do território Praia de Ramos, partindo das discussões sobre Memória considerando os processos através das disputas materiais e simbólicas, o que irá afirmar a construção do piscinão de Ramos como o novo lazer do pobre, com as novas demandas de configuração do território Carioca; A segunda parte será desenvolvida através das discussões sobre Representação, identidade, e imagem com o intuito de localizar possíveis rearranjos dos dispositivos ideológicos para as questões representacionais e identitárias sobre o Piscinão de Ramos, que irá construir possibilidades de outras imagens sobre o território para a aceitação da população do novo dispositivo de lazer suburbano.

⁴⁴ A História do Tempo Presente, de acordo com Marieta de Moraes Ferreira (2000), é um meio de estudar um passado que se concentra em eventos recentes, onde há testemunhas ainda vivas. Isso cria uma troca contínua entre a memória e os documentos históricos. Esse campo muda a tradição da história do século XIX, que achava que ter tempo distante era chave para ser objetivo na história. Ao contrário disso, a História do Tempo Presente pensa que estar perto dos eventos pode dar novas maneiras de entender as coisas. Mas esse campo enfrenta problemas metodológicos, como usar relatos diretos e não ter distância no tempo; isso exige consulta constante nas fontes e métodos para evitar erros na compreensão dos eventos atuais. (FERREIRA. 2000)

Questões onde a teoria irá se embrenhar com as fontes e a prática historiadora para construir uma noção de representação que se aproxima de uma perspectiva mais crítica, ativa e constitutiva sobre o ato representativo de construção social da realidade, com um olhar endógeno ao território.⁴⁵

3.1 - Memórias e disputas: Piscinão de Ramos minha praia

Neste ponto iremos retornar brevemente ao processo de construção do Piscinão de Ramos. O intuito é poder elaborar as reflexões junto às fontes bibliográficas, periódicos, vídeos reportagens, propagandas que possibilitaram uma análise a fim de localizar as permanências e continuidades das imagens sobre o território.

Para ser História, precisaria ser História da sociedade. Como as sociedades, seu funcionamento e suas transformações constituem problema da maior complexidade, é que se torna necessário estabelecer cortes e enfoques para dar conta de aspectos relevantes, articulados ao todo social. A cultura material (entendida, pois, como aquele segmento do universo empírico social e culturalmente apropriado) pode ser uma dessas plataformas de observação. Mas, para que a observação seja eficaz, é indispensável usar-se todo e qualquer tipo de fonte (fontes materiais, escritas, orais, hábitos corporais, etc., etc.) — ainda que os materiais possam predominar. É, contudo, a dimensão material da produção/reprodução social que está sendo estudada (MENESES, 2003, p. 26).

O Piscinão de Ramos foi inaugurado em 2001, pelo governo do Estado. Esse é um nome popularmente conhecido, mas após a morte do cantor Dicro em 2012, o piscinão ganhou o nome de Parque ambiental da Praia de Ramos Carlos Roberto de Oliveira. Através do Piscinão surgia a possibilidade de questionar a história social, cultural e ambiental de Ramos, evidenciando as tensões da construção de uma memória de um lugar que é o “balneário do pobre”. O governo do estado à época estava sob as responsabilidades do governador Antony Garotinho que pleiteava as eleições presidenciais para 2002, tendo no governo municipal o prefeito Cesar Maia. É interessante perceber que há uma lógica de urbanização das favelas cariocas nesse período, como visto na matéria “Urbanização de

⁴⁵ Neste ponto, penso ser relevante salientar que atuo no território enquanto historiador e fotógrafo popular, documentando fotograficamente com outras perspectivas o território da Praia de Ramos/Piscinão de Ramos. A fotografia popular é um movimento dentro da fotografia que visa construir outras imagens sobre os territórios marginalizados e periféricos.

favela vira motivo de disputa” (O Globo. 2001,p. 16), sendo objetivo prático de ambas as instâncias para os gastos públicos. Aqui, vale ressaltar que no primeiro mandato, em 1994, César Maia desenvolveu o Favela-bairro, e nesse período o conjunto de favelas que se construíram, conhecida como Complexo da Maré, foi uma área contemplada pelo projeto, sendo formalizado como região administrativa em 1994 enquanto bairro popular da Maré, assunto que foi falado brevemente acima.

O programa Favela-Bairro vem sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação desde 1994, quando a administração resolveu adotar uma nova política para as favelas em substituição ao antigo Projeto Mutirão. Como principal programa da administração, o Favela-Bairro objetiva complementar ou construir a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade, segundo os termos do Decreto no 14.332, de 7 de janeiro de 1995. O programa tem como metas a integração social e a potencialização dos atributos internos das comunidades (CARDOSO. 2002, p. 44).

É interessante perceber como o desdobramento das disputas alinhadas à prática política vai desencadeando uma série de movimentos ligados a ambas instâncias do poder Público, gerando tensões entre a Prefeitura e o Governo do Estado. Pois César Maia (PFL), eleito em 1993 para Prefeitura carioca, era egresso das fileiras do PDT, partido de Leonel Brizola governador entre 1991 e 1994. O mandato do Brizola marcou a sua passagem pelo governo do Estado com a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), popularmente conhecidos como Brizolões. E isso faz com que os principais políticos em ação no Estado e na cidade, egressos de seu partido(PDT) busquem disputar as camadas sociais mais populares com outros projetos. A exemplo de Anthony Garotinho (PSB) que foi Governador em 2002. Essas tensões podem ser vistas durante os governos de Anthony Garotinho pelo Estado e César Maia pela Prefeitura, há um acirramento de disputas nos projetos relativos às intervenções públicas para favelas na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, é possível perceber através das análises das fontes levantadas, que o piscinão é um dos elementos que compõem esse mosaico de disputas (CARDOSO. 2002).

A obra do Piscinão de Ramos custou cerca de 18,4 milhões e foi alvo de investigação por superfaturamento, o deputado Carlos Minc (PT), uma das autoridades a participar das investigações, citou que a obra teria o seu valor total em 3,7 milhões. Segundo o deputado, o dinheiro para as obras é proveniente de multas pagas pela Petrobras como medidas compensatórias por conta de danos ao meio ambiente, o valor da verba paga pela petroleira é de 40 milhões e que deveriam ser utilizados para a despoluição das praias de São Gonçalo,

Magé e Ramos e não para fazer uma piscina. Salientando que achou ousado escolher a água mais podre da Baía de Guanabara e que seria mais fácil e barato fazer uma piscina média, com água da Cedae clorada. Rebatendo a crítica, o Secretário de Meio Ambiente, André Corrêa afirmou: “É porque ele está acostumado a mergulhar em Ipanema” (O Globo, 2001). Esse valor das medidas compensatórias foram pagas ao Estado por meio do Termo de Compromisso para Ajuste Ambiental (TCAA) que foi firmado entre a empresa, a Secretária Estadual de Meio Ambiente e a Feema. Além do Piscinão de Ramos, outras obras foram financiadas com esses recursos. Havia a previsão de construção de piscinões no Cocotá e em São Gonçalo, obras ambientais para melhorias em Magé e a aplicação de 3,7 milhões para despoluição da Praia do Flamengo (O GLOBO. 2001, p. 15).

Há um contexto político de muitas tensões, e com esse cenário as obras do Piscinão de Ramos sofrem ameaças de possíveis paralisações diante das disputas políticas. Segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente representado por André Corrêa, a licença para construção do piscinão de Ramos foi liberada em 5 de dezembro de 2000, com prazo de seis meses para conclusão do serviço, ou seja com previsão para o mês de Junho de 2001. A obra foi gerida pela Fundação João Daudt de Oliveira, sem que houvesse licitação, a fundação contratou a Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO para execução da obra. O contrato previa que a empreiteira submetesse aos órgãos técnicos da prefeitura os projetos viário e de urbanização, pavimentação, drenagem, iluminação e paisagismo. Segundo o secretário, a obra teve início efetivo no mês de fevereiro de 2001. O fato é que, o embargo foi feito pela prefeitura, através da Secretaria de Obras para que houvesse uma paralisação das obras por 30 dias para que o governo estadual pedisse prorrogação da obra que venceu em 6 de junho de 2001. E que a construtora CBPO teria que submeter os projetos aos órgãos técnicos da prefeitura, conforme estava em contrato. Diante disso, houveram reações das representações de ambas as instâncias (O GLOBO, 2001).

O governador do estado, Garotinho afirmou:

“ O Cesar Maia sempre se caracterizou como um político que não gosta de pobre”.

Em resposta , Cesar Maia retrucou:

“É triste que um candidato a presidente use essa linguagem. Ele tem mais 30 dias para evitar cometer uma ilegalidade, que é realizar uma obra sem licença. Se amanhã morrer uma criança na piscina, vai haver problemas para o poder público. Por isso eles têm que ter tantos precatórios a pagar” (O GLOBO. 2001, p. 11).

Nas brigas políticas, derivadas pela oposição de Garotinho e Cesar Maia, o carioca é quem leva a pior. Pois, com o rompimento de acordos de obras conjuntas entre prefeitura e o governo do estado, muitas outras empreitadas acabaram sendo atrasadas.

Nos anos 2000, “Uma demonstração de amor” à Lagoa Rodrigo de Freitas, na zona Sul. Através de um abraço simbólico o Movimento Viva Rio⁴⁶, manifestação que tensiona os olhares para as gravidades relacionadas à degradação ambiental pelo crescimento da poluição que veio a se expressar com o vazamento de milhões de litros de petróleo, atingindo inúmeros pescadores da região⁴⁷, principalmente os fundos da Baía de Guanabara.

No mesmo contexto, há um outro fator ligado ao trabalho coletivo dos moradores locais da praia de Ramos que demarcam sua força política na busca de seus direitos. Esse trabalho coletivo dos moradores diz sobre as necessidades da região que irão demandar do Estado a possibilidade de retorno do funcionamento do Balneário de Ramos, um movimento interno, de moradores das próprias favelas da Roquette Pinto e da Praia de Ramos articulados ao Movimento Viva Rio.

Bhega Silva, cantor, compositor e produtor cultural, foi um dos nomes que organizaram junto ao Movimento Viva Rio, o Abraço da Praia de Ramos. No programa jornalístico RJTV da Globo⁴⁸, o cantor convoca toda a comunidade para o ato no dia do Abraço à Praia de Ramos, onde foram reunidas 10 mil pessoas, entre ambientalistas, políticos e moradores locais e moradores da cidade do Rio de Janeiro. Segundo o ex-deputado Carlos Minc, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa em matéria para O Globo, rememora que nos últimos 3 anos houve 12 vazamentos de petróleo desvelando imprudências na manutenção dos condutores do petróleo na Baía de Guanabara. (O GLOBO. 2001)

⁴⁶ O Viva Rio nasceu em 1993 num movimento pela contenção da violência e pela recuperação da cidade. <https://vivario.org.br/quem-somos/> (ultimo acesso, 02/09/2024)

⁴⁷ JORNAL DO BRASIL. De pescador a Gari. 2000. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_12&PagFis=1661&Pesq=%22Praia%20de%20Ramos%22. (Acessado em: 02-09-2024)

⁴⁸ SILVA, Bhega. Bhega - SOS Praia de Ramos. Youtube, 2020. Disponível em: Acesso em: https://youtu.be/3kizqMGSmEs?si=Cb9RHF2roD_dzby (20/08/2024.)



O "PISCINÃO" É UMA das prioridades do "Ramos é a minha praia"

Fonte: O Globo. 2001.

A fotografia acima pode nos dar um panorama da nova modificação que foi efetivada na Praia de Ramos para construção do Piscinão. Através da imagem, é possível ter uma dimensão do alto, do que está ao redor da praia. Mais a cima da imagem é possível ver parte da favela Roquette Pinto, e para o canto direito não fazendo parte da cena está a favela da Praia de Ramos.

Em 9 de junho de 2000 o Governador Anthony Garotinho havia lançado o programa "Ramos é a minha praia", com o objetivo de recuperar a praia transformando o espaço em um local de lazer para a comunidade. Porém, devido a complexidade para a despoluição da Praia de Ramos, que demoraria 30 anos para que isso se efetivasse, as medidas deveriam ser alternativas para alcançar o objetivo proposto pelo Governador, que era a revitalização da área para o lazer suburbano. O pacote de obras em primeiro momento incluía esgoto e dragagem, começando com desvio da tubulação pela CEDAE, desviando o lançamento de esgoto do valão do posto e de Ramos para uma tubulação da avenida Brasil que desemboca na estação de tratamento da Penha. Pois, até o momento, o esgoto das favelas que

compunham o território da praia de Ramos eram lançados direto na Baía, sem nenhum tratamento. Em seguida, o objetivo era uma dragagem de 120 mil metros cúbicos de lodo do fundo da praia, com novo depósito de areia; a colocação de uma barreira para impedir a entrada de lixo na Baía. A terceira etapa eram as obras de reurbanização, com a instalação de quiosques, chuveiros e tratamento paisagístico. O programa tem orçamento inicial de 3 milhões, verba de um acordo com a Refinaria Duque de Caxias (JORNAL DO BRASIL, 2000).

Neste ponto é interessante apontar o trecho da matéria do O globo (2001), em que o arquiteto Paulo Casé que projetou praias artificiais no Rio de Janeiro, expõe sua opinião sobre a obra, e critica: “O piscinão de Ramos é a prova da incompetência do Estado, que não consegue limpar a Baía de Guanabara. Não tem sentido construir piscina ao lado de praia” (O globo. 2001, p. 19) Partindo disso, é interessante destacar que na maioria das reportagens, inclusive na propaganda abaixo há uma defesa constante sobre a qualidade da água do Piscinão de Ramos, um elemento que denota tensões da memória sobre a higiene do território, que foi caracterizado durante décadas como uma praia muito suja.

Muitas críticas foram direcionadas ao Piscinão. Para muitos dos seus críticos, ele foi feito para conter a população pobre e favelada no seu devido lugar e, com isso, impedir a sua presença nas praias da Zona Sul. Contudo, o principal questionamento passou pelo ponto de a sua criação não estar associada a nenhum projeto de despoluição da Praia de Ramos e, por extensão, da Baía de Guanabara. Ao contrário, consolidou o abandono da Praia de Ramos, quase apagando da cidade a sua memória social e ambiental. (BARBOSA; CUNHA; BARBOSA. 2021, p. 211)

Em propaganda de 30 segundos de promoção do Piscinão para o Governo do Estado no ano de 2001, o cantor Dicró entra em cena para trazer cenários do “novo” lugar para o lazer suburbano. Através do vídeo são acionadas lembranças e comparações por fotografias, situando a nova área de lazer com o que era a Praia de Ramos. O vídeo inicia-se com o cantor, e a partir deste momento aparecem imagens da década de 1950 até 1970, nessa parte o compositor Dicró destaca que nos anos 70 a praia ainda ficava muito cheia, “tempo bom né?” Ao final da rememoração feita pelo cantor, há um movimento de mão do Dicró onde o gesto aciona uma virada de página, uma passagem de cena do passado para o presente, para o que há de novo para o lazer nos subúrbios cariocas. Na cena seguinte, o cantor enfatiza, “E o Governo do Estado está entregando uma nova praia para o povo. Olha só essa piscina com água do mar limpinha. agora tem quadra de futebol, vôlei, ciclovia e uma grande área de shows” (CORREA, 2012.)

“A memória não é apenas um depósito passivo de informações, mas um processo ativo de construção de sentido [...] A representação é um campo de luta simbólica, onde diferentes grupos sociais competem para impor suas visões do mundo e suas interpretações do passado [...].A identidade é construída através de narrativas que conectam o passado ao presente, permitindo que os indivíduos e grupos façam sentido de suas experiências e construam um senso de continuidade e coesão” (SMOLKA. 2000, p. 5-10).

Essas representações visam construir narrativas que impactam na identificação da Praia de Ramos e em seguida do Piscinão de Ramos, enquanto lugar das classes populares. Constituindo, segundo Pierre Nora (1984), um “Lugar de Memória”. Pois, a memória é um fenômeno dinâmico e coletivo, que está em constante transformação e é profundamente enraizado nos lugares e nas práticas sociais. Nora destaca que a memória, “ao contrário da história, é sempre viva e está em constante evolução, sendo mantida através de rituais, símbolos e práticas que conectam as gerações[...] Em sociedades modernas, onde as tradições e as memórias coletivas estão em declínio, os 'lugares de memória' tornam-se cada vez mais importantes como pontos de ancoragem para a identidade” (NORA. 1984, p. 09-15). Para Maurice Halbwachs (1968) nossa memória se constitui de diferentes forças e que irão se inserir na memória da coletividade a que pertencemos. Segundo Pollak (1992), os elementos constitutivos da memória individual e coletiva perfazem em primeiro lugar acontecimentos vividos pessoalmente e aqueles acontecimentos que vividos por contato de outrem ou outrens ao qual a pessoa se sente pertencente, ou seja, vividos por tabela. De acordo com o historiador, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo em sua construção de si.

Essa dimensão entre a experiência e a memória pode ser vista na coluna “Cartas dos Leitores” do jornal O Globo (2001), onde o morador Lindenberg Cícero da Silva, compositor da música na epígrafe do cap. 2, relata à coluna:

“Sou nascido e criado, com muito orgulho, em Ramos. Meu último verão na praia do bairro foi em 1977. Desde então, são 23 anos sem nenhuma condição de tomar banho de mar. Nossa praia, que já teve sua época de glória, ficou poluída, abandonada. Acabaram com nosso lazer. Ficava triste de ver nossas crianças brincando na areia cheia de detritos e animais mortos. Mas na segunda semana de novembro serei o primeiro a chegar à praia. Não vejo a hora. Teremos quadras de futebol, pista de skate, ciclovia e o piscinão de água salgada tratada. Vamos todos preservar e tomar muitos banhos no próximo verão.” (O Globo. 2001, p. 06)

Diante da citação anterior é possível articular argumentações através da pesquisadora Ana Luiza Smolka (2000) que, por sua vez, explora a memória a partir de uma perspectiva

histórico-cultural, onde ela é vista como um elemento chave na construção da identidade, tanto em nível individual quanto coletivo. Smolka argumenta que a memória é mediada por processos culturais e sociais, que determinam quais aspectos do passado são lembrados e quais são esquecidos. Ela destaca a importância da memória na formação da identidade, afirmando que "a memória não é apenas um depósito passivo de informações, mas um processo ativo de construção de sentido" (SMOLKA. 2000, p. 5). A memória, como um componente crucial da identidade cultural, é constantemente renovada e reforçada através das práticas de lazer. Michel de Certeau (1990), destaca que as práticas cotidianas, como o lazer, são fundamentais para a construção e manutenção da memória coletiva. Ao frequentar os mesmos espaços de lazer e participar de rituais sociais repetidos, as comunidades populares constroem uma narrativa compartilhada sobre quem são e o que valorizaram ao longo do tempo.

Michael Pollak (1992), reforça essa perspectiva ao destacar que a memória deve ser entendida como um fenômeno tanto individual quanto coletivo. Embora a memória possa parecer inicialmente um fenômeno íntimo e pessoal, ela é, na verdade, profundamente coletiva e socialmente construída, sujeita a flutuações e transformações ao longo do tempo (POLLAK. 1992, p. 02). Isso significa que as práticas de lazer, ao servirem como espaços de sociabilidade e interação comunitária, desempenham um papel crucial na solidificação de memórias que são partilhadas e recontadas dentro do grupo social, contribuindo para a coesão e a identidade coletiva.

No contexto do Piscinão de Ramos, o lazer contribui para a preservação e transmissão da memória coletiva. O "Piscinão de Ramos" não é apenas um lugar de diversão; é um espaço carregado de significados históricos e culturais. Marília Medeiros (2013) sugere que as narrativas que emergem desse espaço de lazer são profundamente ligadas às experiências vividas pelos moradores de Ramos, suas lutas, suas vitórias e suas aspirações. O "Piscinão", assim, torna-se um símbolo da resistência cultural e da capacidade das classes populares de criar e manter suas tradições e memórias, mesmo em face de adversidades econômicas e sociais (MEDEIROS. 2013 , p. 7). Essa construção da memória coletiva através do lazer é também uma forma de resistência cultural. Ao ocupar os espaços públicos com suas práticas de lazer, as classes populares não apenas reafirmam sua presença na cidade, mas também desafiam as narrativas hegemônicas que muitas vezes marginalizam ou invisibilizam suas

expressões. O lazer, nesse sentido, torna-se um ato político, uma maneira de resistir à exclusão social e de reivindicar o direito à cidade e à cultura.

No dia 9 de Dezembro de 2001, a poucos dias da inauguração do Piscinão, O Globo publicou uma matéria, sendo anunciada na cabeça da capa do Jornal, devido a importância do assunto no contexto, a chamada é em tom comparativo. Vale frisar, que ressaltamos no desenvolvimento do primeiro capítulo, que a construção da imagem da Praia de Ramos está a todo momento em comparações com as da Zona Sul, tanto para falar de seus atrativos, como para falar sobre seus problemas, com isso podemos perceber o mesmo com o Piscinão de Ramos. As fotografias que compõem a chamada fortalecem o discurso de comparação, pois são feitas quase do mesmo ponto e perspectiva, do ponto de vista técnico da prática fotográfica. O ponto de vista diz sobre o ponto em que o fotógrafo se posicionou para fazer a imagem, e a perspectiva sobre o ângulo em que posicionou a câmera para fazer a foto. Ambos, reforçam as comparações entre os elementos que integram a cena de ambos os textos, visual e escrito.

As duas fotografias têm em primeiro plano os moradores do Piscinão e do Leblon, o primeiro em sua laje com a família na rua Gerson Ferreira e o segundo em sua cobertura na Delfim Moreira, com as respectivas praias ao fundo da foto. É importante destacar os elementos que compõem a cena, em primeiro plano como já foi dito estão os moradores dos imóveis, junto a eles se encontram os objetos que organizam o espaço de suas residências, piscinas, mesas, cadeiras... Mas é interessante ressaltar o aspecto improvisado na laje do Sr. Senilton, ao contrário da cobertura do Sr Mauro Rasi onde há um aspecto clean.

O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO RIO DE JANEIRO, DOMINGO, 9 DE DEZEMBRO DE 2001 • ANO LXXVII • Nº 24.957 • www.oglobo.com.br Presidente: ROBERTO MARINHO



• **OS EMERGENTES DA NOVA ORLA:** O churrasquinho da família de Senilton França agora é saboreado de frente para a nova orla de Ramos, o point do subúrbio onde que ganhou piscinão com areias brancas e coqueiros. Os moradores estão encantados com a praia artificial que as autoridades dizem ter as águas mais límpidas do Rio. "Estamos morando na Vieira Souto do subúrbio", diz José Aguiar.



Fotos de Gabriel de Paiva

• **OS SAUDOSISTAS DAS PRAIAS DA ZONA SUL:** O teatrólogo Mauro Rasi, da sua cobertura na Delfim Moreira, tem uma linda vista do mar do Leblon e saudades do tempo em que podia mergulhar na sua própria praia sem pensar nos 1.600 coliformes fecais por cem mililitros do mar em frente ao seu apartamento. "Iria orgulhoso a um piscinão no Leblon", diz Rasi. **Páginas 18 e 19**

NESTA TERÇA, GRÁTIS, NAS BANCAS, O 11º FASCÍCULO DE 'NA MESA COM CELIDÔNIO'

O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO RIO DE JANEIRO, DOMINGO, 9 DE DEZEMBRO DE 2001 • ANO LXXVII • Nº 24.957 • www.oglobo.com.br Presidente: ROBERTO MARINHO



• **OS EMERGENTES DA NOVA ORLA:** O churrasquinho da família de Senilton França agora é saboreado de frente para a nova orla de Ramos, o point do subúrbio onde que ganhou piscinão com areias brancas e coqueiros. Os moradores estão encantados com a praia artificial que as autoridades dizem ter as águas mais límpidas do Rio. "Estamos morando na Vieira Souto do subúrbio", diz José Aguiar.



• **OS SAUDOSISTAS DAS PRAIAS DA ZONA SUL:** O teatrólogo Mauro Rasi, da sua cobertura na Delfim Moreira, tem uma linda vista do mar do Leblon e saudades do tempo em que podia mergulhar na sua própria praia sem pensar nos 1.600 coliformes fecais por cem mililitros do mar em frente ao seu apartamento. "Iria orgulhoso a um piscinão no Leblon", diz Rasi. **Páginas 18 e 19**



Cláudia Abreu volta à telinha em minissérie

Malha fina pega número recorde de contribuintes

Declarações de IR de 450 mil estão retidas pela Receita

Quatrocentos e cinquenta mil contribuintes estão com suas declarações de renda retidas na malha fina da Receita este ano. O sistema, um recorde histórico, é consequência do aprimoramento dos sistemas de cruzamento de dados que permitirá encontrar informações inconsistentes, incompletas ou incorretas nos declara-

ções desses contribuintes. A Receita está usando um novo sistema de cruzamento com o sistema de inteligência artificial para acompanhar a evolução do patrimônio e de renda dos contribuintes entre 1997 e 2001. Foram autuados 100.500 pessoas físicas e 6.905 empresas por sonegação de R\$ 1,20 bilhão. **Página 37**



TFP sob investigação

• Simpatizante mesa em oratório da sede da Tradição Família e Propriedade, em São Paulo. Diretores da organização polidivertida de entretenimento serão analisados por comissão na Justiça por suposta fraude e criação de caixa d'água. Eleito dos membros do partido em benefício próprio doações de bilis para campanhas supostamente eleitorais. **Páginas 8 e 13**



Duda Mendanha Vera Sílvia Magalhães Luis Fure

• O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou dia 12 a criação da reserva de 20% das vagas do serviço público federal para negros. O Ministério da Justiça terá a primeira a ser designada ao novo sistema. A partir de janeiro 20% das bancadas eleitorais do partido ministério por meio de empresas privadas de serviço terão que ser negros. A mudança constará dos votos de indicação. **Página 3**



CRICO

• 50 a vitória interessa ao Flamengo hoje no jogo contra o Atlético-PR, na Arena da Baixada, em Curitiba. Se vencer, o tricolor vai estar novamente numa final de Campeonato Brasileiro após 17 anos e terá garantida a passagem para a Copa Libertadores da América que será disputada em maio. Na classificação para os semifinais da competição, está o Corinthians de São Paulo. **Páginas 55 e 56**

Governo terá cota de 20% para negros

• O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou dia 12 a criação da reserva de 20% das vagas do serviço público federal para negros. O Ministério da Justiça terá a primeira a ser designada ao novo sistema. A partir de janeiro 20% das bancadas eleitorais do partido ministério por meio de empresas privadas de serviço terão que ser negros. A mudança constará dos votos de indicação. **Página 3**

Universidades fazem lista de críticos dos EUA

• Acadêmicos de 400 universidades americanas divulgaram uma lista de "ativistas" de esquerda de professores e personalidades do país. O documento registra declarações que mostram o apoio ao anticomunismo dos setores da esquerda e reações de protesto em reação à lista. A lista foi divulgada em setembro. Os professores compareceram à lista de simpatizantes contra os comunistas nos Estados Unidos. **Página 46**

Flu está a uma vitória da Libertadores

• 50 a vitória interessa ao Flamengo hoje no jogo contra o Atlético-PR, na Arena da Baixada, em Curitiba. Se vencer, o tricolor vai estar novamente numa final de Campeonato Brasileiro após 17 anos e terá garantida a passagem para a Copa Libertadores da América que será disputada em maio. Na classificação para os semifinais da competição, está o Corinthians de São Paulo. **Páginas 55 e 56**

“Os Emergentes da Nova Orla: O churrasquinho da família de Senilton França agora é saboreado de frente para a nova orla de Ramos, o point do subúrbio desde que ganhou piscinão com areias brancas e coqueiros. Os moradores estão encantados com a praia artificial que as autoridades dizem ter as águas mais limpas do Rio. "Estamos morando na Vieira Souto do Subúrbio ", diz José Aguiar.

Os Saudosistas das praias da Zona Sul: O teatrólogo Mauro Rasi, da sua cobertura na Delfim Moreira, tem uma linda vista do mar do Leblon e saudade do tempo em que podia mergulhar na sua própria praia sem pensar nos 1.600 coliformes fecais por cem mililitros do mar em frente ao seu apartamento. ‘Iria orgulhoso a um piscinão no Leblon’, diz Rasi.” (O globo. 2001, p. 18)

Aproveito, para pedir atenção ao final do relato do Mauro Rasi, onde o mesmo destaca que, “até compraria uma cobertura no piscinão de Ramos”, mas acompanhado desse relato do teatrologo há o critério segregador, pois o mesmo assinala: “Iria com orgulho a um piscinão no Leblon”. E aí fica a questão. Por que não ir até o Piscinão de Ramos? No desenvolvimento da matéria no jornal, o Piscinão de Ramos é relacionado a gata borralheira uma obra ficcional também conhecida como Cinderela, que tem a nova chance de viver seus tempos áureos enquanto balneario suburbano, sendo conhecida como “Coparramos” e com inúmeras semelhanças as sua irmãs ricas da Zona Sul. Tendo calçadão, pedras portuguesas, areias brancas, ciclovias, coqueiros e palmeiras. Consequente é questionada a contundência da obra por parte do governo do estado: “Resta saber se a maquiagem feita pelo governo do estado sobreviverá ao teste do quentíssimo verão do bairro e aos 50 mil banhistas previstos para visitar o local por dia. Ou se Ramos voltará a ser uma abóbora.” (O Globo. 2001.)

Ao falar sobre cobertura, penso na novela O Clone (2001), que tem a personagem Odete, interpretada por Mara Manzan, com o famoso jargão “Cada mergulho é um flash” que é uma das personagens da trama que frequenta assiduamente o Piscinão de Ramos. A novela foi ao ar em 1º de Outubro de 2001, poucos meses antes da inauguração do “Piscinão de Ramos”. “O Clone” é uma novela escrita por Glória Perez, transmitida pela TV Globo. O folhetim teve sucesso na emissora, com sua transmissão. O objeto de análise é a personagem Odete, trabalhadora circense, conhecida por cuspir fogo, moradora de São Cristóvão, suburbana e frequentadora assídua do Piscinão de Ramos.

3.2 - “Cada Mergulho é um flash”

A literatura acadêmica sobre telenovelas destaca que, apesar das novelas serem frequentemente vistas como produtos da indústria cultural, elas desempenham um papel significativo na criação de uma identidade cultural coletiva, como observado por autores como E. Morin (1984) e R. Williams (1977). As novelas criam "territórios de ficção" capazes

de conectar profundamente a audiência com questões culturais e sociais que lhes são familiares, proporcionando um espaço de mediação simbólica entre a realidade e a ficção (BORELLI. 2001).

A televisão no Brasil desempenha um papel fundamental na construção de memória e identidade nacional, especialmente através das minisséries produzidas pela Rede Globo. As produções, como *Anos Dourados* (1986) e *Anos Rebeldes* (1992), analisadas por Mônica Almeida Kornis (2007), recriam momentos cruciais da história recente do país, como o final da Era Vargas e o período da ditadura militar. A televisão utiliza esses eventos históricos como pano de fundo para suas narrativas, mesclando realidade e ficção de maneira a construir uma memória coletiva. A pesquisadora, destaca que essas minisséries não apenas contextualizam os eventos, mas também moldam as percepções históricas do público, organizando a narrativa a partir de uma estética melodramática que enfatiza dicotomias morais, como a luta entre o bem e o mal, ou entre autenticidade e hipocrisia (KORNIS, 2007).

Segundo o Stuart Hall (2016), a representação não é apenas um espelho da realidade, mas sim uma prática que envolve a produção de significados, organizada e estruturada dentro de sistemas simbólicos. No caso de *Odete*, sua caracterização como frequentadora do Piscinão de Ramos não apenas reflete uma realidade do subúrbio carioca, mas também constrói e reforça determinados estereótipos culturais associados a esse espaço social.

Essas produções televisivas contribuem para a formulação de um discurso sobre a nação, tornando-se ferramentas pedagógicas que transmitem uma visão da história brasileira filtrada pela linguagem audiovisual. Kornis (2007) aponta que as minisséries da Globo, ao reconstruírem um passado recente, refletem as demandas contextuais da sociedade brasileira, criando uma "comunidade imaginada", em referência a Benedict Anderson (1983), que compartilha de referências culturais e históricas comuns. A utilização de recursos narrativos como o melodrama, associado à estética do cinema industrial, reforça a conexão emocional do público com os personagens e os acontecimentos históricos representados, fazendo da televisão um agente de memória social e um instrumento de interpretação da identidade nacional (KORNIS. 2007).

A história da telenovela “O Clone”, tem como mote para seu desenvolvimento o choque cultural entre o Oriente e o Ocidente, conflitos entre diferentes classes sociais, o debate sobre clone e drogas. A novela tem como protagonista Jade, interpretada pela atriz

Giovanna Antonelli e Lucas, interpretado pelo ator Murilo Benício, ambos são brasileiros, mas Jade vai morar no Marrocos muito jovem por conta da morte de sua mãe, e que por força do “destino” se encontram no Marrocos e se apaixonam intensamente. A trama desenvolve-se na proibição do casamento dos dois personagens apresentados, pois Jade por ser muçulmana já era prometida a outra pessoa por conta dos costumes do Islã.

A novela de Glória Perez teve uma grande repercussão, temas que estavam a ser debatidos no início dos anos 2000 massivamente com o público. O Clone estreou pouco depois dos atentados terroristas de 11 de Setembro nos Estados Unidos, em Nova York e Washington, o que poderia prejudicar a boa aceitação da trama entre os telespectadores, já que um dos núcleos principais era de personagens muçulmanos. Mas a novela teve uma boa aceitação, sendo exibido em mais de 100 países. Mesmo sendo uma trama ficcional, o público em massa teve a possibilidade de acessar o que era “desconhecido”. E parte desse desconhecimento pode ser visto em como a novela fez a divulgação da “nova” área de lazer do suburbano, o Piscinão de Ramos.

Durante a pesquisa, os 221 episódios foram assistidos, e foi possível constatar que durante toda a trama o Piscinão não aparece durante os capítulos, tendo sua aparição ao longe no capítulo 221 da novela. Outro fato interessante, é que o folhetim não aborda o contexto em que o Piscinão se encontra, não dão indícios das 2 favelas (Praia de Ramos e Roquete Pinto) que o cercam. O Piscinão se faz presente quando entra em cena a dona Odete, na maioria das vezes ela está saindo de sua residência em São Cristóvão, passando pela rua ela vai falando com a vizinhança que vai curtir seu dia no Piscinão e se encontrar com um público muito seletivo e importante chegando a fazer alusão ao dia que o Ministro Dornelles mergulhou nas águas da piscina (O CLONE. 2002, cap. 92). Ao revisitar o folhetim foi empenhado um esforço para perceber a construção da personagem Odete, pois não foi possível desenvolver reflexões sobre a nova área de lazer representada na novela, devido a falta de cenas no contexto de Piscinão, assim sendo, foi corte para análise a personagem e o que ela carrega consigo de representação dos subúrbios e frequentadora do Piscinão. Infelizmente não foi encontrada nenhuma fonte que pudesse indicar um acordo ou contrato entre o Estado do Rio de Janeiro e as Organizações Globo para a produção da novela a publicização do Piscinão através do folhetim. Mas em matéria da Folha de São Paulo, em janeiro de 2002, é possível constatar que houve acordo e contrato entre Estado do Maranhão e a Globo para um

merchandising dos Lençóis Maranhenses, à época quem ocupava o cargo de governadora era Roseana Sarney (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002).

Odete tem muito medo que a filha siga seus passos e vire circense, sua grande sina é que a ela seja famosa e enriqueça a qualquer custo, sua filha Karla interpretada por Juliana Paes, é uma jovem que se vê na obrigação de ajudar a mãe com as suas ideias para que fique rica e consiga comprar sua sonhada cobertura em Ramos. Com o decorrer da novela, em uma das idas de Karla à praia na zona sul, ela avista Tavinho Valverde, interpretado por Victor Fasano, rico e empresário, morador da área. Em casa, numa conversa de Karla com a mãe onde comentava sobre o rapaz, Odete teve a ideia de uma aproximação entre a filha e Tavinho para que ela tivesse um filho do empresário, e assim garantir uma pensão para sustentar o seu futuro, da filha e do neto. Porém, não tiveram sucesso na aproximação do rapaz. Mas cada vez mais obstinada, Odete descobre tudo que pode sobre a vida de Tavinho e a partir disso, ela conhece uma vizinha sua, que trabalha na casa da família do empresário, o nome dela é Creuza e é interpretada por Paula Pereira. Com isso, Odete bola um plano para que sua vizinha limpe o quarto de Tavinho e a esposa, e assim poder acessar os preservativos usados pelo casal para dar à Odete, que armazena tudo na geladeira para fazer uma inseminação em Karla. No final das contas, Karla fica grávida de Tavinho, sem que o mesmo saiba da situação. Odete e a filha entram num processo judicial para que haja reconhecimento da criança por parte de Tavinho e assim conseguirem a pensão, o que é efetivado e assim Odete consegue comprar sua cobertura no Piscinão.



Acervo: Globo. O Clone. 2001.



Figura 2. Acervo: Globo. O Clone. 2001. Figura 3. Acervo: Globo. O Clone. 2001.



Figura 4. Acervo: Globo. O Clone. 2001.

Nas 4 imagens anteriores podemos ver na primeira figura, a Odete toda trajada para sua ida ao piscinão; na imagem 2 o encontro entre Karla, Odete e Creuza para tramar sua ideia de conseguir os preservativos; na figura 3 a imagem de Tavinho junto ao seu carro marcando com sua esposa uma corrida na praia; na quarta imagem podemos ver Odete, com

seu netinho com a babá e Karla sua filha, na cobertura no Piscinão de Ramos. Assim sendo, as novelas brasileiras, como “O Clone” desempenham um papel fundamental na disseminação de elementos da cultura popular, muitas vezes reforçando estereótipos ao mesmo tempo em que popularizam determinados comportamentos e locais. A personagem Odete, carrega o estereótipo do "suburbano carioca", utilizando gírias e hábitos típicos da classe trabalhadora da zona norte do Rio de Janeiro. A novela, com seu enorme alcance, ajudou a introduzir o Piscinão de Ramos no imaginário coletivo ao apresentar Odete como uma frequentadora assídua do local, integrando o espaço às representações da cultura suburbana popular e cotidiana. Subúrbio no contexto carioca refere-se quase exclusivamente a bairros populares cortados pela via férrea; nunca é utilizado para indicar a zona sul. Isto pode ser visto nas discussões no primeiro capítulo. Vários autores, quando empregam a palavra “subúrbio” em relação a cidade do Rio de Janeiro, têm a preocupação de explicar que se referem a bairros populares, cortados pela linha férrea e situados no território da área urbana. Como forma de marcar a particularidade do emprego dessa palavra no Rio de Janeiro, que se refere a um uso pejorativo, que é aquele ou aquela que é pouco(a) refinado(a), que revela mau gosto, cafona e brega. (SOUZA, 2010)

A relação de Odete com o Piscinão exemplifica como a teledramaturgia pode servir como um "merchandising social", promovendo locais e abordando questões de estigmas de maneira sutil. A novela também revela como a TV brasileira desempenha um papel significativo na mediação de identidades, conectando o lazer popular e a cultura suburbana com um público amplo, o que, por sua vez, potencializa a popularização do Piscinão (GUEDES, FONSECA. 2021).

A telenovela, por sua vez, desempenha um papel fundamental na construção da memória coletiva e na formação da identidade cultural na América Latina. Mauro Alencar descreve a telenovela como um "paradigma ficcional" que se tornou central para a produção cultural e para a identidade de diversos países latino-americanos (ALENCAR, 2005, p. 15). A telenovela, ao longo das décadas, transformou-se em uma forma de arte popular que reflete e ao mesmo tempo molda os valores, as normas sociais e as aspirações das sociedades latino-americanas.

Alencar argumenta que a telenovela possui uma capacidade única de envolver o público de forma emocional, criando uma identificação profunda entre os espectadores e os personagens (ALENCAR, 2005, p. 17). Esse envolvimento emocional contribui para a

formação de uma memória coletiva, onde os eventos e personagens das telenovelas se tornam parte integrante das histórias pessoais e nacionais dos espectadores. Além disso, a telenovela frequentemente aborda temas sociais relevantes, funcionando como um espelho das realidades vividas por seus espectadores, ao mesmo tempo em que oferece um espaço para a reflexão e a crítica social.

A construção da identidade cultural nas classes populares é um processo intrinsecamente ligado às práticas cotidianas, dentre as quais o lazer ocupa um papel central. O lazer, longe de ser uma atividade meramente recreativa, configura-se como um espaço onde se manifestam e se constroem símbolos, valores e significados que reforçam a identidade coletiva desses grupos sociais. O lazer, como argumenta Medeiros (2013), é uma das esferas onde as classes populares expressam sua cultura e constroem sua identidade coletiva. Diferente das classes médias e altas, cujo lazer pode estar associado a práticas mais individualizadas e voltadas ao consumo de produtos culturais hegemônicos, o lazer nas classes populares tende a ser mais coletivo, comunitário e muitas vezes ocorre em espaços públicos. A autora, sublinha que, para as classes populares, o lazer é uma forma de "produzir simbolicamente" sua identidade, criando e reforçando laços sociais em um ambiente onde as tensões do trabalho e da sobrevivência cotidiana são temporariamente aliviadas (MEDEIROS. 2013, p. 2).

Pollak (1992) acrescenta que a imagem desempenha um papel crucial na construção da identidade, especialmente em contextos de crise, onde as representações visuais podem servir como um meio de afirmar a continuidade e a coesão de um grupo. Ele observa que, em tempos de mudança social ou política, as sociedades muitas vezes recorrem a imagens e símbolos do passado como forma de reforçar a identidade coletiva e resistir às pressões de transformação (POLLAK. 1992, p. 4-5). A representação, nesse sentido, não é apenas uma reprodução do passado, mas um processo ativo de construção de significado, onde as imagens são utilizadas para negociar a identidade e a memória. É essencial incorporar o conceito de representação cultural, conforme trabalhado por Stuart Hall (2016). O teórico destaca que “a representação conecta significados e linguagem à cultura” (HALL. 2016, p. 15), e é por meio dela que indivíduos e grupos constroem e disseminam significados sobre si mesmos e sobre o mundo ao seu redor. Segundo Hall, a representação é um processo essencialmente dialético, onde os significados são constantemente negociados e reinterpretados, criando tensões entre o reforço de estereótipos e a possibilidade de sua subversão (HALL. 2016, p. 22).

No contexto das práticas sociais, a fotografia desempenha um papel central na construção de representações e da identidade, mediando essas tensões temporais enquanto fragmento de um passado. Ela captura momentos significativos que são posteriormente utilizados para contar histórias sobre indivíduos, famílias e comunidades. Mauad destaca que a fotografia tem o poder de conferir legitimidade a essas narrativas, atuando como uma evidência visual que sustenta e reforça a memória coletiva (MAUAD, 2008, p. 25). Assim, a fotografia não é apenas um meio de preservar o passado, mas também uma ferramenta ativa na construção da identidade cultural.

A capacidade de transformar situações em cenas é uma das conquistas da modernidade ocidental através da descoberta de dispositivos técnicos de registro do mundo visível. Tais dispositivos redefiniram os padrões da cultura visual do ocidente ao colocarem em relação produtor, formas de produção, produtos e consumidores, num circuito de mediações sociais. (MAUAD, 2010, p. 01)

Neste ponto vale ressaltar, que o conceito e a prática fotográfica tem transformações em seu entendimento, tecnologias e usos sociais de acordo com seus contextos históricos. Segundo Mauad, há uma constante transformação no sentido ao uso social da técnica fotográfica enquanto tecnologia de reprodução de uma realidade. No século XIX o desenvolvimento da fotografia está contida em um contexto cientificista e objetivista, assim sendo, a fotografia era tida como uma prova fiel dos fatos, um espelho do mundo. A partir do século XX a fotografia se atualizou e começou ser utilizada para uma documentação social, a princípio agenciada por instituições governamentais. Através da ampliação dos circuitos sociais a imagem fotográfica foi acompanhada da elaboração de teorias sobre o ato fotográfico⁴⁹, como forma de relacionar as atitudes de ver e conhecer. (MAUAD, 2010)

3.3 - De Mazon a Bittencourt: Representações Fotográficas da Praia de Ramos ao Piscinão

A fotografia de acordo com seus usos e circuitos configuram uma imagem sobre o outro. Através da prática fotográfica que é instrumento de experiência histórica tem-se a possibilidade de se construir conhecimentos. Aqui cabe trazer exemplos do que fora

⁴⁹BARTHES, Roland. A câmara clara: Nota sobre fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

DUBOIS, Phillipe. O Ato fotográfico. Papyrus Editora. 1994.

FLUSSER, Vilém. Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro. Sinergia Relume Dumará. 2009.

SONTAG, Susan. On Photography. New York: Anchor Book, 1ª edição 1971, 1990

destacado acima. O fotolivro “Ramos” do fotógrafo Paulista Júlio Bittencourt⁵⁰, uma série de fotografia documental desenvolvida entre os anos de 2009 a 2012 e com o total de 57 fotografias e publicada pela Cosac & Naify, é a expressão de um bonito trabalho estético, mas que acaba colaborando para a continuidade de esteriótipos que articula-se a uma economia visual para representarem o território da Praia de Ramos e do Piscinão de Ramos.

A diferenciação do ato fotográfico pelas categorias de fotógrafos evidenciou, ao longo do século XX, uma significativa mudança no regime de visualidade, relacionado aos usos e funções da fotografia e ao seu circuito social, compreendendo os processos de produção, circulação, consumo e agenciamento da imagem fotográfica (MAUAD. 2008, p. 33).

Julio Bittencourt nasceu em 1980 no Brasil e cresceu entre São Paulo e Nova York. Neste ponto, é interessante destacar o lugar social ocupado por Júlio Bittencourt, circulando em Nova York, sendo premiado pelo fotolivro “Ramos”, tendo seu trabalho como referência para construção do clipe musical *Girl From Rio*⁵¹ da cantora Anitta. Pois então, seu espaço social⁵² ocupa um lugar de privilégios, no qual sua trajetória enquanto agente histórico indica a possibilidade de acessos.

Neste sentido, o fotógrafo atua como mediador cultural ao traduzir em imagens técnicas sua experiência subjetiva frente ao mundo social. A noção de mediação cultural tal como apresentada por Raymond Williams e apropriada por diferentes pensadores latino-americanos tais como: Martin-Barbero e Nestor Garcia Canclini, permite romper com a ultrapassada teoria do reflexo e desvendar uma intrincada rede de influências sociais que consubstanciam a produção cultural na sociedade capitalista (MAUAD. 2008, p. 34-35).

⁵⁰ A série fotográfica é o resultado de quatro verões que o fotógrafo passou no Rio de Janeiro, registrando os banhistas que frequentam o Piscinão de Ramos. Seu olhar fotográfico despidido de preconceitos e de ironia perfaz um retrato singular desse espaço inusitado onde a população desfruta de momentos de prazer e ao mesmo tempo lida com problemas como violência e poluição. Ao fim, o fotógrafo Martin Parr comenta em texto as poderosas imagens deste fotolivro. BITTENCOURT, Julio. Ramos. Cosac & Naify and Editora Madalena, Brasil. 2015. <https://juliobittencourt.com/ramos> (consultado em 01/09/2024)

⁵¹ GQ (originalmente Gentlemen's Quarterly) é uma revista mensal sobre moda, estilo e cultura para os homens, através de artigos sobre alimentação, cinema, fitness, sexo, música, viagens, desporto, tecnologia e livros. <https://gq.globo.com/Cultura/noticia/2021/05/julio-bittencourt-artista-referencia-clipe-anitta-girl-rio.html>

⁵² O espaço social compreende o meio pelo qual o fotógrafo circula ao longo da sua trajetória. Incluem-se os diferentes espaços de sociabilidade, tais como, escolas, clubes, associações artísticas, partidos políticos, ambientes profissionais, bares, pontos de encontro, etc. Assim, compreende-se que a procedência de classe do sujeito-fotógrafo não limita, mas orienta, o seu contato e vivência com outros grupos, inclusive redefinindo as formas de pertencimento ao grupo de origem. Nos espaços sociais que se abrem os campos de possibilidade para a realização dos projetos que orientam as trajetórias sociais de indivíduos nas sociedades complexas. Sobre os conceitos de campo de possibilidade, trajetória e projeto ver Gilberto Velho. (VELHO, 1994.)

“E vamos às fotos: que mistura incrível de corpos, comida, protetor solar e, claro, carne queimada pelo sol. Simultaneamente atmosférico e surreal, quase dá para sentir o cheiro da praia ao olhar para essas imagens.” (PARR, Martin. 2015)



Fonte: BITTENCOURT. 2009-2012.



Fonte: BITTENCOURT. 2009-2012.

Hábitos que podem ser vistos como fora de regra que beiram o “exotismo”. Mesmo com Bittencourt inserindo outras cenas que exploram aspectos da diversidade de quem frequenta o local, penso que são imagens que ainda exploram o “selvagem”, que categoriza quem ocupa o espaço, como na série de Jean Manzon (1948) para a revista *O Cruzeiro*. É importante entender que Manzon estava pautado para uma cobertura jornalística e Bittencourt elaborou uma série documental que envolve metodologias distintas para o seu desenvolvimento. Através do fotolivro é possível ver a reprodução de cenas de descanso, de socialização, com novos comportamentos. Tendo como exemplo a mistura entre água oxigenada e amônia para descolorir os pelos.



Fonte: BITTENCOURT. 2009-2012.



Fonte: BITTENCOURT. 2009-2012.

A pesquisa tem por objetivo fazer uma análise e não desqualificar, buscando destrinchar elementos ideológicos que implicam na visualidade⁵³ das fotografias e que são provenientes de um olhar externo, o que acaba numa produção repetitiva de imagens sobre o que é e pode ser o(a) Praia/piscinão de Ramos. Em texto no fotolivro “Ramos”, o fotógrafo Martin Parr destaca tais repetições que acompanham a praia de Ramos durante a pesquisa e se desdobram sobre o Piscinão de Ramos:

“Eram imagens que exalavam energia e caos, com uma dinâmica muito forte. Nunca tinha visto uma cena de praia como esta em lugar nenhum. Mas uma coisa é encontrar e ter acesso a um local extraordinário, outra muito mais difícil é traduzir o espírito do local em fotografias, como Bittencourt fez de forma tão eficaz.” (PARR, Martin, 2015)

Agora, aproveita-se para uma provocação. E as praias da Zona Sul no verão elas expressam o que, se não energia e caos?



⁵³Visualidade como objeto detentor, ele também, de historicidade e como plataforma estratégica de elevado interesse cognitivo . MENESES, 2003; SHIAVINATTO, 2016; VALDEAN, 2022.

Smolka (2000), discute a relação entre imagem, representação e identidade, destacando como as representações visuais e narrativas influenciam a maneira como as pessoas percebem e constroem suas identidades. Ela argumenta que as representações são mediadas por contextos culturais e sociais, que determinam quais imagens e narrativas são valorizadas e quais são marginalizadas. "A representação", afirma a teórica, "é um campo de luta simbólica, onde diferentes grupos sociais competem para impor suas visões do mundo e suas interpretações do passado" (Smolka. 2000, p. 7).

Neste ponto é interessante fazer um comparativo crítico entre as imagens que foram analisadas no capítulo 1, da série fotográfica de Jean Manzon para revista O Cruzeiro na década de 1950. Onde através da película em preto e branco e tendo a disposição as tecnologias fotográficas da época, o fotógrafo constroi através da diversidade de imagens uma narrativa, uma estética que engendra as representações sobre o lugar que se apresentam nas fotografias do Julio Bittencourt. É importante deixar em evidência, para que não ocorra anacronismos, que as fotografias servem de corte para reflexão sobre as continuidades e mudanças tanto materiais do território, quanto simbólicas na construção de imagens sobre o lugar no processo histórico.

Essas fotografias são compreendidas como imagens-documentos e imagens-monumentos, portanto possuem uma historicidade, na qual definem formas de conhecer e imaginar para então comunicar. Desta forma, buscam-se nas fotografias de ambos os fotógrafos sua economia visual, levando-se em conta os referentes históricos, suas escolhas técnicas e estéticas. (MAUAD. 2008, p. 33)

As imagens que são produzidas pelo Júlio, são de câmeras digitais e coloridas. Através das cores é possível destacar elementos importantes para a leitura das imagens. Fotografias em alto contraste o que dá uma dramaticidade às cenas, com cores fortes e vibrantes que dão vida ao lugar e se opõem ao contraste dramático. As cenas de um modo geral traduzem a poética da produção do fotógrafo, segundo biografia descrito em seu site: "Através da fotografia, do vídeo e das instalações, os seus projetos exploram frequentemente temas da vida urbana, da identidade e das questões sociais derivadas das relações entre as pessoas e o seu ambiente" (BITTENCOURT, s/d). Diferente das fotografias do Manzon que não exploram os afetos entre as pessoas, Bittencourt insere 3 imagens de afeto, mas não explora os sorrisos que se expressam no momento de lazer daqueles que estão no Piscinão.

A fotografia, como discutido por Ana Maria Mauad, é mais do que um simples registro visual do passado; é uma forma de mediação histórica que articula significados

culturais e sociais. Mauad argumenta que a fotografia funciona como um "lugar de memória", onde o passado é materializado de maneira que dialoga com o presente (Mauad, 2008, p. 23). A fotografia não apenas documenta eventos, mas também os interpreta, imbuindo-os de significados que podem ser reinterpretados ao longo do tempo. Esse processo de interpretação é crucial para a formação da memória coletiva, pois as imagens fotográficas são frequentemente utilizadas para evocar lembranças, construir narrativas históricas e reforçar identidades culturais. Portanto, o Piscinão de Ramos, tem sua representação midiática e as práticas de lazer associadas a ele são símbolos poderosos de resistência cultural e de afirmação de identidade para as classes populares do Rio de Janeiro. Eles mostram como espaços de lazer podem se tornar arenas de disputa simbólica e de construção de significado, refletindo e, ao mesmo tempo, moldando as realidades sociais daqueles que os frequentam.

Ao conectar a personagem Odete da novela "O Clone" (2001) com as fotografias de Júlio Bittencourt (2009-2012) e Jean Manzon (1948), é essencial abordar como o território da Praia de Ramos e, mais tarde, o Piscinão de Ramos, foram representados e reinterpretados visual e narrativamente ao longo do tempo, tanto como espaços exóticos quanto como lugares de caos. Através desses diferentes dispositivos midiáticos, o "exótico" foi construído em diferentes momentos históricos, contribuindo para a representação do subúrbio carioca de maneiras diversas, mas igualmente significativas.

A personagem Odete, interpretada por Mara Manzan em *O Clone*, ocupa um papel fundamental na construção e na popularização do Piscinão de Ramos como um espaço de lazer da classe trabalhadora carioca. Odete, com seu famoso jargão "Cada mergulho é um flash," e suas frequentes idas ao Piscinão, representava uma estereotipização do "suburbano" que se reflete na própria percepção do Piscinão como um lugar exótico, distante das praias elitizadas da Zona Sul do Rio. A novela, ao inserir uma personagem ligada à classe popular como frequentadora assídua do Piscinão, ajudou a reforçar a ideia do espaço como uma espécie de "alternativa exótica" ao modelo tradicional de lazer nas praias cariocas. Isso se alinha diretamente à construção do exótico enquanto categoria social e visual, posicionando o Piscinão de Ramos como um espaço "outro," fora do eixo normativo e aristocrático das representações urbanas das praias da Zona Sul.

Esse tipo de representação encontra ecos na fotografia documental, especialmente no trabalho de Júlio Bittencourt, cuja série "Ramos" (2009-2012) revisita o território com uma abordagem que também explora aspectos de exotificação do cotidiano suburbano. As imagens

de Bittencourt destacam cenas de lazer e sociabilidade que, embora com nuances contemporâneas, continuam a explorar os mesmos estereótipos de subúrbio carioca associados à desordem, caos e improviso. As cores vibrantes e o alto contraste nas fotografias de Bittencourt capturam cenas intensamente atmosféricas do Piscinão, ressaltando elementos que sugerem o exótico e o excêntrico, como corpos bronzeados ao sol, churrascos nas lajes e descolorações de pelos com amônia. Nesse contexto, a representação do "outro" — do espaço suburbano como algo fora da norma e do controle — persiste nas narrativas visuais de Bittencourt, atualizando o exotismo em um contexto contemporâneo.

Voltando algumas décadas no tempo, o trabalho fotográfico de Jean Manzon para a revista *O Cruzeiro* na década de 1950 foi pioneiro na construção visual do exótico sobre a Praia de Ramos. Suas fotografias, em preto e branco, registravam o balneário popular com uma estética que conferia à praia uma certa "selvageria" e primitivismo, evidenciando o contraste entre o subúrbio e a modernidade das zonas mais elitizadas da cidade. Manzon capturava imagens de corpos em movimento, crianças brincando na areia e cenas do cotidiano que pareciam sublinhar a "diferença" desse espaço popular em relação ao glamour de Ipanema ou Copacabana. O exotismo construído por Manzon não apenas reforçava a marginalização simbólica da Praia de Ramos, mas também a enquadrava como um território "a ser civilizado", reforçando estigmas associados às periferias e à classe trabalhadora.

Tanto Jean Manzon quanto Júlio Bittencourt, em épocas distintas, documentam visualmente um território que carrega consigo uma narrativa de exclusão e marginalidade, mas também de resiliência e identidade própria. Enquanto Manzon apresentava a Praia de Ramos como um espaço "selvagem," à margem do desenvolvimento urbano carioca, Bittencourt perpetua o imaginário do caos e do improviso, embora atualizado e contextualizado no ambiente do Piscinão de Ramos. A construção do exótico, em ambos os casos, emerge da representação de um "outro" social e espacial, sendo mediada por diferentes enquadramentos estéticos e intenções documentais.

A inserção de Odete nesse contexto audiovisual não é coincidência. A telenovela *O Clone* aproveita essa narrativa do exótico para transformar o Piscinão em um cenário simbólico de lazer popular, mas que, ao mesmo tempo, reforça estereótipos ligados ao "suburbano" carioca. A personagem carrega consigo uma série de marcadores sociais — sua linguagem, sua busca pela ascensão social através da filha, e sua frequente presença no Piscinão — que ajudam a solidificar a noção de exotismo no imaginário coletivo. Assim,

Odete, tal como as fotografias de Manzon e Bittencourt, desempenha um papel na perpetuação de uma visão "diferenciada" e estigmatizada do espaço suburbano.

Dessa forma, ao longo das décadas, o território da Praia de Ramos foi constantemente revisitado e reinterpretado, seja através da ficção, seja através da fotografia documental, sempre carregando consigo o fardo do exótico. O espaço, inicialmente representado por Manzon como um enclave quase primitivo e depois reconfigurado por Bittencourt como um lugar de potência e caos, ganha novas camadas de significado na novela *O Clone* com a presença de Odete. A continuidade do exotismo nesse território reflete não apenas a marginalização histórica de Ramos, mas também as disputas simbólicas que definem o espaço de lazer popular no Rio de Janeiro, um espaço que, mesmo em meio a tensões e exclusões, afirma sua identidade e importância no imaginário carioca.

Assim sendo, a análise das representações sobre o território da Praia de Ramos e do Piscinão de Ramos ao longo do tempo, especialmente as destacadas acima, através da fotografia documental e da telenovela "O Clone", explica parte da construção e perpetuação de estereótipos que conferem ao espaço uma estética exótica e marginalizada. Através do trabalho fotográfico de Jean Manzon (1948) e Júlio Bittencourt (2009-2012), observamos como a Praia de Ramos, e posteriormente o Piscinão, foram apresentados como territórios que desafiam a normatividade urbana, distantes dos padrões estéticos refinados da Zona Sul carioca. Jean Manzon, contribuiu para a construção da imagem da Praia de Ramos em meados do séc. XX como um espaço periférico e "primitivo", destacando o contraste entre esse território popular e as áreas elitizadas da cidade. Posteriormente, Júlio Bittencourt, em uma abordagem contemporânea, perpetuou o imaginário de caos e desordem associado ao Piscinão de Ramos, mas ao mesmo tempo trouxe novas camadas de complexidade visual ao retratar a diversidade e o dinamismo do cotidiano suburbano. As fotografias de Bittencourt oferecem uma leitura mais plural do espaço, ainda que mantenham elementos que evocam o "exotismo" e o distanciamento em relação às representações das praias da Zona Sul.⁵⁴

⁵⁴ Diante dessa economia visual, como é abordado pelas análises acima, é pertinente evidenciar os trabalhos correntes ligados ao Observatório de Favelas, fundado em 2001. Que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público sediada no Conjunto de Favelas da Maré, dedicada à produção de conhecimento e metodologias visando incidir em políticas públicas sobre as favelas e periferias e promover o direito à cidade. (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2001). No bojo do Observatório é fundado o Imagens do Povo (IP) é um programa de documentação e pesquisa fotográfica do cotidiano das periferias, de formação e inserção de fotógrafos/os populares no mercado de trabalho. Fundado em 2004 pelo Observatório de Favelas em parceria com o fotógrafo documentarista João Roberto Ripper, a instituição alia técnica fotográfica à promoção de direitos e à democratização da comunicação. O objetivo central do IP é produzir novas representações sobre os espaços populares contribuindo para desconstruir os estigmas relacionados a estes territórios. Além disso, a formação, a memória e a difusão são dois eixos fundamentais. Através da Escola de Fotografia Popular, a parte

A presença de Odete na telenovela "O Clone" reforça a conexão entre esses estereótipos e a construção midiática do Piscinão como um espaço essencialmente "outro", destinado à classe trabalhadora suburbana. Essa conexão audiovisual, juntamente com as representações fotográficas, contribuiu para a consolidação de uma visão simbólica do Piscinão de Ramos como um lugar de lazer popular, mas sempre acompanhado de tensões culturais e sociais. Assim, o Piscinão se transforma em um território de disputas simbólicas e identitárias, onde a classe popular carioca busca afirmar sua presença e identidade, ainda que permeada por representações que, muitas vezes, reforçam estigmas.

Pode-se concluir que a produção de imagens sobre a Praia de Ramos reverbera sobre o Piscinão de Ramos, sendo dois marcos de intervenção no espaço em distintos contextos, mas que tem a historicidade de suas imagens como espaço de lazer do suburbano carioca vinculadas ao desenvolvimento do território a partir de 1940. Tendo como marcador o governo de Getúlio Vargas, ao estabelecer o Balneário de Ramos enquanto a praia do trabalhador carioca. E que passa por um processo de transformações materiais e simbólicas que denotam o recorte ideológico do capital no desenvolvimento do território carioca para investimentos de políticas públicas, criando antagonismos que fazem emergir mais perguntas que respostas. Sendo essa pesquisa de mestrado um pequeno fragmento da complexidade dos estudos sobre a diversidade dos subúrbios carioca.

de educação visual da instituição, o Imagens do povo desdobra outros olhares sobre a produção de imagens, possibilitando um olhar humanístico da profissão, a Escola de Fotografia Popular (EFP) alia conhecimentos teóricos que vão da História da fotografia ao dia a dia no fotojornalismo, transitando por tecnologias e ferramentas digitais. O programa já formou seis turmas de fotógrafas(os) (2004, 2006, 2007, 2009, 2010 e 2012), totalizando mais de 200 profissionais que receberam certificados de extensão da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mas por problemas financeiros houve uma paralisação em suas atividades. Contudo, em 2022, após uma década da última turma, a EFP retoma suas atividades com a turma Bira Carvalho. (IMAGENS DO POVO, 2004)

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo analisar o processo histórico de construção e transformação da Praia de Ramos, um espaço que, ao longo das décadas, se consolidou como um dos principais territórios de lazer popular no subúrbio carioca. A pesquisa evidenciou que a Praia de Ramos e, posteriormente, o Piscinão de Ramos são mais do que meros locais de lazer: eles constituem espaços carregados de significados sociais, políticos e culturais, refletindo as tensões do desenvolvimento urbano no Rio de Janeiro.

Desde a década de 1940 até os anos 2000, esses espaços foram marcados por transformações que refletem as contradições do desenvolvimento urbano no Rio de Janeiro, especialmente no que tange à relação entre o subúrbio e a Zona Sul. A análise das fontes revelou que, enquanto as praias da Zona Sul eram apresentadas como vitrines da modernidade, Ramos permaneceu associado a uma estética periférica, reforçando as desigualdades espaciais e simbólicas da cidade.

A história da Praia de Ramos, conforme discutido, foi marcada por profundas transformações urbanas e sociais que expressaram tensões e disputas entre diferentes projetos de cidade no Rio de Janeiro ao longo do século XX. Inicialmente vinculada à antiga Fazenda Engenho da Pedra e impulsionada pela instalação da Estrada de Ferro do Norte, a região começou a se configurar como um espaço urbano em meio a interesses públicos e privados que moldaram tanto sua paisagem quanto sua balneabilidade. Nesse contexto, o empreendimento Villa Gerson, promovido pelo Coronel Joaquim Vieira Ferreira, emerge como um marco importante desse processo, representando o primeiro esforço significativo de urbanização, antecedendo a criação de estruturas de moradia e lazer mais adequadas. Em sequência, a fundação do Iate Clube de Ramos e a atuação do Serviço de Recreação Operária (SRO) exemplificaram tentativas de integrar o subúrbio ao modelo de lazer urbano. Contudo, essas iniciativas, ao mesmo tempo em que ofereciam recreação, reforçavam a segregação social e espacial, demarcando as diferenças entre as elites da Zona Sul e as classes populares da Zona Norte.

Embora idealizada como uma “Copacabana dos subúrbios”, a Praia de Ramos jamais atingiu o prestígio ou o desenvolvimento das praias elitizadas. A construção da Avenida Brasil e a implementação de políticas higienistas moldaram o espaço, as narrativas e as percepções sobre os subúrbios cariocas, cristalizando estereótipos sobre seus moradores.

Apesar de ter sido planejada para atender às demandas de lazer da classe trabalhadora, a Praia de Ramos foi progressivamente sufocada por forças urbanísticas que transformaram o Rio de Janeiro em uma cidade profundamente segregada. O balneário, que deveria promover a inclusão, tornou-se um espaço marginalizado, representando não apenas as consequências da segregação espacial, mas também o impacto do crescimento urbano descontrolado.

As condições que levaram a Praia de Ramos a um estado de “morte” não podem ser atribuídas a um único fator. Pelo contrário, são fruto de uma complexa interseção de variáveis simbólicas e materiais. A reflexão sobre essas condições, à luz do conceito de Habitat proposto por Lefebvre, revela como esse território de lazer popular foi profundamente moldado pelo desenvolvimento urbano segregacional. A criação do Piscinão de Ramos, em 2001, inseriu-se nesse contexto, carregando consigo tanto demandas eleitoreiras quanto uma tentativa de revitalização material e simbólica da área. A análise do processo de “sufocamento” da Praia de Ramos evidenciou como o crescimento industrial desordenado, os sucessivos aterros, a expansão descontrolada das favelas e a ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável contribuíram para a degradação ambiental e social da região. Paralelamente, as representações midiáticas reforçaram percepções negativas, retratando a praia como um espaço de sujeira e abandono, em contraste com a sofisticação associada às praias da Zona Sul. Fotografias e reportagens ajudaram a consolidar essa imagem estigmatizada, enquanto as intervenções urbanísticas priorizavam interesses econômicos e políticos, ignorando as necessidades dos moradores locais.

Assim sendo, a análise das representações sobre o território da Praia de Ramos e do Piscinão ao longo do tempo, especialmente a partir da fotografia documental e da telenovela *O Clone*, revela como o espaço foi moldado por estereótipos que lhe conferiram uma estética exótica e marginalizada. Jean Manzon, em meados do século XX, contribuiu para construir a imagem da Praia de Ramos como um território periférico e "primitivo", destacando o contraste entre as classes populares e as áreas elitizadas da cidade. Décadas depois, Júlio Bittencourt, em uma abordagem contemporânea, perpetuou o imaginário de caos e desordem associado ao Piscinão de Ramos, mas também trouxe novas camadas de complexidade ao retratar a diversidade e o dinamismo do cotidiano suburbano. As fotografias de Bittencourt oferecem uma leitura mais plural do espaço, ainda que mantenham elementos que evocam o exotismo em relação às representações da Zona Sul.

A personagem Odete, na telenovela *O Clone*, reforçou a conexão entre essas narrativas visuais e a construção simbólica do Piscinão como um espaço essencialmente “outro”, destinado à classe trabalhadora suburbana. Esse imaginário, ao mesmo tempo em que reafirma a identidade popular, perpetua tensões culturais e sociais, posicionando o Piscinão como um território de disputas simbólicas e identitárias.

Portanto, a produção de imagens sobre a Praia de Ramos e o Piscinão reflete uma continuidade histórica, sendo ambos marcos de transformação no espaço urbano carioca. Desde o balneário promovido no governo de Getúlio Vargas como a “praia do trabalhador” até o Piscinão, esses territórios ilustram as complexas dinâmicas de exclusão, resistência e pertencimento que dizem sobre a heterogeneidade dos subúrbios carioca. As transformações materiais e simbólicas analisadas apontam para um recorte ideológico no desenvolvimento territorial do Rio de Janeiro, expondo antagonismos que suscitam mais perguntas do que respostas.

De maneira integrada, a pesquisa contribui para ampliar o debate sobre a relação entre lazer, urbanização e identidade no contexto carioca. Ao destacar como a Praia de Ramos e o Piscinão foram moldados por políticas públicas, iniciativas privadas e representações culturais, este estudo oferece uma reflexão crítica sobre a complexidade dos subúrbios como territórios de memória, resistência e produção cultural. A análise revelou que esses espaços não são apenas passivos frente às transformações urbanas, mas também ativos na construção de novas narrativas e significados.

Por fim, esta pesquisa de mestrado representa um pequeno fragmento da complexidade dos estudos sobre os subúrbios cariocas, mas oferece contribuições significativas para a compreensão das disputas materiais, simbólicas e históricas que moldaram a Praia de Ramos e o Piscinão. Reafirma-se, assim, a importância de considerar os subúrbios como elementos centrais na história urbana do Rio de Janeiro. A Praia de Ramos e o Piscinão simbolizam não apenas as dinâmicas de exclusão e marginalização, mas também a capacidade das classes populares de afirmar sua presença e identidade no espaço urbano. Ao destacar a centralidade desses territórios populares, o estudo abre caminho para reflexões mais amplas sobre políticas públicas, memória coletiva e identidade cultural no contexto de uma cidade em constante transformação.

BIBLIOGRAFIA:

ALENCAR, Mauro. Futebol e Novela na memória do povo. Trabalho apresentado no NP14 – Núcleo de Pesquisa Ficção Seriada, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.

ALENCAR, Mauro. A telenovela como paradigma ficcional da América Latina. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

A MANHÃ. Arrecadação dos impostos fluminenses. Rio de Janeiro. 30 dez. 1925. p. 05. Acesso em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20192&pesq=Manha%20ang%C3%BA&pagfis=15>

AMADOR, Elmo Silva. Baía de Guanabara: ocupação histórica e avaliação ambiental. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

AMOROSO, Mauro. Nunca é tarde para ser feliz? : A imagem das favelas pelas lentes do Correio da Manhã. - 1.ed. - Curitiba, PR : CRV, 2011.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. Imagens produzidas pelo fotógrafo Tibor Jablonsky: suportes materiais para construção da memória do trabalho no Brasil (1950-1968). Anpuh RJ - XII Encontro Regional de História: Usos do Passado. 2011.

ABREU, Maurício de A.. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. 1987, p. 108.

BARBOSA, Jorge Luiz; CUNHA, Diogo; BARBOSA, Ana Thereza de Andrade. As águas encantadas da Baía de Guanabara. Rio de Janeiro: Numa Editora. 2021.

BATISTA, Paulo Francisco Donadio. Em trajes de Adão: praias de banho na cidade do Rio de Janeiro: pudor e classe social (1808-1948) / Paulo Francisco Donadio Baptista. -- Rio de Janeiro, 2019.

BORGES, Déborah Rodrigues. Fotografia Popular: Apontamentos históricos e conceituais. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar Universidade Federal do Piauí – UFPI.

BORELLI, Silvia Helena Simões. Telenovelas Brasileiras: Balanços e perspectivas. São Paulo em Perspectiva, 15(3) 2001.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. Cidade alta: história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. 2011. 361 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários à Favela Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. “Um século de Favela”, ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs). 5ª ed. -Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BURKE, Pedro. O que é História Cultural? Cambridge: Polity Press, 1992.

CARDOSO, Adauto Lucio. O Programa Favela-bairro: Uma avaliação. Seminário de Avaliação de Projetos IPT. 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. “História e Imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema.” Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). “Domínios da história : ensaios de teoria e metodologia” - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. L’invention du quotidien. Editions Gallimard, 1990.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. “Uma Copacabana nos confins suburbanos: a ideia de balnearização do bairro de Ramos/RJ (anos 1920-1940)” Dossiê Balneomar; número 39, 2019.

COLPO, Caroline Delevati; AZEVEDO, Domingos Sávio Campos de; ABREU, Karen Cristina Kraemer. Piscinão de Ramos: Benefício Comunitário ou segregação Social?. 2005. <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/bocc-karen-piscina.pdf> (Acessado em 08/10/2024).

CORREA, Deputado Estadual Andre. Dicro Piscinão de Ramos. Youtube, 2012. Disponível em: [DICRÓ Piscinão de Ramos](#). Acesso em: 20/08/2024.

CORREIO DA MANHÃ. Para concorrência de um balneário em Ramos. 1945, p.6. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=Getulio%20Vargas&pagfis=26091 (acessado em 06/10/2024)

CORREIO DA MANHÃ. Abertos vários Créditos na prefeitura - CR\$ 2.587.000,00 para um balneario de Ramos. 1945, p.2. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=%22Balne%20a%20rio%20de%20Ramos%22&pagfis=26495 (acessado em 06/10/2024)

CORREIO DA MANHÃ. Balneário de Ramos e areia para evitar a lama da praia. 10 de julho de 1946, P. 02. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=%22Balne%20a%20rio%20de%20Ramos%22&pagfis=32116 (acessado em 06/10/2024).

CORREIO DA MANHÃ. Balneário da lagoa. 20 de julho de 1946, p. 04. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=%22Balne%20a%20rio%20de%20Ramos%22&pagfis=32264 (acessado em 06/10/2024)

CORREIO DA MANHÃ. Copacabana de Ramos 1956, p. 03..https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=Praia%20de%20Ramos&pagfis=58514 (consultado em 20/06/2024).

CORREIO DA MANHÃ. Aviso. 1954, p. 02.
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=fabrica%20kelson%27s&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=34747 (consultado em 15/09/2024)

CYMBALYSTA, Renato et al. (orgs.), Patrimônio cultural - memória e intervenções urbanas. São Paulo Annablume, 2017.

COELHO, Tiago da Silva. Migração nordestina no Brasil varguista : diferentes olhares sobre a trajetória dos retirantes / Tiago da Silva Coelho; orientador: René Ernaini Gertz. -- Porto Alegre : Ed. do autor, 2012.

DE LIMA, R. G. (2019). Senhores, possuidores e outras coisas mais: as Múltiplas Funções dos Proprietários do Rural Carioca no Oitocentos. *Revista Cantareira*, (28). 2020, p. 12. Recuperado de <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/28006> (consultado em 02/04/2024).

DONADIO, Paulo Francisco Baptista. Em trajes de Adão: praias de banho na cidade do Rio de Janeiro: pudor e classe social (1808-1948) / Paulo Francisco Donadio Baptista. -- Rio de Janeiro, 2019.

FAZIO VENGOA, Hugo. La historia del tiempo presente: una historia en construcción *Historia Crítica*. Universidad de Los Andes Bogotá, Colombia; núm. 17, julio-diciembre, 1998, pp. 47-57.

FERRAZ, Cláudio Benito; O Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 1, n. 1, p. 15-31, 1º semestre de 2010.

FERREIRA, Lohanne Fernanda Gonçalves. “Cariocas não gostam de dias nublados”: Imagens da cidade e a construção de um imaginário balneário do Rio de Janeiro na revista O Cruzeiro. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Geografia - UFRJ. 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (coordenadoras). Usos e abusos da história oral. 8º ed - Rio de Janeiro, editora FGV, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FRAIHA, Sílvia; Lobo, Tiza, Ramos, de Olaria e da Penha, Rio de Janeiro: Editora Fraiha, 2006.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. O rapto ideológico da categoria subúrbio Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

FRAIHA, Silvia; Lobo, Tiza, Ramos, de Olaria e da Penha, Rio de Janeiro: Editora Fraiha, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Roseana faz merchandising na Globo”. 2002. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1301200209.htm> (acessado em 25/09/2024)

GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor Andrade de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidade de pesquisa. Movimento, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23-44, janeiro/abril de 2003

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: Um debate. GEOgraphia - IX - Nº 17, 2007.

HALBWACHS, Maurice. La Mémoire Collective. (2ª ed.) Presses Universitaires de France Paris, França. 1968.

HALL, Stuart. Notas sobre a Desconstrução do Popular. In. HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p.247-266.

HALL, Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo. In Condição pós-moderna. São Paulo: edições Loyola, 2004.

JORNAL DO BRASIL. Praia de Ramos será recuperada. 10 de junho de 2000. Acesso em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_12&Pesq=%22Praia%20de%20Ramos%22&pagfis=13147

JUNIOR, Jornalismo. O Impacto das telenovelas no Brasil: Para além de divertimento, narrativas da teledramaturgia conversam com o povo brasileiro e influenciam suas vidas. ECA-USP. 2021. <https://jornalismojunior.com.br/telenovelas-impacto-na-sociedade/> (Acesso em 20/08/2024)

KORNIS, Mônica Almeida. Televisão, história e sociedade: trajetórias de pesquisa. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2007.

LEEDS, Anthony. Sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MACHADO. Gisele Cardoso de Almeida. Da ilha de Sapucaia ao Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho: a orlação de territórios do lixo da cidade do Rio de Janeiro como expressão de segregação espacial. Dissertação de mestrado. PUC - RJ - Departamento de Geografia. 2012.

MACIEL, M. E. de S. (1999). A eugenia no Brasil. *Anos 90*, 7(11), 121–130. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6545>

MALUF, Carmem. Espaço, Tempo e Lugar. Pós N. 23, São Paulo, 2008.

MAUAD, Ana Maria. *Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2. 1996, p.73-98.

MAUAD, Ana Maria Mauad. *Janelas que abrem para o mundo: fotografia de imprensa e distinção social no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. E.I.A.L., Vol. 10 - Nº 2, 1999.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum Lopes. *Imagem, história e ciência*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 9, n. 2, p. 283-286, maio-ago. 2014.

MAUAD, Ana Maria. *Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX*. Annals of Museu Paulista. v. 13. n.1. Jan.- Jun. 2005.

MAUAD, Ana Maria. *Prática fotográfica e a experiência histórica – um balanço de tendências e posições em debate*. Interin, vol. 10, núm. 2, julho-diciembre, 2010, pp. 1-12.

MAUAD, Ana Maria. *O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual*. ArtCultura, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 31-48, jan.-jun. 2008.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. *Lazer, Esporte e Cultura Urbana na Transição dos Séculos XIX E XX: Conexões entre Paris e Rio de Janeiro*. Ano 12, nº 22, 1º semestre de 2005

MELO, Victor Andrade de. *Cidade expandida: estudos sobre o esporte nos subúrbios cariocas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2022. p. 215.

MELO, Victor Andrade de. *Uma geografia do esporte: as experiências dos clubes de iatismo da Zona da Leopoldina (Rio de Janeiro, 1941-1954)*. *Geosp: Espaço e Tempo* (São Paulo). v. 24, n. 1, p. 83-103, 2020b.

MELO, Victor Andrade. *Esporte e Lazer: uma introdução histórica*. Rio de Janeiro. Apicuri, 2010.

MEDEIROS, Marília Salles Falci. *Lazer Popular: Práticas e desenvolvimento local*. *Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito - PPGSD-UFF*. 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, Cultura Visual, História Visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36, 2003.

MENESES, U. T. B. de. *A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais*. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (34), 9-23. 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23>

MENESES, U. T. B. de. *Rumo a uma “História Visual”*. Departamento de História – FFLCH/USP. 2005.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de; ANDRADE, Livia Guimaraes de; LEPORE, Verônica Martins Goulart; SILVA, Bruna Souza da; FERREIRA, Tatiana de Sá Freire. Evolução histórica-geográfica-cartográfica da Ilha do Fundão. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo. 2005.

MIYASAKA, Cristiane Regina. *Os trabalhadores e a cidade: a experiência dos suburbanos cariocas (1890-1920)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

NÓBREGA, Edson Diniz Júnior. CASTRO, Marcelo. *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire. I La République*, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII-XLII. Tradução autorizada pelo Editor.

O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

O GLOBO. Nem mesmo interdição afasta banhistas da Praia de Ramos. 1989.

O GLOBO. Avança obra de piscina na Praia de Ramos. 15 de março de 2001.

O GLOBO. Urbanização de favela vira motivo de disputa. 09 de julho de 2001, p. 16.

O GLOBO. Carta dos Leitores. Piscinão de Ramos. 11 de julho de 2001.

O GLOBO. Piscinão de Ramos é motivo de nova briga. 03 de julho de 2001.

O GLOBO. Gastos do estado com piscina na Praia de Ramos serão investigados. 11 de setembro de 2001.

O GLOBO. O crime ambiental de compensa. 16 de dezembro de 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002. 296p

PAIXÃO, J. L. *Negros, identidades, resistências e estratégias de inserção: memórias e o Grêmio Recreativo de Ramos*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PERLMAN, Janice E.. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010. il. 2000 exemplares.

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Escritos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. 1989, 3-15.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. Escritos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. A Morte de Luigi Trastulli e Outras Histórias: Forma e significado na história oral. Albany: SUNY Press, 1991.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia, Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (org.). O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000, p.375-403.

REDES DA MARÉ. Censo Populacional da Maré. 2019. Acesso em:

https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf

REZENDE, Vera F. A Comissão do Plano da Cidade, um modelo de gestão e um plano de obras para a cidade do Rio de Janeiro. In: Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – ARQ URB/ UFF, 2007.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Segregação residencial: Padrões e evolução.. Rio de Janeiro [recurso eletrônico]: transformações na ordem urbana / organização e coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: O mercado socialmente necessário. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo, 2005, 12458 - 12470.

SANTOS, A. B. G. “Nem só de pão vive o homem”: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). Tese (Doutorado em Educação), UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS; SOUZA; SILVEIRA. Território Globalização e fragmentação. 4º ed. Editora Hucitec-ANPUR. São Paulo, 1998.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. USP, São Paulo, 1999.

SILVA, Jéfferson Luiz Balbino Lourenço da. Teledramaturgia brasileira: um panorama dessa expressividade no contexto brasileiro. Revista Água Viva, v. 6, n. 1, jan.-abr. 2021.

SILVA, Leticia Andrade Batista. A natureza do serviço: o lixo como questão de “hygiene” urbana no Rio de Janeiro (1865-1940). Mestrado Academico em História das Ciências e da Saude - Fundação Fio Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. 2022.

SILVA, Marcia Pereira; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e Política no Brasil: Considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.

SILVA, Pedro Souza da. A superintendência de urbanização e saneamento - SURSAN - do Rio de Janeiro; Um estudo sobre a formação e atuação (1957 - 1960). ANPUH - Brasil - 30º Simpósio Nacional de História - Recife. 2019.

SILVA, Pedro Souza da. O Governo Dodsworth: administração e intervenção urbana no Estado Novo (1937-1945). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2017.

SILVA,, Roberta Lemos Gadelha da. A Maré e seus complexos: desvelando o micro território da Favela MacLaren. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

SHIAVINATTO, Iara Lis Franco; COSTA Eduardo Augusto. Cultura visual e história [recurso eletrônico] - 1. ed. São Paulo : Alameda, 2016.

SODRÉ, Muniz. Samba, o dono do corpo. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. SODRÉ, Muniz. Pensar Nagô. Petrópolis: Vozes, 2017.

SODRÉ, Muniz. Crise da cultura. Pol. Cult. Rev., Salvador, v. 10, n. 1, p. 11-22, jan./jun. 2017.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71, Julho/00.

SHIAVINATTO, Iara Lis Franco; COSTA, Eduardo Costa. Cultura visual e história [recurso eletrônico]. - 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016.

THOMPSON, E.P. A formação da classe trabalhadora inglesa. Nova York: Pantheon Books, 1981.

TORRES, Pedro Henrique Campello. Uma avenida chamada Brasil: expansão e consolidação do Rio de Janeiro suburbano. Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2017.

“Avenida Brasil- Tudo passa, quem não viu?” Formação e ocupação do subúrbio rodoviário no Rio de Janeiro (1930-1960). Rev. BRas. estud. uRBanos Reg., São Paulo, v.20, n.2, p.287-303, Maio.-ago. 2018.

VALLADARES, Licia. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALDEAN, Francisco. Imagens da Maré: narrações fotográficas da favela / 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmen Beatriz. A Área Central do Rio de Janeiro: percepções e intervenções - uma visão sintética no decorrer do século XX. CADERNOS IPPUR-UFRJ - Ano VIII, nº 2/3, Set./Dez. de 1994.

ZIBECHI, Raúl. Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: por uma antropologia das sociedades complexas, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmen Beatriz. A área Central do Rio de Janeiro: percepções e intervenções - uma visão sintética no decorrer do século XX. Cadernos IPPUR/UFRJ, Ano VIII, nº 2/3 . 1994.

VIDAL, Laurent; CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. A balnearização como fenômeno de fronteira (notas a partir do caso francês, 1830's-1980's)», *Terra Brasilis* [Online], 16 | 2021, posto online no dia 31 de dezembro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/terrabilis/9424> (Consultado em 07/05/2024)

XIMENES, Luciana Alencar; CARDOSO, Adauto Lúcio; LUFT, Rosângela Marina. Política de urbanização de favelas no Rio de Janeiro: dimensões institucionais e normativas. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 25, n. 58, pp. 993-1015, set/dez 2023 <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5810>